



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES EM REPRESENTAÇÕES DO
LEITOR INFANTIL: UMA ANÁLISE DE PROJEÇÕES DISCURSIVAS DO
LEITOR DE *FOLHINHA* DE 1963 AOS DIAS ATUAIS**

São Carlos
2014



Universidade Federal de São Carlos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística



CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES EM REPRESENTAÇÕES DO
LEITOR INFANTIL:

Uma análise de projeções discursivas do leitor da *Folhinha* de 1963 aos dias atuais

Ana Luiza Menezes Baldin

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do Título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Profa Dra Luzmara Curcino Ferreira

São Carlos

2014

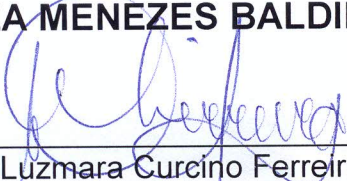
Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Baldin, Ana Luiza Menezes
B177c Continuidades e descontinuidades em representações
do leitor infantil : Uma análise de projeções
discursivas do leitor da Folhinha de 1963 aos dias
atuais / Ana Luiza Menezes Baldin. -- São Carlos :
UFSCar, 2016.
127 p.

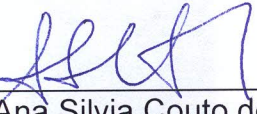
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2014.

1. Jornal. 2. Infantil. 3. Leitura. 4.
Representação. 5. Análise do discurso. I. Título.


**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ANA LUIZA MENEZES BALDIN**



Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira
Orientadora e Presidente
UFSCar/São Carlos



Profa. Dra. Ana Silvia Couto de Abreu
Membro titular
UFSCar/São Carlos



Prof. Dr. Arnaldo Cortina
Membro titular
Unesp/Araraquara

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 28/fevereiro/2014.
Homologada na 63ª reunião da CPGL, realizada em 05/03/2014.



Flavia B. M. Hirata-Vale
Vice-Coordenadora
PPGL/UFSCar

AGRADECIMENTOS

Nesse espaço simbólico e insuficiente tentarei expor a minha gratidão e carinho dos que fizeram esse momento possível...

À FAPESP pelo apoio, financiamento e divulgação da pesquisa.

Aos meus pais, a origem da força e da persistência. É de criança que se ensina que todo sonho é possível. Agradeço pela confiança que nunca se abalou e o amor e carinho constantes. Vocês sempre tiveram mais certeza em mim do que eu em eu mesma.

Aos meus avós, pelo zelo e amor incondicional.

Aos amigos de infância, de graduação e de pós por (com)partilharem das dores e das delícias desse momento.

À companheira de lar, amiga e irmã de vida acadêmica, Juliana Sartori, pelas leituras de desastres e pessoais. Pela força e paciência. Pela simples companhia e certeza de que você estava ao meu lado.

À professora Luzmara Curcino, pela orientação zelosa constante, incentivo contagiante e motivação sempre que o desânimo me acometia. Muito obrigada pela confiança...

Ao professor Arnaldo Cortina pelas contribuições que fizeram o desdobramento dessa pesquisa.

À professora Ana Silvia Abreu pelo apoio desde meu TCC até essa dissertação.

Ao João, pela compreensão e parceria.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES EM REPRESENTAÇÕES DO LEITOR INFANTIL: UMA ANÁLISE DE PROJEÇÕES DISCURSIVAS DO LEITOR DA *FOLHINHA* DE 1963 AOS DIAS ATUAIS

Resumo

Neste trabalho, analisamos algumas práticas de escrita adotadas pelo suplemento *Folhinha*, vinculado ao jornal *Folha de S. Paulo*, desde seu lançamento, em 08 de setembro de 1963, até os dias atuais, buscando levantar certas representações de seus leitores infantis, inscritas e manifestas nos textos publicados (analisando suas temáticas, sua composição formal na página, sua articulação com imagens, sua seleção lexical e sintática etc.). Para esse levantamento e análise de representações discursivas do leitor, mobilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, assim como alguns princípios desenvolvidos pela História Cultural da Leitura.

Tendo em vista que a publicação tem como público-alvo crianças (e hoje em dia pré-adolescentes) e o fato de que vem sendo publicada desde sua criação de forma regular, com publicação semanal, a seleção do *corpus* consistiu na escolha de exemplares referentes ao tema “Dia das Crianças”, de modo que pudéssemos selecionar as publicações que fizessem referência direta ou indiretamente a essa data, comemorada no Brasil no dia 12 de outubro e presente ao longo de todos esses anos de publicação do suplemento. Em nossa análise do *corpus*, buscamos traçar as continuidades e descontinuidades adotadas quanto às técnicas de escrita e quanto à seleção e abordagem das temáticas, de modo a identificar eventuais traços acerca do perfil desse leitor mirim.

Entre as estratégias de escrita que analisamos estão as formas de projeção enunciativa e de simulação de diálogo com os leitores e a orientação temática de alguns exemplares com vistas à construção de um leitor patriótico, símbolo do futuro da nação, e de consumidor.

CONTINUITIES AND DISCONTINUITIES IN REPRESENTATIONS OF CHILD READERS: AN ANALYSIS OF THE PROJECTIONS DISCURSIVE FOLHINHA THE READER TO PRESENT DAY 1963

Summary: In this paper, we analyze some writing practices adopted by Folhinha supplement linked to the newspaper Folha de S. Paulo since its launch, on September 8th, 1963, to the present day, seeking to raise certain representations of their children's readers, entered and manifested in the published texts (analyzing its themes, its formal composition on the page, its articulation with images, their lexical and syntactic selection etc.). For this survey and analysis of discursive representations of the reader, we mobilize the theoretical and methodological assumptions of the French guidance Discourse Analysis, as well as some principles developed by the Cultural History of Reading. Considering that the publication has children as target audience and the fact that has been published since its creation regularly with weekly publication, the corpus selection was the choice of examples concerning the theme "Children's day", so that we could select the publications that made direct reference or indirectly to that date, celebrated in Brazil on October 12th and present throughout all these years supplement the publication. In our analysis of the corpus, we seek to trace the continuities and discontinuities adopted as the writing techniques and on the selection and approach to issues, in order to identify any traces about the profile of this Bantam player. Among the writing strategies that are analyzed forms of subjective projection and simulation of dialogue with readers and thematic orientation of some specimens with a view to building a patriotic reader, the nation's symbol of the future, and consumers.

Sumário

INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A LEITURA E A FORMAÇÃO DE LEITORES	7
O OBJETO	12
OBJETIVOS	15
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS	17
1. A INFÂNCIA REPRESENTADA	19
1.1 O SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EUROPA	21
1.2 A EMERGÊNCIA DA CONCEPÇÃO MODERNA DE INFÂNCIA E A ESCOLA NO BRASIL	26
1.3 A CRIANÇA LEITORA REPRESENTADA	33
1.3.1 A CRIANÇA LEITORA E A ESCOLA	34
1.3.2 A CRIANÇA LEITORA E A LITERATURA	38
1.3.3 A CRIANÇA LEITORA E A IMPRENSA	43
2. FOLHINHA E A CRIANÇA	46
2.1 A HISTÓRIA CULTURAL E O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO	52
2.2 O LEITOR E A LEITURA REPRESENTADOS: QUEM SÃO OS LEITORES INFANTIS?	54
2.3 A LINGUAGEM GRÁFICA DE FOLHINHA	56
3. O LEITOR MIRIM: NOVOS MODELOS DE SER CIDADÃO E CONSUMIDOR	65
3.1 O BOM LEITOR DE FOLHINHA E A COLUNA DA AUGUSTINHA	67
3.2 BOM-TOM E ELEGÂNCIA	77
3.3 A AMÉRICA E A NAÇÃO: O LEITOR INFANTIL COMO PATRIMÔNIO	80
3.4 A CRIANÇA E SEUS DIREITOS	99
3.5 A CRIANÇA CONSUMIDORA	108
Considerações Finais	119
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A LEITURA E A FORMAÇÃO DE LEITORES

A formação de leitores é uma das grandes preocupações educacionais na atualidade, no Brasil e no mundo. Como se deve formar um leitor é ainda objeto de discussões em diversas áreas científicas, como as de Letras, Pedagogia, Literatura, certas áreas da Linguística, como a Análise de Discurso, e certas áreas da História, em especial a História cultural. A importância dada à prática da leitura está interligada ao imaginário social que se tem a respeito dos benefícios desta prática para o indivíduo, que ultrapassam os aspectos intelectuais, uma vez que ela é concebida como aspecto decisivo de ascensão, do ponto de vista social e econômico dos sujeitos, logo, dos cidadãos. A professora e pesquisadora Márcia Abreu (2001), em seu artigo *Diferenças e Desigualdades: preconceitos em leitura*, demonstra, de forma muito coerente, a força desse imaginário que regula, na atualidade, os discursos sobre a leitura e sua prática. A autora apresenta neste seu artigo algumas pinturas do século XVIII e XIX nas quais podem ser vistos homens e mulheres, membros de uma elite econômica, lendo. O livro, nestes séculos, não era um bem material de fácil acesso, se considerarmos a escassez de matéria-prima e de mão de obra, o que, por conseguinte, tornava o valor deste objeto elevado. Por essa razão, muitos desses livros eram deixados como herança e relatados em testamentos aristocráticos. Criou-se, então, um imaginário da relação direta de posse deste objeto cultural e de status econômico daquele que o obtinha. Isso talvez explique a permanência de discursos e imaginários sociais que vigoraram e que vigoram ainda hoje sobre o livro, sua posse e manuseio e, por extensão, sobre o ato de ler. Em outro artigo, intitulado *Diferentes formas de ler*, a autora aponta que

[...] nossa idéia corrente do que seja ler é, em grande medida, tributária de idéias e imagens construídas no final do século XVIII e ao longo do XIX que foram fortes a ponto de fazer parecer que ler sempre foi aquilo que mostravam. [...] Nesse período os livros são parte importante na composição de retratos, indicando principalmente o poder social e a posição intelectual dos retratados, que, em geral, são homens. Inúmeras são as obras em que senhores bem vestidos posam diante de uma biblioteca ou estante (ABREU, 2002, p. 125).

Além de relacionar os livros e a leitura a um status econômico elevado com base nessa percepção equivocada da realidade, que ignora diferenças culturais ou as trata

como defeito em relação a certas culturas de prestígio, sustentam-se discursos, ainda que de forma enviesada, de que é por meio da leitura, de seu exercício frequente e em geral descompromissado, que se consegue promover e manter, em um país, um alto padrão, moral e educacional, como se a ausência da leitura fosse a responsável quase direta pelas inúmeras desigualdades sociais e pela falta de avanços econômicos e culturais de um país.

Apesar de não ser possível afirmar até onde e como a leitura pode influenciar na emancipação socioeconômica de um indivíduo, não há dúvidas quanto a sua importância para uma formação intelectual e cultural, desde que essas práticas de leitura contem com a devida mediação e orientação de forma coerente com objetivos de leitura distintos, de maneira intensiva ou extensiva, mas necessariamente politizada e esclarecida.

Uma das formas para se oferecer uma mediação competente quanto a essa prática de leitura é garantir o acesso a objetos culturais relevantes e a formação de profissionais capazes de compreender essa prática segundo uma perspectiva crítica e sócio-histórico-discursiva. Analisar os discursos sobre a leitura que circulam hoje em dia, em especial nos meios midiáticos num país onde a força desses meios não pode ser de modo algum desconsiderada, nos permite contribuir com nossa formação docente, assim como com a de outros mediadores da leitura, ao discutirmos como esses imaginários sobre a importância dessa prática para a formação do cidadão e para a melhoria de suas condições de trabalho frequentam a nossa percepção sobre a leitura e o ato de ler, de forma por vezes superestimada, uma vez que na maioria das vezes ela é concebida como uma prática intransitiva, ou seja, fala-se correntemente da leitura sem que seja necessário complementar com de que tipo de leitura e a que tipo de texto se está referindo. Essa indeterminação e generalização das maneiras de se falar da leitura, em função da falta de compreensão histórica da emergência desses discursos que subsidiam o que dizemos sobre essa prática, corroboram o funcionamento e a difusão desse imaginário sobre a leitura segundo uma ordem do mito, das mitificações, tal como discutido por Barzotto & Britto (1998) e Britto (1999). Esse imaginário é em muito difundido no interior das escolas, contribuindo, por vezes, para uma certa alienação no processo de formação dos sujeitos leitores.

Se considerarmos que o processo de ensino de leitura, na maioria dos casos, hoje, é iniciado na infância junto a instituições educacionais reguladas pelo Estado (públicas ou privadas), logo, é durante a infância que se efetiva o ensino dessa habilidade, sendo uma das ocasiões em que é difundida a importância (e mesmo a obrigatoriedade) do ato e da competência de ler e é quando se formam leitores e consumidores de objetos culturais de leitura (livros, revistas, jornais voltados para esse público).

Na Europa ocidental do século XIX, por exemplo, o aumento do público leitor se deu concomitantemente à difusão da educação primária, estimulando o setor literário infantil (LYONS, 1999). Nesse primeiro período do século, a preocupação com o leitor infantil considerava em especial sua formação moral tradicional, e, por isso, grande parte dos livros estava organizada com objetivos moralizantes e didáticos. Os contos de fadas serviram para este objetivo e estimularam em muito a prática de leitura entre os jovens, dado seu interesse por enredos que exploravam a magia e a fantasia.

Muitos destes contos de fadas usados para entreter e ensinar as crianças têm origem no processo de transposição de contos de origem oral que sofreram diversas adaptações para o seu registro escrito. Por se tratarem de histórias folclóricas, que muitos conheciam oralmente, não se podia precisar sua origem ou sua autoria. Isso permitiu diversas modificações de sua linguagem, enredo, de acordo com os valores partilhados por cada comunidade que os adotava e recontava.

Um dos mais famosos exemplos dessas adaptações são as publicações dos irmãos Grimm, em 1812, as quais apresentavam uma versão mais atenuada das histórias, em alguma medida menos violentas e mais exemplares, de modo a não contrariar a moral e os valores da época. Embora essas adaptações não visassem com exclusividade o público infantil, elas eram exploradas por ele, e passaram por sucessivas adaptações de acordo com as mudanças histórico-culturais na definição da infância, logo, do público infantil dessas obras. Essas mudanças podem ser atestadas pela própria instauração de uma literatura produzida originalmente para esse público infantil.

É no século XIX que surge, por exemplo, uma imprensa específica para o público infantil, como *La Semaine des Enfants*, publicada em 1857, e *Le Magasin d'Éducation et de Récréation*, publicado entre 1864 a 1915, na França. Ambas as publicações tinham como objetivo instruir a criança leitora, mas também diverti-la.

Neste período foram também criadas linhas editoriais de livros dedicadas exclusivamente à infância. Júlio Verne, com suas estórias, tornou-se um importante representante dessa forma de produção escrita voltada para a leitura infantil, cujo objetivo era o de ensinar de maneira prazerosa, por meio da aventura e da descoberta. Desde então, segundo a historiadora e educadora Anne-Marie Chartier (1999), ele é reconhecido como o responsável pela criação de um novo gênero literário: o de ficção científica (CHARTIER, A.1999). Assim, segundo a autora, o livro para os jovens, no século XIX, era produzido segundo essa dupla ordem discursiva: a de instruir e educar e a de divertir.

Se não fosse assim, se fosse simples divertimento para passar o tempo, sofreria impropérios dos educadores que não se cansam em estigmatizar as leituras fúteis ou medíocres que fazem das horas de leitura um tempo de ociosidade deletéria ou de devaneios nocivos. O gênero romanescos que se compraz nas belas ficções mentirosas só pode ser salvo se contribuir para edificar e moralizar seu leitor (CHARTIER, A.1999, p. 64-65).

A diversão era então uma espécie de concessão que a prática de moralizar, instruir e formar as crianças fazia em âmbito escolar e que orientava a produção editorial. Essa postura modifica-se no início do século XX, quando os professores eram orientados a fazer indicações de livros para seus alunos, por puro prazer, como forma de estímulo à leitura mais complexa, de interpretação, e não analítica. Essa mudança é um reflexo da postura adotada pelas instituições de ensino, que passaram a priorizar o ensino da leitura ao invés do ensino de regras do discurso, o que permitia a coexistência de livros clássicos junto aos populares romanescos.

No Brasil, inúmeros são os trabalhos a respeito da formação do leitor infantil e da criação e difusão de uma literatura voltada para este público. Trabalhos como os de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *Literatura infantil brasileira: história e histórias*, 1998) e de Nelly Novaes Coelho (*A Literatura Infantil: História, Teoria e Análise*, 1982) apresentam uma ampla abordagem de viés histórico, cultural e pedagógico que é fundamental para a compreensão da formação do leitor infantil no país.

Em um dos seus trabalhos, intitulado *Panorama Histórico da literatura Infantil*, Coelho (1991) traça um percurso histórico do surgimento da literatura infantil no país e cita dois grandes momentos de transformação política no entre-séculos (do final do

século XIX ao início do século XX) que reverberaram em mudanças concretas na sociedade¹ e na imagem que o governo pretendia produzir sobre o Brasil como a de um país moderno. Sobre este mesmo momento, Lajolo & Zilberman (2007) discorrem que essas transformações, somadas ao processo de industrialização pelo qual o país passava, foram propícias para o surgimento de “massas urbanas que além de se tornarem consumidoras de produtos industrializados, vão constituindo os diferentes públicos, para os quais se destinam os diversos tipos de publicações feitos por aqui” (LAJOLO & ZILBERMAN, 2007, p. 25).

Além dessa diversificação urbana, na qual também estavam inseridas as crianças, a preocupação do estado com a sua educação e formação ampliou o acesso à escola para essa população que emergia e que ajudava a constituir a imagem de país moderno, cujas “campanhas pela instrução, pela alfabetização e pela escola davam a retaguarda e prestígio aos esforços de dotar o Brasil de uma literatura infantil nacional” (LAJOLO & ZILBERMAN, 2007, p. 28).

Sobre esse momento político, as autoras discutem que

as primeiras décadas republicanas assistiram à formação da literatura infantil brasileira na condição de gênero. E, se foi o fortalecimento da escola enquanto instituição e as campanhas cívicas em prol da modernização da imagem do país que forneceram as condições para a sua gênese, os mesmo fatores são responsáveis pelo lastro ideológico conservador dessa literatura (LAJOLO & ZILBERMAN, 1986, p. 18).

Nesse mesmo período houve um aumento de traduções de livros europeus para crianças, nas quais eram feitas pequenas modificações linguísticas com a finalidade de aproximar a linguagem utilizada com as especificidades da língua portuguesa, como uma estratégia de aproximação de linguagem entre texto e leitor. Dessa forma, nascia uma consciência de literatura infantil brasileira, do mesmo modo como ocorria com a literatura adulta. Nas décadas de 1920 e 1930, o crescimento de produtos de leitura para crianças pode ser visto também em outras áreas que não apenas a literária. O sucesso da Revista *Tico-Tico*, publicação infantil que continha textos informativos, brincadeiras,

¹ Nesse período duas grandes mudanças afetam a organização do país: a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, em 1889. Estas mudanças alteraram profundamente questões econômicas, políticas e, conseqüentemente, sociais brasileiras que permitiram a ascensão de uma classe média, assim como a de um mercado consumidor.

Histórias em Quadrinhos etc., confirma isso, assim como a publicação de novos suplementos infantis nos jornais de grande circulação².

Coelho (1991) discute que os textos voltados para o público infantil escritos por Monteiro Lobato também datam deste mesmo período e correspondem a uma literatura que rompe com a estética e temas convencionais voltados para esse público, somando em um mesmo espaço o fantasioso, o familiar e elementos típicos e folclóricos da cultura brasileira, chegando a ser criticado por um breve período por esta estética que lhe era tão peculiar.

A partir de então foram cada vez mais explorados temas da cultura brasileira e da história do país nas obras literárias infantis. As crianças passaram a ser protagonistas de muitas dessas histórias, nas quais faziam do Brasil um lugar misterioso e provinciano. No campo econômico, o país continuava no seu processo de modernização e, nos anos de 1960, foi considerado um país urbanizado e alinhado com os preceitos capitalistas. É nesse período que surge o suplemento *Folhinha*, um dos suplementos infantis de maior circulação no país atualmente. Em função de sua significativa circulação nacional e de seu já relativamente longo tempo de publicação, este suplemento permite-nos empreender uma análise comparativa de seus exemplares, desde sua criação até os dias de hoje, o que pode nos fornecer algumas representações do perfil desse leitor infantil em suas eventuais permanências e mutações, a partir da análise de seus textos.

Analisar o suplemento, em suas escolhas temáticas, em suas alterações de formato e em sua relação com os discursos sobre a leitura que dele podem ser apreendidos, permite-nos identificar algumas representações do perfil do leitor infantil, tal como objetivamos neste trabalho. O interesse desta pesquisa, portanto, foi o de estudar a leitura, mais especificamente no que diz respeito às representações das práticas do leitor infantil de jornal, fundamentada teoricamente nos campos da Análise do Discurso e da História Cultural da Leitura, de modo a contribuir com as pesquisas sobre a leitura e o leitor no Brasil.

O OBJETO

² Uma apresentação destes e de outros suplementos será apresentada no primeiro capítulo.

Considerando a importância da leitura na infância, no período de alfabetização, e com vistas a contribuir para os estudos sobre a leitura, elegemos como objeto de pesquisa o suplemento infantil *Folhinha*, vinculado à *Folha S. Paulo*, jornal de grande circulação nacional³, e empreendemos uma análise comparativa dos exemplares do suplemento, criado em 08 de setembro de 1963 e que permanece em circulação até hoje. A partir de sua análise, apreendemos algumas das representações sobre a leitura e os leitores as quais frequentam o imaginário dos produtores de textos (e leitores) adultos que escrevem para o público infantil e que o ‘representam’ como leitores, segundo os padrões culturais de seu tempo e espaço, tais como as concepções de infância que compartilham e as concepções históricas, pedagógicas ou pragmáticas sobre a leitura que reafirmam por meio da produção de seus textos.

A delimitação para a constituição do *corpus* de nossa pesquisa, de modo geral, levou em consideração a necessidade de abrangermos todos os anos de publicação do suplemento, como mencionamos. Diante do grande volume de material, e de modo a realizar um recorte significativo tendo em vista nosso objetivo, selecionamos todas as edições publicadas em outubro que fizessem referência explícita e direta ao *Dia das Crianças*, comemorado no dia 12 do mesmo mês. Por se tratar de uma publicação voltada ao público infantil, o Dia das Crianças é uma data significativa quanto ao modo como se dirigir a esses leitores, que orientações lhes devem ser dadas; e por ser um dia muito explorado simbolicamente em nossa sociedade, acreditamos que os elementos que encontramos em relação aos modos de escrita dos textos e ao que é enunciado sobre a leitura nessas edições correspondem a uma amostra significativa para a análise a que nos propusemos. A seguir, apresentamos uma tabela com todo o informativo referente ao *corpus*:

	Ano	Data	Reportagem de capa	Número de páginas

³ A publicação do suplemento infantil *Folhinha* é a de maior circulação no país, considerando que este suplemento está ligado ao jornal *Folha de S. Paulo*, líder em tiragem e venda de jornais no país. De acordo com a Associação Nacional de Jornais e do Instituto Verificador de Circulação, em 2009, a circulação diária média da *Folha de S. Paulo* foi de 295.558 exemplares, o que garantiu o primeiro lugar entre os demais suplementos (DORETTO, 2010, p. 49).

1	1964	11/10	Dia das Crianças	14
2	1965	10/10	Semana da Criança	14
3	1966	09/10	Dia do Professor	12
4	1967	08/10	Descobrimto da América	8
5	1968	13/10	Dia do Professor	8
6	1969	12/10	Descobrimto da América	8
7	1970	11/10	Salão da criança	8
8	1971	10/10	Descobrimto da América e salão da criança	8
9	1972	08/10	Descobrimto da América e semana da criança	8
10	1973	07/10	Descobrimto da América e semana da criança	8
11	1974	06/10	Dia dos animais	16
12	1975	12/10	Dia das crianças	16
13	1976	10/10	Dia do Professor	16
14	1977	09/10	Dia das crianças	8
15	1978	08/10	Declaração dos direitos das crianças	8
16	1979	07/10	Dia da criança	8
17	1980	12/10	Dia das crianças	8
18	1981	11/10	A leitura de novos mundos	8
19	1982	10/10	Dia do Professor	8
20	1983	09/10	Conto sobre preguiça	8
21	1984	09/10	Conto sobre um trem	8
22	1985	13/10	Edição especial feita por crianças	8
23	1986	05/10	Reportagem sobre Pavão e pés	8
24	1987	-----	Não há edições de <i>Folhinha</i> no mês de outubro no acervo.	-----
25	1988	09/10	A importância da arte	8
26	1989	07/10	Alice no país das maravilhas	8

27	1990	06/10	Brinquedos importados e novas leis do ECA	10
28	1991	12/10	Sobre novos Games e crianças Órfãs	8
29	1992	10/10	Sobre jogos eletrônicos e futebol	8
30	1993	09/10	Como nascem os brinquedos	10
31	1994	07/10	Contos de fadas; entrevista com Xuxa	20
32	1995	06/10	Patins	8
33	1996	04/10	Dia de ganhar presente sem pedir	12
34	1997	11/10	Como os filhotes de animais se comportam quando crianças	12
35	1998	10/10	Criança é tudo igual; crianças de rua	8
36	1999	02/10	Aids	12
37	2000	07/10	Brincadeiras de rua, de corda, pião	12
38	2001	06/10	10 presentes para a infância (paz)	12
39	2002	05/10	Pinóquio	
40	2003	11/10	Florestas encantadas (Coloridos)	8
41	2004	09/10	Clima - capa com propaganda	8
42	2005	07/10	Vergonha dos antigos brinquedos	8
43	2006	07/10	<i>Folhinha</i> feita pelas crianças – capa com propaganda	14
44	2007	06/10	<i>Folhinha</i> feita pelas crianças - castigo	20
45	2008	11/10	Mês das bruxas– capa com propaganda	8
46	2009	10/10	Meninos que andam de Kart.	12
47	2010	09/10	Poemas para as crianças	8
48	2011	08/10	A infância do passado e do presente	12

OBJETIVOS

Diante desse *corpus*, nosso objetivo geral, como já anunciamos, foi o de empreender um delineamento e uma análise de representações discursivas do leitor infantil inscritas nos textos do suplemento *Folhinha* que, por sua circulação, se dirige

especialmente para os filhos da classe média e da elite brasileira. Com nossa análise comparativa dos exemplares dessa publicação de diferentes momentos históricos, analisamos de que maneira o público leitor do suplemento é referenciado e designado pela publicação e como estas alterações podem indicar diferentes representações de leitores.

Analisar como estes leitores são referidos pela publicação, a partir do modo como os textos são produzidos, é também compreender a forma segundo a qual a própria representação da infância, da criança, é em alguma medida entendida pela sociedade. Entendemos, assim, que os textos produzidos pelas mídias e que estão atravessados por representações da leitura, da infância, da educação etc. indiciam os discursos que circulam no imaginário social da comunidade a que se destinam, assim como fomentam esses discursos e, conseqüentemente, as práticas que deles derivam.

A partir disso, apoiados nas contribuições teóricas da inter-relação entre os estudos da Análise do Discurso e de alguns princípios da História cultural, detemo-nos à reflexão sobre as injunções contemporâneas a certas práticas de leitura e não outras, junto aos leitores mirins, em particular.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para emprendermos nossa pesquisa acerca das representações do leitor e de suas práticas, a partir da análise discursiva do objeto cultural jornal impresso, mais precisamente de um de seus cadernos, o suplemento voltado para o público infantil *Folhinha*, observamos, à luz de teorias linguístico-discursivas e históricas, as implicações das mudanças de escrita e das estratégias de apresentação dos textos na representação discursiva das práticas de leitura presentes no *corpus* de análise. Na análise dessas instâncias consideramos suas articulações e suas interdependências que compõem a totalidade da materialidade dos textos.

Com base nos princípios da Análise do Discurso francesa, usando os conceitos de Formação Discursiva e interdiscurso, e da História Cultural da leitura, detendo-nos, em especial, às considerações de Roger Chartier (1990) sobre a história das práticas de escrita e de leitura, utilizamo-nos de um conceito central dessa perspectiva teórica, a

saber, o conceito de representação, que diz respeito não apenas ao modo como essas práticas socialmente são referidas pelos sujeitos, mas também aos meios, aos objetos, às formas materiais sob as quais os textos são apresentados aos leitores, de modo a controlar-lhes em seus gestos de leitura e em suas formas de interpretação.

Dessa forma, em nossa pesquisa buscamos analisar as formas segundo as quais são representadas, nesse suplemento, as práticas de leitura pressupostas por aqueles que escrevem os textos para esse público mirim de modo a levantar indícios dos perfis de leitor objetivados. As representações podem ser variadas, podem se modificar de grupo para grupo, mas sempre correspondem ao interesse das comunidades que as forjam.

No caso de nosso objeto, um produto cultural direcionado especificamente para crianças, foi preciso, primeiramente, compreender de modo mais aprofundado o público a quem ele foi destinado: o leitor infantil.

Para tanto, empreendemos uma discussão sobre a construção da infância em nossa sociedade, fazendo um percurso histórico desde o surgimento da concepção desta fase em sua especificidade até a compreensão de infância nos dias atuais. O processo de mudança e valorização da criança na sociedade ocidental é fundamental para compreendermos os meios pelos quais a sua importância foi alçada a este patamar hoje, modificando seu papel na sociedade e, conseqüentemente, nas mídias contemporâneas. Por este motivo, nos pautamos nos estudos sobre a infância e família de P. Ariès (2011), que se ocupou em tratar da infância europeia, assim com também nos estudos de Del Priore (2008), que analisa a infância no Brasil.

Apoiados em textos teóricos que se ocuparam da descrição da infância, das mutações históricas por que passou a concepção desse sujeito e de seu papel na sociedade, fizemos um breve percurso sobre a história da infância na Europa e depois no Brasil, considerando a profunda relação histórico-social que mantivemos com a Europa durante o período de colonização até os dias atuais.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Intitulado “A infância representada”, no primeiro capítulo abordaremos, ainda que panoramicamente, algumas considerações a respeito da invenção da infância na

Europa e no Brasil, apresentando um percurso histórico de como se deu o surgimento da infância no ocidente e as formas como a criança estava, ou não, inserida na sociedade. Após esse breve panorama, trataremos mais especificamente das representações da Criança Leitora. Nesse sentido, será discutido de que maneira a criança leitora é representada em diferentes espaços, desde o escolar até o midiático, e como estas representações são diferentes ou próximas umas das outras, uma vez que sustentadas em discursos compartilhados cultural e sócio-historicamente sobre a leitura e sobre a infância.

Em nosso segundo capítulo, intitulado “Leitores de *Folhinha*”, trataremos propriamente do objeto de nosso estudo, a *Folhinha*, empreendendo também um traçado histórico de sua produção, de seu surgimento até os dias atuais. Serão consideradas as modificações estruturais e editoriais pelas quais o suplemento passou e de que maneira essas mudanças podem indiciar modos de construção de um dado perfil de leitor infantil. Nesse capítulo nos detemos mais longamente sobre o conceito de Representação tal qual desenvolvido pelo Historiador cultural da leitura, Roger Chartier.

No último capítulo, discutiremos algumas transformações das formas de projeção dos leitores de *Folhinha*, que podem ser sintetizadas na passagem de um perfil de leitor cidadão (patriótico) ao de um leitor consumidor, cujas variações ao longo do tempo, e mesmo a concomitância desses dois perfis em um mesmo exemplar, podem ser descritas por meio da análise dos textos do suplemento. Tendo em vista essa nossa discussão, neste capítulo nos apoiaremos de modo mais explícito e recorrente no conceito de Formação Discursiva e em alguns princípios de descrição e de análise do discurso desenvolvidos por Michel Foucault.

1. A INFÂNCIA REPRESENTADA

Neste capítulo, como anunciamos, buscamos traçar um breve panorama, das mutações históricas por que passou a concepção da infância, o que produziu formas variadas de compreensão, logo, de representações do sujeito criança ao longo do tempo e de cultura para cultura. Para isso, nos apoiamos basicamente nas obras de Philippe Ariès (2011) e Mary Del Priore (2008), que se ocuparam, respectivamente da história da infância no continente europeu e no Brasil.

Ao traçarmos esse percurso de viés histórico-cultural da concepção de infância objetivamos melhor situar historicamente o objeto de nossa pesquisa – o suplemento

infantil Folhinha – que tem como público-alvo uma comunidade leitora prioritariamente infanto-juvenil. As considerações histórico-culturais que buscaremos situar neste capítulo visam, assim, localizar no tempo e espaço certas representações dessa comunidade leitora a quem é destinado o suplemento, observando certas permanências, na longa duração, ou certas variações culturais no modo de representar a criança, em especial a criança em sua prática leitora ou a criança que se quer formar como leitora segundo certos discursos sobre esta prática. Portanto, parece-nos fundamental compreendermos como essas crianças leitoras representadas, o são, segundo sua inserção na sociedade ocidental e atual, sua origem brasileira e, em particular, seu pertencimento a um grupo sociocultural relativamente específico. Essas mutações e permanências histórico-culturais levantadas pelos historiadores mencionados permitem-nos refletir sobre a forma como as crianças foram e são vistas, que concepções variaram de modo a afetar o próprio funcionamento social e familiar e, conseqüentemente, a forma como são representadas nas mídias que delas falam e que para elas falam. É exatamente porque a infância não é uma categoria natural, mas histórica, social e cultural, sua concepção depende do contexto na qual está inserida. Entender, ainda que superficialmente, as formas variadas de construção dessa etapa da vida, as formas de sua representação e os discursos que dela se ocuparam e ocupam, nos ajudará a compreender o modo como hoje elas são representadas, em especial, no objeto que analisamos.

Para tanto, empreenderemos primeiramente, um rápido percurso histórico, começando pelos estudos que se ocuparam em descrever a história da criança, e de seu papel na família, no continente europeu, tal como desenvolvido nos estudos de P. Ariès (2011), historiador de referência para os estudos da infância, assim como apoiados em outros pesquisadores que também debateram o tema. A seguir, encaminharemos nossa discussão apoiados nos trabalhos sobre a criança em terras brasileiras, tendo os estudos de Del Priore (2008) como orientadores de nossa reflexão em especial sobre a forma como os produtos ou objetos culturais produzidos para esse público no âmbito escolar, literário e midiático refletem, refratam e constroem o perfil desse leitor.

1.1 O SURGIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EUROPA

Philippe Ariès, com sua obra *História Social da Infância*, publicada em 1960, consagra-se como um dos principais pesquisadores nos estudos da infância e da criança no mundo ocidental, portanto, se torna referência obrigatória para outros estudos dedicados a tema similar, graças a sua abordagem histórica que descreve o processo de surgimento e de evolução da concepção de infância na Europa e por sua discussão sobre as razões dessas mutações ao longo dos séculos.

Um dos esclarecimentos que a história viabiliza é aquele de demonstrar por vezes que nem sempre o que é, desde sempre foi assim. A obra de Ariès demonstra isso, ao discutir que, embora nos seja atualmente estranho, por muito tempo a criança não foi concebida, nem tratada de forma distinta em relação ao adulto.

Essa divisão que compartilhamos na atualidade, entre o adulto, o adolescente e a criança, e que se nos apresenta como óbvia e é mensurada relativamente em função da idade, nem sempre existiu na sociedade Ocidental. A criança durante séculos foi considerada como um adulto pequeno, cuja idade observada em anos de vida não era uma preocupação. No caso da Europa, segundo Ariès (2011), é apenas a partir do século XVIII que se iniciou, com mais rigor e exatidão, os registros de dia de nascimento. Antes, poucos eram os que sabiam quando haviam nascido e por isso não sabiam com precisão a idade que tinham. Ariès (2011) constata em seus estudos históricos que a vida de um indivíduo neste período era dividida em 7 fases, mas elas não estavam ligadas a datas ou números tais como hoje em dia, mas pelas aptidões desenvolvidas segundo essas fases. Por exemplo, quando a criança nascia ela era chamada de *enfant*, cujo significado era aquele que ainda não fala. Já a segunda fase, a *pueritia*, era caracterizada pelo momento em que a criança já podia comunicar-se claramente.

A concepção que vigorou durante a Idade Média, na Europa, sobre a infância não era marcada pelos anos de vida, mas pela sua dependência física dos adultos, pela sua condição social, e não por suas necessidades biológicas, psicológicas e cognitivas (ARIÈS, 2011, p. 11). A infância nada mais era do que uma fase de transição para a vida adulta, e não um momento importante da vida de um indivíduo nem um período, ou etapa a ser considerada em suas distinções específicas das demais. Segundo o

historiador, essa relativa indiferença à infância pode ser testemunhada por diversas fontes históricas.

Um dos objetos de que se vale Ariès (2011) em sua análise da infância corresponde à iconografia do passado. Ele discute, por exemplo, que uma das razões para se explicar o fato de que a criança foi muito pouco representada em quadros e imagens do passado pode ser explicada por sua relativa insignificância para a sociedade. Por sua fragilidade biológica e por causa das condições adversas em que viviam, poucas eram as crianças que sobreviviam o que afetava as relações de apego dos adultos em relação a elas. Os numerosos filhos que cada família tinha, entre outras razões, eram uma forma de lidar com a alta taxa de mortalidade infantil e da relativa naturalidade com que era recebida a morte entre os pequenos.

Essa relativa indiferença ou invisibilidade social de que gozavam as crianças durante a Idade Média pode, assim, segundo o historiador, ser atestada por sua invisibilidade material na produção artística, em pinturas de família dessa época. Segundo ele, é somente a partir do século XVI que se observa a emergência da prática de representar as crianças em quadros, ainda que sempre em situação periférica. Elas compunham a imagem embora não fossem o objeto principal, nem ocupassem o centro dela.

O aparecimento das crianças em quadros de família é, segundo o autor, um indício material importante que explica essa mutação na concepção de infância, marcada, entre outras, também pelo aumento das práticas de cristianização das crianças, que antes nem eram consideradas como dotadas de almas e que passam a ser vistas, neste período, como criaturas puras e inocentes e figuras importantes a serem representadas nas imagens das famílias.

É importante ressaltar que, mesmo com esse aumento do aparecimento das crianças nas iconografias do passado, a forma como elas eram representadas remetia muito à forma como eram representados os adultos, com expressões faciais mais velhas, como se elas fossem, na realidade, adultos em miniatura, e não crianças. Essa visão das crianças como pequenos adultos podia ser confirmada por meio de outros objetos e roupas que eram designados a este mesmo público, que tinham em forma e fundamento os mesmos propósitos dos produtos produzidos para um adulto. Não havia diferença

entre as vestes destes com as das crianças, de modo que um era a reprodução em miniatura, às vezes, do outro.

No século XVII, o historiador identifica que as crianças começam a ocupar o centro das imagens e não mais o seu plano de fundo, além de serem representadas em suas formas infantis. Como constatado pelo autor, a Igreja passa também a ter outro tipo de relação com as crianças; vendo nelas inocência e fragilidade e crendo na importância de sua formação para que assim sejam pessoas recatadas e religiosas.

Com a paulatina inserção de mecanismos de registro de idade e somada à relevância que os pequenos passam a ter na família, percebe-se uma modificação na concepção de infância. Se antes do século XVI, conforme o autor, não era comum a expressão de sentimentos de um adulto para com uma criança, isso se altera ao longo do século XVII, permeando o século XVIII. Essa nova perspectiva diante da infância influencia o modo como a criança é tratada, o que pode ser constatado, a título de exemplo, pelas modificações nos objetos materiais destinados a elas, como as vestimentas. Elas passaram a ter elementos peculiares, que consideravam especificidades do corpo infantil, e não mais eram a mera reprodução das vestes dos adultos. Ocorre uma diferenciação entre o que seria da ordem do adulto e o que seria da ordem da criança, já que essa precisa de mais orientação e atenção. Para Ariès (2011) foram essas mudanças que permitiram à criança desempenhar um papel central no âmbito familiar, tendo seus cuidados intensificados, e não mais sendo marginalizada ou negligenciada como antes. Essas mutações nas formas de concepção da infância, e a atribuição de inocência aos seus atos, segundo Ariès (2011), resultaram de uma “dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida [...] e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão” (ARIÈS, 2011, p.91).

Diante desse novo panorama, no sentido de “fortalecê-la”, a escola supre a necessidade de educar as crianças e jovens para o mundo, preparando-os para a vida por meio da disciplina. Assim, concomitantemente a essa ideia, surgem as grandes instituições escolares que serviriam para esse propósito.

Diante desse contexto no século XVII e início do século XVIII, apresentado por Ariès (2011), e da importância que a criança adquire para a sociedade, houve um consequente aumento das instituições voltadas para esse público. Para o autor, a infância, que antes era considerada um período transitório caracterizado por sua

dependência de um adulto para sobreviver, passa a ser considerada como uma fase necessária do adulto em formação. Definida pelos moralistas e educadores do século XVII, a idade escolar corresponderia a uma fase que deveria se iniciar entre os 6/7 anos de idade e se limitar à idade em que ela pudesse ser considerada um adulto, quando já apta ao trabalho.

Para os filhos de nobres e proprietários de terra e títulos, o trabalho não era um objetivo ou meta e, portanto, continuavam a estudar até chegarem à idade de 18 anos ou mais. Já para as classes mais baixas, o trabalho era parte do cotidiano quando estavam na idade entre os 10 e 12 anos, o que limitava sua formação a esse período.

Embora houvesse instituições de ensino na Idade Média, elas eram escassas e tinham uma configuração muito distinta. Os responsáveis pela educação alugavam salas e seus alunos frequentavam tais locais. Não havia divisão entre alunos mais velhos ou mais novos já que a concepção de idade não existia, e eram predominantes estudantes do sexo masculino.

Nos séculos XV e XVI as pequenas salas desapareceram e grandes instituições escolares, como os colégios, passaram a existir devido à nova representação da infância. A divisão entre crianças menores e maiores passou a vigorar nas salas como um reflexo do sentimento de infância que era comum àquela sociedade. Essa divisão não era ainda determinada pelas idades, mas era motivada pelo desejo de proteger os mais novos, os mais inocentes, dos alunos mais velhos, educando-os moralmente segundo sua maior ou menor maturidade.

A respeito do público infantil que frequentava as escolas, Ariés (2011), informa que, tanto crianças mais ricas quanto as mais pobres tinham acesso a uma educação formal, graças ao modelo de Escola Única. Porém no século XVIII esse modelo francês de educação sofreu alterações, passando a ter dois padrões: o liceu para os burgueses (que era constituído de uma educação mais longa, e também chamado de secundário) e o primário, um ensino mais prático, voltado especialmente para o povo (ARIÉS, 2011).

As mutações nas formas de concepção e de representação da infância na Europa, e dada a influência cultural desses povos, em especial da França, sobre o Brasil, nos permite traçar certas comparações com a história da infância no Brasil. Nossa forma de colonização, assim como aspectos sociais e culturais importados, influenciaram a

configuração social das representações da criança em terras brasileiras, resultando em um imaginário sociocultural compartilhado intercontinentes sobre a infância.

É possível perceber que a infância, na Modernidade, é tomada como uma fase relevante para a formação do adulto, momento de desenvolvimento das capacidades e de amadurecimento, perspectiva essa que será amplamente compartilhada não apenas na Europa, mas também no Brasil, principalmente depois do século XVII, com a expulsão dos jesuítas do país. Até meados do século XIV, os responsáveis no Brasil pela educação das crianças e indígenas eram os jesuítas, que possuíam um método próprio (*Ratio Studiorum* – ordem de estudos) considerando as particularidades de cada um dos habitantes do Brasil, mas com a expulsão deles por Marquês de Pombal em 1759, a então corte portuguesa adotou métodos de ensino próximos a essa perspectiva moderna de infância, influenciando a nossa própria concepção de criança.

As pesquisas de Ariès⁴ sobre a concepção de infância foram questionadas no início das décadas de 1970 e 1980, e embora se possam identificar falhas no panorama histórico por ele proposto para o surgimento da concepção de infância, não se pode ignorar seu trabalho em compreender a organização de uma sociedade como uma variante cultural cujas concepções delas advindas, tal como a infância, também variam e cujas representações podem ser buscadas em objetos culturais muito distintos, tais como as pinturas, mas também na própria criação de uma instituição que se ocupará da educação das crianças.

⁴ Kohan (2011), em seu livro *Infância. Entre educação e filosofia*, cita três grandes críticas ao trabalho de Ariès: o olhar romântico que ele adota sobre o momento passado; a metodologia de seu levantamento de dados, e o fato de Ariès instituir a Modernidade como momento histórico no qual surge a infância. O livro de Kohan tem como objetivo percorrer o conceito de infância no ocidente em três momentos distintos: nos gregos, na modernidade e na contemporaneidade. Em um dos primeiros capítulos de seu livro, 'O mito pedagógico dos gregos (Platão)', Kohan faz um percurso histórico da infância não em toda a Antiguidade clássica, mas como ela foi pensada nas principais obras de Platão, por considerar as obras do filósofo de grande representatividade acerca do tema e em função de sua produtividade ainda no presente, o que o autor acredita que fez com que seu pensamento reverberasse em muitos dos estudos sobre a criança e a infância dos dias atuais. Logo, neste percurso, Kohan já coloca em questionamento o surgimento da infância na modernidade e apresenta os diferentes momentos, na Antiguidade, em que a criança era vista ou de forma inferiorizada, desprezada, ou como material de política. O autor reconhece que, apesar de não ser na Modernidade o momento histórico a que se pode atribuir o surgimento da infância (tal como a conhecemos hoje), é neste momento em que há uma transformação significativa do papel da criança nos âmbitos privado e público.

1.2 A EMERGÊNCIA DA CONCEPÇÃO MODERNA DE INFÂNCIA E A ESCOLA NO BRASIL

O desenvolvimento e a formação do Brasil em muito se difere dos países europeus, como se sabe. Tanto em termos de colonização como de desenvolvimento, nossas particularidades fizeram com que os processos sociais, econômicos e políticos seguissem uma ordem própria, um funcionamento peculiar, que influenciou os modos como nos desenvolvemos e como iremos nos desenvolver.

Por este motivo, a maneira como o surgimento da concepção de infância sucedeu-se na Europa, não pode ser considerada similar à ocorrida no Brasil. Nosso modo de organização e funcionamento deu-se, e se dá, de forma diferente e singular. É justamente essa diferença que Mary Del Priore (2008) aborda e enfatiza em seu texto de apresentação do livro que ela organizou intitulado *História das crianças no Brasil*

Segundo a autora, no caso do Brasil, as diferenças sociais e econômicas sempre foram, desde a colonização, aspectos cruciais que determinaram a maneira como uma infância poderia ser vivida, concepção essa não necessariamente ligada às advindas da Europa, embora muito próxima delas.

A historiadora salienta que, desde o processo de colonização até os dias atuais, não houve uma história das crianças no Brasil muito distante da dos adultos. Elas viveram, e ainda vivem, no encalço das grandes figuras, como imagens secundárias da vida dos pais, famílias e outras instituições.

Um fator relevante para a compreensão da história da criança brasileira e, conseqüentemente, de como hoje ela é vista, diz respeito ao processo de colonização do país, iniciado somente no começo do século XVII. Não há, portanto, uma história da infância anterior a esse período, porque se trata de um tempo sem escrita, logo sem registro histórico, e cuja história da concepção de infância entre os indígenas de então ainda está por se fazer.

A colonização efetiva do país ocorre no começo desse século, no mesmo momento em que a concepção de infância, considerada então como uma fase a ser reconhecida e respeitada em suas diferenças em relação à fase adulta, surge e passa a vigorar na Europa. Desse modo, muitos dos pensamentos e valores acerca da criança e da infância, assim como alguns hábitos e práticas desenvolvidos a partir da Idade

Moderna na Europa, chegam à sociedade brasileira que começa a se estruturar culturalmente com base em sua origem mestiça. Sem viver necessariamente as concepções da infância anteriores ao período moderno, a sociedade brasileira é exposta às concepções próprias da modernidade e do modo como os europeus viam então a criança, a saber, como uma fase a ser reconhecida em suas diferenças, como seres a serem protegidos, formados moralmente, educados e mimados. Essa concepção foi então partilhada pela sociedade brasileira no período em que inicia a sua colonização.

No início do século XVIII o Brasil ainda era um território pouco organizado se comparado aos moldes europeus, mesmo nas grandes cidades. Del Priore (2008) afirma que nesse período a precariedade do sistema de saúde e de saneamento básico, entre outros fatores, eram os grandes causadores do alto índice de mortalidade infantil. Poucas eram as crianças que chegavam até os 7 ou 8 anos de idade, e as que sobreviviam eram vistas como milagres.

A criança estava intimamente ligada a instituições religiosas responsáveis pelo ensino e doutrinação dos futuros adultos. O rito de batismo, por exemplo, estava mais próximo de uma solenidade social, de entrada da criança nas estruturas familiares que propriamente de uma cerimônia espiritual. Foi então disseminada a crença em sua pureza, como uma herança da Igreja europeia que por muito tempo conformou a concepção de infância brasileira.

Del Priore (2008) constata outra diferença entre a relação de pais e filhos brasileiros considerando a configuração europeia. A autora analisa cartas e testamentos de mães, escritos próximas da morte, em que demonstravam uma grande preocupação a respeito de quem cuidaria de seus filhos, o que revelava sua afeição e carinho peculiares se comparados com outros períodos e com outras estruturas familiares de outras culturas.

Se a afeição era um diferencial no comportamento entre pais e filhos brasileiros e europeus, as similitudes estão nos mimos e nas formas de paparicação, que eram comuns na Europa do século XVIII mas também faziam parte do comportamento brasileiro, porém, apenas daqueles que pertenciam às camadas mais altas da sociedade. Esse é um aspecto importante a se considerar uma vez que quando se fala de concepção da infância é preciso considerar que ela não varia apenas ao longo do tempo, mas também de cultura para cultura e em função de fatores diversos como o

socioeconômico. Assim, num mesmo tempo e espaço podem conviver práticas oriundas de diferentes temporalidades.

Segundo Coelho (1991) e Del Priore (2008), especialmente no século XIX, quando divisão social fica mais nítida, a maneira como as crianças eram tratadas de acordo com seu pertencimento a grupos distintos também é bastante marcada. A sociedade brasileira nesse período estava dividida entre os grandes proprietários de terras, uma classe média e os mais desprovidos: a classe operária, os pobres e os escravos. Apesar dessa divisão social e econômica ser clara e evidente para os adultos e regular as relações entre eles, ela não se estabelecia da mesma forma para as crianças em todos os grupos sociais. Segundo as autoras, quando bem pequenos, tanto filhos de escravos quanto de proprietários partilhavam o mesmo espaço nas casas dos grandes senhores. Por serem considerados engraçadinhos e dotados de graça, muitas vezes serviam como entretenimento entre os jantares das elites, postos nos centros das salas para a diversão dos adultos. Conforme Del Priore (2008) explicita, a infância, período referente ao nascimento até os 6 ou 7 anos de idade, no século XIX, era uma fase em que as crianças brasileiras eram vistas como gentis e graciosas, o que suscitava um sentimento de carinho por parte dos adultos. A educação, nesses primeiros anos, não era uma preocupação para a classe abastada, muito menos para os escravos, e por este motivo, conviviam em harmonia crianças de origens distintas no interior das casas grandes, até que chegasse o tempo em que não eram mais vistos como engraçadinhos, ou seja, quando não eram mais crianças, mas futuros escravos e senhores de engenho.

Quando ultrapassavam essa idade dos 6/7 anos, os menores eram integrados à dinâmica social do meio em que viviam, compreendida aí a sua divisão. Nesse momento, o filho do senhor caminha para a escola e o do escravo para o trabalho.

De forma semelhante ao contexto europeu da época, a escola, que já era regida pelo estado, tem a função de ser uma instituição formadora das crianças, cabendo a ela o dever de ensinar os conhecimentos gerais considerados necessários, mas também formar o cidadão. A concepção de educação infantil dessas escolas era decorrente da pedagogia clássica, conceituado nos preceitos filosóficos do empirismo, que acreditavam que o conhecimento era adquirido do exterior para o interior. Dessa forma, o sujeito não teria uma posição ativa na construção do conhecimento, mas passiva. Sendo assim, a criança

era vista como uma tábula rasa, na qual deveriam ser inseridos os valores e costumes que a sociedade apreciava.

Segundo a historiadora, no século XIX, no Brasil, a partir dos 7 anos, os filhos de escravos e trabalhadores pobres não tinham acesso à escola, e todos eram levados ao serviço braçal. A alternativa para eles não era a educação formal, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura. O trabalho infantil era uma das maneiras de educar e de disciplinar os filhos já que o direito a uma educação não estava previsto por lei e por isso não lhes era garantido.

Ainda neste século, Priore (2008) observa que não havia um modelo de escola secundária e muitos dos filhos dos grandes proprietários de terra tinham tutores como forma de darem continuidade a seus estudos primários. Para solucionar esse problema, foi criado pelo império o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do país, como modelo escolar a ser implantado em outras escolas brasileiras. Os frequentadores eram membros de uma classe média ou de elite, o que reforçava a oferta de um ensino excludente pensado somente para a classe abastada.

Esse cenário muda um pouco de configuração após 1888. Com a abolição, filhos de escravos passaram a fazer parte de uma sociedade que não estava preparada para recebê-los. Como muitas dessas crianças estavam separadas dos pais, elas constituíram, segundo a historiadora, um batalhão de órfãos cuja destinação e formação limitava-se a poucos locais, como os orfanatos. Segundo Freitas (1997) similar a esta instituição, a Roda dos expostos, que existia desde o período colonial brasileiro, era outro estabelecimento designado para crianças abandonadas pelas famílias, que também não mantinham uma qualidade mínima para seu funcionamento, mas era um dos poucos recursos oferecidos pelo governo para a população carente. Muitas dessas crianças não tinham perspectivas de futuro, pois não encontravam respaldo em políticas governamentais para seguirem para um ambiente adequado que as acolhesse. Os poucos locais onde elas poderiam ser acolhidas eram escolas agrícolas ou de aprendizes que pouco ou nada ofereciam de semelhante à formação escolar tradicional que outras crianças recebiam. Muitas dessas instituições, ao contrário, apenas utilizavam as crianças como mão de obra. Portanto, para estes meninos e meninas abandonados (pela família e pelo Estado) havia duas possibilidades de futuro: o trabalho ou as ruas.

Ainda no final do século XIX, o trabalho infantil continuou a ser visto pelas camadas subalternas como a ‘melhor escola’ (PRIORE, 2008, p. 10), já que as verdadeiras escolas ainda eram destinadas às classes superiores. Rizzini (2008), em artigo sobre o trabalho infantil brasileiro, afirma que “a experiência da escravidão havia demonstrado que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão de obra mais dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho” (RIZZINI, 2008, p. 377) e, por este motivo, somado à falta de uma legislação que protegesse as crianças, era comum que elas fizessem parte do quadro de funcionários das indústrias. Rizzini (2008) traz dados que informam que, no estado de São Paulo, no período de industrialização brasileira, mais de ¼ dos operários eram menores de idade.

Já as crianças que seguiam nas ruas, faziam de pequenos furtos a sua forma de sobrevivência. É quando surgem os chamados *pivettis*, crianças que tiravam da rua seu sustento, seja por meio de pequenos trabalhos, de bicos, como carregamento de malas, seja por meio de esmolas ou de pequenos crimes.

A quantidade de crianças pobres vivendo nessas condições passa a ser vista como uma ameaça ao bem-estar da sociedade. Com a República⁵ instaurada e o aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos, o governo toma providências sobre o assunto tratando-as não mais como crianças, ou seja, como seres que precisam de cuidados e orientações segundo a concepção moderna, mas como infratores, seres perigosos e ameaçadores e que, por isso, precisam ser contidos. A diferença é que ao invés de seguirem para prisões, esses meninos e meninas foram postos em instituições que pouco privilegiavam o bem-estar ou a educação, mas que os detinham para não mais ameaçarem a tranquilidade dos adultos. Durante as décadas seguintes à criação dessas instituições, elas vão mudando suas configurações e estruturas, recebendo nomeações diferentes, mas não perdem o objetivo principal: o de encarcerar crianças infratoras em um espaço similar ao das prisões para adultos.

⁵ O Brasil crescia no âmbito industrial, mas as condições sociais e de moradia não seguiam este desenvolvimento, fazendo com que os membros pertencentes às classes mais baixas, seguissem por uma vida de criminalidade como forma de sobrevivência. No artigo, “Crianças e Criminalidade no início do século”, de Marco Antônio C. dos Santos, discute-se o perfil do vagabundo no início do século XX, logo após a instauração da República no Brasil. Esse perfil consistia na criança, menor de 12 anos, que vivia na rua. Surgem então os primeiros Institutos disciplinares no Rio de Janeiro, capital do país em 1903, lugar para onde essas crianças eram encaminhadas após serem julgadas por seus delitos.

Já para os filhos dos grandes proprietários e pequenos comerciantes, em sua maioria homens, a realidade era outra. A presença destes era reconhecida assim como lhes eram garantidos participação efetiva tanto na casa como na sociedade, e o acesso a educação formal, se não ocorria por meio da escola, era atribuída a um tutor.

Com a República instaurada no Brasil, em 1889, a preocupação com o bem-estar e a educação das crianças formula uma nova imagem desses seres junto à sociedade. O Estado passa a se responsabilizar pelos serviços como saúde e educação e

a integração dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas a crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade (PASSETI, 2008, p. 348).

A educação formal e o cuidado institucionais com esses futuros cidadãos passou a ser considerada então uma questão de ordem pública, pois atingia os setores de segurança nacional. Nesse momento, notam-se duas configurações distintas de infância, uma que entende seu lado infantil como criativo, e outra como sendo uma fase negativa, da qual é necessário o amadurecimento rápido. Guiraldelli (2009) afirma que essas duas visões são resultados de duas correntes filosóficas educacionais. René Descartes (1596-1650), muito próximo às ideias iluministas, acreditava que para chegar a razão, ao conhecimento, era necessário fazer surgir o homem, já que a infância, pelo seu caráter lúdico, impediria o homem de chegar a verdade. Rousseau (1712-1778), por outro lado, acreditava que seria só por meio das instâncias morais que seria possível atingir a razão e a criança, por ser pura e inocente, estaria mais apta a chegar ao conhecimento, logo, prolongar o estado lúdico e criativo, assim como sua inocência, seria uma maneira de criar um homem mais digno e mais hábil para chegar a razão. De acordo Guiraldelli (2009) a tradição pedagógica clássica (empirismo) está assentada na filosofia educacional de Descartes, enquanto a pedagogia nova advém das matrizes de Rosseau.

Além da institucionalização da educação formal, houve também a manifestação de uma preocupação com a saúde da população em geral, e das crianças em particular, voltada especialmente para a higienização. Faleiros (2005), sociólogo e pesquisador sobre o direito da criança e do adolescente, afirma que “nos primeiros anos da República a questão da criança e do adolescente passou a ser considerada uma questão de higiene pública e de ordem social, para se consolidar o projeto de nação forte, saudável, ordeira e progressista (Ordem e Progresso)” (FALEIROS, 2005, p. 171).

Essa visão corrobora aquela apresentada no artigo “Arquitetura Escolar Republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança”, de Carlos Monarcha, em que discute a necessidade que havia em dar, por meio dos projetos arquitetônicos, um novo status à República. O autor assinala que o edifício da Escola Normal de São Paulo, capital, foi um grande marco na época pela grandiosidade do projeto e foi fundado junto da Praça da República, o que demonstra “uma construção de uma imagem de criança, subitamente valorizada e representada como herdeira da República recém-instalada” (MONARCHA, 1997, p.98). As crianças seriam, conseqüentemente, o futuro da nação e a escola, espaço a elas destinado, lugar onde o poder público mostraria o seu desenvolvimento e evolução.

Analisando o percurso histórico e social da infância no Brasil, apresentado muito esquematicamente aqui com base nos textos que se dedicaram a fazer esse percurso, é possível perceber que as crianças recebiam (e recebem) diferentes tratamentos e são concebidas de forma distinta de acordo com o status econômico e social no qual estão inseridas. A infância de crianças pobres brasileiras por se encontrar à margem da sociedade ‘visível’ e cujas demandas são ouvidas, não pode contar, se não tardiamente, com políticas públicas dedicadas a suas necessidades. É a partir do século XX, que passam a ser consideradas como de responsabilidade da ordem pública, do ponto de vista legal. No entanto, mesmo tendo como auxílio leis que visavam a sua proteção e direitos, essa regulamentação não era cumprida (como muitas vezes hoje em dia ainda não é) e a educação e a escola, um dos principais meios de garantia de melhoria de vida e qualificação, estavam ainda focadas na classe média e alta. Apenas em 1953 é criado o Ministério da Educação e, em 1960, o país contava com uma altíssima taxa de analfabetos se comparado com os índices europeus e mesmo de outros países da América do Sul. Estes dados mostram que faltava ainda muito para que fosse possível uma real mudança nas condições de vida da criança brasileira.

A questão do desenvolvimento do país e do desenvolvimento da criança pobre passava, assim, pela imposição da ordem, pela manutenção da higiene e da raça e pela inserção no trabalho. Na esfera da educação, a política sempre tentou articular a ação pública com a intervenção privada, principalmente numa difícil interação entre Estado e Igreja Católica. (FALEIROS, 2005, p.173).

Nesse mesmo período, no contexto da Ditadura Militar, há uma democratização do acesso à escola para as classes populares, que despreparada para o aumento no

número de alunos matriculados e também para as condições para essa inclusão, transformam a inclusão de alunos mais pobres em uma exclusão de ensino de qualidade.

Tendo em vista essas mutações históricas e essas variações culturais acerca da concepção de infância e de sua representação ao longo do tempo em contexto europeu e brasileiro, e considerando nosso objetivo de pesquisa de levantar as formas de representação dos leitores infantis inscritas num objeto cultural de leitura destinado desde sua criação ao público infantil, o suplemento *Folhinha*, buscamos neste trabalho levantar e analisar algumas representações culturais desse leitor infantil.

Para tanto, tentaremos empreender agora um breve percurso das formas de representação da criança leitora no Brasil, do início do século XX aos dias atuais, período que antecede e que compreende a produção, o lançamento e a circulação no mercado brasileiro do suplemento *Folhinha*.

1.3A CRIANÇA LEITORA REPRESENTADA

O período republicano que se iniciou no final do século XIX provocou profundas transformações na organização da sociedade brasileira. Essa nova ordem política, marcada pela emergência de uma classe média, buscou consolidar o Brasil como um país moderno e, para isso, precisou formar melhor sua população por meio da educação, lugar de iniciação de conhecimentos técnicos e científicos. A escola passou então a ser a instituição responsável pela formação desses novos cidadãos e, após reformas de real alcance, aumentou o número de matrículas já no início do século XX. É a escola a responsável por inserir as crianças no mundo da leitura e, por esse motivo, os livros destinados ao ambiente escolar são uma importante fonte de informação de como se deu a inserção da leitura na infância. Além da formação, a difusão dessa instituição escolar pelo país fomenta a criação e a expansão de um novo mercado de consumo, o de livros literários infantis e de outras produções equivalentes. Com vistas a tentar mapear certas representações da criança leitora, em contexto brasileiro, neste período, buscamos aqui avaliar a oferta de textos, certos discursos sobre a leitura, certas práticas de ensino a partir da consideração de práticas de diferentes instituições tais como as de âmbito escolar, as relativas à produção de uma literatura propriamente infantil e, por último, as de origem midiática, que se ocuparam e se ocupam da

formação leitora seja pelo ensino, seja pela oferta de objetos culturais para o público infantil.

1.3.1 A CRIANÇA LEITORA E A ESCOLA

A escola é a instituição responsável pela formação dos leitores e, por este motivo, analisar os livros vinculados a ela é fundamental para compreender o leitor de Folhinha, já que a seleção e distribuição dos livros pela escola são tomadas como referência intergeracional, a serem conhecidos pelos alunos e como importantes para a formação do leitor. Assim, é ela que ensina a ler e que define segundo seus objetivos o que acredita ser preciso ler e saber.

O sistema educacional brasileiro, desde sua constituição, sofre problemas de escassez de recursos humanos e materiais, desde a falta de professores a espaços propriamente chamados de escolas etc.. No início do século XX esses problemas eram talvez mais evidentes porque se tratava de uma oferta muito restrita a grupos muito pequenos da sociedade. Além de serem poucos os que tinham acesso à escola, quase 80% da população era analfabeta (PAIXÃO, 1996, p. 12), e o material usado no processo de ensino de leitura e de escrita era escasso.

Como discute Batista (1999), a falta de material didático era resultado do atraso editorial e de produção de livros em que o país se encontrava. Grande parte dos livros publicados no Brasil no período era produzida na França ou exportada de Portugal e não atendia às demandas de um ensino de português próximo à realidade de seus leitores.

Para solucionar esse problema, muitas escolas criavam seus próprios materiais, manuscritos em folhas que eram distribuídas entre os alunos, prática esta comum em todo o território nacional.

Para Halewell (2005) foi a partir de 1850 que a produção e distribuição do livro didático no Brasil assumem grandes proporções comerciais. Por causa da escassez do produto e a grande demanda do público consumidor (o leitor), as tipografias que faziam a publicação de jornais tornaram-se também responsáveis pela publicação de livros didáticos, que eram vendidos paralelamente aos seus jornais.

Essa aproximação espacial da produção do livro didático daquela do jornal pode indicar que, desde o século XIX, muitos dos traços de produtos didáticos, desde conteúdos até a própria publicação, já se encontravam nos jornais e vice-versa. Nos capítulos de análises verificamos como o suplemento infantil Folhinha, desde o seu surgimento, possui características de uso didático e de formação do leitor, o que pode confirmar essa hipótese.

A falta de livros e a produção de outros materiais com o mesmo propósito suscitam questionamentos sobre o próprio conceito de material didático, como fizeram Batista & Galvão (2009) em *Livros escolares de leitura no Brasil*. Os autores citam a heterogeneidade dos suportes como uma característica fundante desse gênero no país, já que é somente em 1984 que o livro é adotado como o suporte por excelência para fins educacionais.

A expressão “livro didático” é usada – de modo pouco adequado – para cobrir uma gama muito variada de objetos portadores dos textos e impressos que circulam na escola. Com efeito, o livro é apenas um dos muitos suportes de textos presentes na sala de aula e várias obras didáticas assumem formas outras que não a de um livro (Batista & Galvão, 2009, p. 42).

Logo, é fato que o processo de alfabetização no Brasil não empregou apenas o recurso de impressos em forma de livro, já que o material era de difícil acesso, mas de cartazes e outros meios escritos à mão. Essa diferença e

a variação nos suportes - livros, fichas, folhetos, cartazes, colecionadores, cadernos - deve ser tomada como indicadora de diferentes formas de manipulação e uso dos textos escolares: não se trata apenas de textos “lidos”, mas de textos a serem recortados, completados, refeitos, reorganizados no interior das relações pedagógicas que, ao mesmo tempo, visam a atender e a instaurar (BATISTA, 1999, p. 536).

Outro aspecto a ser considerado a respeito do livro didático é também sua indefinição quanto a seu público alvo, fato comum aos livros produzidos no período do final do século XIX ao início do século XX. Isso ocorria devido à falta de locais ou mesmo de uma formação direcionada aos professores responsáveis pela instrução das crianças. Com essa lacuna na formação dos professores, era comum materiais didáticos servirem como método de ensino para os mestres. Apenas na

segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era (e ainda é) um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro. As ilustrações começaram a se tornar uma necessidade, assim como surgiram novos "gêneros didáticos", destacando os livros de leitura e os livros de lições de coisas, não se limitando mais a compêndios e cartilhas. (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

Somada a essa heterogeneidade dos suportes, no final do século XIX e início do século XX, e a indefinição inicial de seu público alvo (professores ou alunos), havia também, na produção de livros, uma indistinção sobre sua destinação, se seriam eles utilizados com fins didáticos ou não. Foi o caso das *seletas* ou *antologias*, publicadas no fim do século XIX, que continham excertos de autores portugueses e brasileiros, mas que visavam ensinar conteúdos morais, religiosos e de conhecimentos gerais e, frequentemente, utilizadas nas escolas, mas que não eram produzidas com fins educacionais (Batista & Galvão, 2009). Outro tipo de livro adotado em ambiente escolar consistia no gênero *narrativa*, comum no século XX, cujo exemplo de sucesso entre o público infantil era o livro *Através do Brasil*⁶.

Segundo Choppin (2004), havia então dois gêneros de textos que circulavam nas escolas, aqueles que eram produzidos com o objetivo de alfabetização e aqueles de leitura corrente, mais conhecidos como *livros de leitura*⁷, que não eram produzidos apenas para a escola, mas que por ela eram adotados.

Esses fatores indicam que o livro didático como hoje o conhecemos não se assemelha aos utilizados nas escolas brasileiras dos séculos passados, já que o próprio suporte não era necessariamente o mesmo de hoje. Essas diferenças nos ajudam a compreender, por um lado, a imagem que se fazia do professor (hipoteticamente mais autônomo, mais bem formado, porque capaz de se valer desses materiais e formular suas aulas, seus exercícios) e do aluno (hipoteticamente mais suscetível a copiar textos e

⁶Essa e outras obras similares serão abordadas e analisadas no item sobre literatura infantil deste capítulo.

⁷Batista & Galvão (2009) consideram *Através do Brasil* e outras narrativas, gênero pertencente ao ambiente escolar. Lajolo & Zilberman, (2007) e Coelho (1991) entendem seu caráter pedagógico, mas os colocam na categoria de literatura Infantil, classificação que será adotada nesse trabalho.

exercícios por não dispor de versões já escritas dos mesmos). Além disso, a falta de recursos visuais sinaliza para essa confusão na destinação inicial ao público do livro didático, que não necessariamente era o aluno, mas sim o professor.

Segundo Batista e Galvão (2009) nas primeiras décadas do século XX, com a escassez de materiais didáticos e com o surgimento de formas de reprodução gráfica, como o mimeógrafo, algumas instituições de ensino passaram também a produzir suas próprias apostilas para o ensino médio e muitos desses materiais eram recolhidos por editores e transformados mais tarde em livros didáticos.

Nos anos de 1960 a 1970 ocorre uma modernização na produção dos manuais escolares. Além das melhorias na sua materialidade (papel, impressão, encadernação) e uma padronização das formas de publicação, há também uma profissionalização dos envolvidos no processo, desde a produção até a venda dos livros. De acordo com Batista (1999) essas mudanças foram possíveis em função de medidas tomadas durante o governo militar, que isentaram, a partir de 1967, impostos sobre o papel e estimularam a produção de celulose.

Batista (1999) afirma que apesar desse aumento, o mercado consumidor não acompanhou o crescimento da oferta de produto, o que demonstrava uma carência de público consumidor de livros. Concomitantemente, há dois processos que ocorrem paralelamente a essa modernização das formas de produção e ampliação de oferta de materiais impressos: a democratização do ensino no Brasil, com o aumento de oferta nos diversos níveis de ensino, ainda que de baixa qualidade e profissionalizante; e o lançamento de projetos de estímulo de consumo de material didático, com a criação do Colted (Comissão Nacional do livro técnico e didático) sinalizando, assim, para a forte relação que se estabelece a partir daí entre o estado e a produção editorial didática. Sobre essa relação, Chopin discute que o livro didático é “para além das prescrições estreitas de um programa, o veículo de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (CHOPIN, 1992, p. 19).

Assim, esses materiais didáticos reproduzem discursos e fortalecem práticas culturais específicos em uma sociedade em que esses objetos extrapolam o âmbito escolar e circulam em outros espaços, como aconteceu com os dicionários, por exemplo, que tinham função pedagógica, mas foram adotados em outros locais que não os escolares.

No Brasil,

os livros didáticos são a principal fonte de informação impressa utilizada por parte significativa de alunos e professores brasileiros [...] parecem ser, assim, para parte significativa da população brasileira, o principal impresso em torno do qual sua escolarização e letramento são organizados e constituídos. (BATISTA, 1999, p. 531).

Dessa forma, além de uma maneira de oferecer instrução e formação, os livros didáticos brasileiros, por sua ampla circulação, são uma fonte de transmissão de ideologias e pensamentos do estado vigente, aspecto este que será discutido em nossas análises.

De acordo com o historiador Choppin (2004), no século XX, os livros didáticos no Brasil foram os responsáveis por dois terços da publicação nacional, e representavam, em 1996, 61% da produção nacional. Esses dados demonstram a significância dos livros didáticos no mercado brasileiro tanto representativa como econômica. Circulam no Brasil mais livros didáticos que livros de outra natureza. São esses aspectos que confirmam a importância do livro didático e dos discursos neles produzidos para a formação de uma população que tem pouco acesso a outros produtos de leitura e que os usam como base de formação educacional. O aumento da escolarização da população, as melhorias nas técnicas de produção e impressão de textos somados com maiores investimentos por parte do governo na produção de livros didáticos alavancaram a indústria editorial e ampliaram assim a oferta de livros mas também de outros objetos culturais tais como aqueles voltados especificamente para o público infantil, como a *Folhinha*. Dessa forma, a democratização de acesso ao livro didático criou também as condições de ampliação de um público leitor e de diferenciação de um certo público urbano e de classe média que começa a adquirir bens de consumo, dado o milagre econômico dos anos de 1960, e dadas as mudanças na concepção de infância, que funcionaram como pano de fundo para a produção desse tipo material para um público leitor infantil.

1.3.2 A CRIANÇA LEITORA E A LITERATURA

Os dados aqui apresentados são oriundos das discussões de Lajolo & Zilberman, (2007) e Coelho (1991), sobre a origem da formação do gênero literário infantil brasileiro. O processo inicia-se nas primeiras décadas de um Brasil republicano, interessado em se modernizar, que propunha mudanças na reurbanização das grandes cidades para a existência de um público consumidor, aberto ao capitalismo. Essas modificações foram efetuadas de forma superficial, e não afetaram os alicerces de um país que acabara de abolir a escravidão e tinha suas bases econômicas ainda fundadas no latifúndio monocultor. Havia também o despreparo do próprio governo em receber as camadas da sociedade mais carente, que foram expulsas dos grandes centros para viverem na periferia, à margem dessa nova sociedade.

É diante dessa nova ordem socioeconômica que a formação da literatura infantil nasce. Essa sociedade urbana e capitalista, preocupada com sua modernização, tem a escola como espaço de construção de saber e conhecimento e como a responsável pela transformação da população. Mas, como vimos anteriormente, carecendo de instrumentos para formar essa mesma sociedade e

nas lamentações da ausência de material de leitura e de livros para a infância brasileira, fica patente a concepção, bastante comum na época, da importância do hábito de ler para a formação do cidadão, formação que, a curto, médio e longo prazo, era o papel que se esperava do sistema escolar que então se pretendia implantar e expandir (LAJOLO & ZILBERMAN, 2007, p. 28).

É a partir de então que, segundo as autoras, ocorre um aumento de traduções e adaptações de livros para o público infantil, como os clássicos *Robinson Crusóé*, *Viagens de Gulliver* e *D. Quixote de la Mancha*. Estes e tantos outros acabaram inspirando escritores brasileiros a escreverem livros para as crianças, incorporando elementos típicos da nossa cultura assim como espaços brasileiros como panorama para suas histórias. Há então um duplo movimento de inspiração e de rejeição dessa literatura estrangeira. As obras europeias inspiram a produção de uma literatura infantil, mas transferem também seus valores moralizantes, que acabam sendo adotados na literatura infantil brasileira. A rejeição dessas obras se dá em relação ao excesso de livros estrangeiros no mercado brasileiro e em função do fato de que eles não seriam compatíveis com a realidade brasileira, ocasionando então um movimento de

nacionalização da literatura, que usa das imagens e textos produzidos nos livros infantis como forma de expandir os ideais do país e desenvolver em seu leitor o patriotismo e o culto cívico.

Tanto Coelho (1991) como Lajolo & Zilbermam (2007) citam como exemplo dessa nova formação o livro *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim. Publicado em 1910, foi um dos grandes sucessos da literatura escolar e muito próximo do gênero “viagem pedagógica” desenvolvido na Europa, que procurava transmitir por meio da literatura conhecimentos sobre geografia, ciências e outros mais. O livro aproximava-se muito de outra obra francesa, *Viagem através da França por dois meninos*, que continha, assim como o livro brasileiro, duas crianças como protagonistas que viajavam o seu país de origem na busca por familiares.

As autoras ressaltam que em ambas as obras são explorados temas nacionalistas e de exaltação da família, já que os protagonistas precisam percorrer e desbravar o país, conhecendo de perto seus encantos e maravilhas, para ir ao encontro de seus familiares, ou seja, é a necessidade de ter uma família que motiva toda a aventura. Sobre essa literatura, Lajolo & Zilbermam afirmam que

a presença de um protagonista criança é um dos procedimentos mais comuns da literatura infantil. Via de regra, a imagem de criança presente em textos dessa época é estereotipada, quer como virtuosa e de comportamento exemplar, quer como negligente e cruel. [...] Além disso, é comum também que esses textos infantis envolvam a criança que os protagoniza em situações igualmente modelares de aprendizagem: lendo livro, ouvindo histórias edificantes, tendo conversas educativas com pais e professores, trocando cartas de bons conselhos com parentes distantes (LAJOLO & ZILBERMAN, 2007, p. 34).

Nesse período particular da literatura infantil são comuns os temas nacionalistas, de amor à pátria e a formação familiar, assim como o de pureza da língua como forma também de assegurar o valor da nação. No prefácio do livro, escrito por Olavo Bilac e Manuel Bonfim, fica clara a visão romântica da criança e da infância:

Suscitar a coragem, harmonizar os esforços, e cultivar a bondade, – eis a formula da educação humana. Os heroes principaes d’estas simples aventuras, não os apresentamos, está claro, para que sejam imitados em tudo, mas para que sejam amados e admirados no que representam

de generoso e nobre [...]. Não se pode influir eficazmente sobre o espírito da criança e captar-lhe a atenção, sem lhe falar ao sentimento. Foi por isso que demos ao nosso livro um carácter episódico, um tom dramático – para despertar o interesse do aluno e conquistar-lhe o coração. A Vida é acção, é movimento, é drama. (BILAC; BONFIM, 1953, p. 7-8, *apud* BATISTA, 2012).

A imagem que se apresenta da criança nesta introdução ao livro se assemelha àquela relativamente romântica apresentada por Rousseau, em que a criança é pura e inocente, e que seria por meio dos sentimentos e da moral, que ela chegaria ao conhecimento, à verdade e a razão.

Os dois personagens serviriam de exemplo de bom comportamento, como uma inspiração para os menores, que só seriam atraídos pelos livros quando tocados emocionalmente, pelos sentimentos e não exclusivamente ou principalmente pela razão. Essa visão da inocência das crianças, da pureza de seus sentimentos, mostra como o pensamento que permeava o imaginário social no início do século XX no Brasil muito se aproximava àquele dos franceses do fim do século XVIII. A criança representada nesse período não seria então retrato fidedigno das crianças reais, mas modelo de inspiração e imitação.

As autoras também ressaltam que na década de 1920 surge Monteiro Lobato com uma proposta diferente de nacionalismo. Usando elementos brasileiros, Lobato difunde uma cultura brasileira não ufanista, mesclando histórias clássicas com os personagens por ele criados, em um misto de fantasia e realidade. Seguem por este caminho muitos outros escritores, como José Lins do Rego e Luís Jardim, que recuperam histórias populares e folclóricas para comporem suas obras. Percebe-se então um aumento da produção da literatura infantil e sua consolidação até a década de 1940, embora haja uma clara diferença entre as produções, pois

a literatura infantil brasileira, elaborando ficcionalmente seus modelos narrativos e heróis, funda um universo imaginário peculiar que se encaminha em duas direções principais. De um lado, reproduz e interpreta a sociedade nacional, avaliando o processo acelerado de modernização, nem sempre aceitando-o com facilidade, segundo se expressam narradores e personagens. Para tanto, circunscreve um espaço preferencial de representação – o ambiente rural - o qual passa a simbolizar as tendências e o destino que experimenta a nação, quando não significa, na direção contrária, a negação dos mesmos

processos e a idealização de um passado sem conflitos. De outro lado, dá margem à manifestação do mundo infantil, que se aloja melhor na fantasia, e não na sociedade, opção que sugere uma resposta a marginalização a que o meio empurra a criança. De um modo ou de outro, enraíza-se uma tradição – a de proposição de um universo inventado, fruto sobretudo da imaginação, ainda quando esta tem fundamento social e político. Esta tradição dá conta da faceta mais criativa da literatura para crianças no país, no período agora examinado. (LAJOLO & ZILBERMAN, 2007, p. 67)

As autoras consideram também que do final da década de 1940 até o início do período militar, algumas dessas características são mantidas, mas enunciam outros significados. Os espaços não são mais lugares simbólicos nessa nova fase da literatura infantil, mas apenas cenários de ação. Os protagonistas não são apenas crianças, e se o são, moram em espaços urbanos e partem para o campo, local do fantasioso e mágico, para realizar suas aventuras.

De acordo com Gobbi (2012), com o aumento e estímulo da indústria, promovidos pela Era Vargas, e a aproximação com os Estados Unidos, há uma produção em massa de livros infantis, mas muitos repetem as mesmas fórmulas que já eram conhecidas pelo público, além do surgimento de diversos heróis americanos comuns das histórias em quadrinhos. Não há um desenvolvimento das narrativas ou visão crítica da sociedade brasileira. Segundo Lajolo & Zilberman (2007), permaneceram ainda a tradição e o nacionalismo, que protege e exalta uma classe dominante e que exclui a classe pobre, salvo poucos escritores.

É nesse mesmo período que surgem outras mídias e outras formas de expressão literária como a prosa jornalística, as letras de música da MPB e muitas outras. Essa diversidade de textos ajuda a literatura infantil a se afastar da instituição escolar, da qual era sempre dependente e próxima. Apesar desse afastamento, é a ampliação do número de escolas que garante uma forma de maior divulgação desses textos, já que além da ampliação de escolas, no período entre 60 e 70 há a criação de programas que promovem a chegada do livro infantil às mãos das crianças.

As modificações no livro infantil decorrem da melhoria nas técnicas de impressão, sinalizam para o aumento da ilustração dos textos (em função da concorrência e da inspiração com/da TV e os desenhos animados) e apontam para uma concepção de infância que estará na base da produção de outros objetos culturais

destinados a essa fase. É nesse momento que o livro infantil tem novas configurações e objetivos, que serão explorados mais à frente em nossas análises.

1.3.3 A CRIANÇA LEITORA E A IMPRENSA

No Brasil do século XIX já havia uma imprensa dirigida aos jovens, que surgiu nos colégios e instituições de ensino. Em seu livro, desenvolvido após sua pesquisa de mestrado, Gobbi (2012) analisa os suplementos juvenis publicados nos jornais diários do país e apresenta que nesse período, na Bahia, em 1831 foi publicado em formato tabloide um suplemento intitulado *O adolescente* e, assim como ele, muitos outros surgiram em todo o país como cópia deste modelo. Como já exposto, muitas vezes, por causa da carência de materiais escolares ou objetos de leitura mais acessíveis, muitas escolas produziam seus próprios jornais, que circulavam dentro das instituições com o objetivo de estimular a leitura e informar o aluno.

Havia também as revistas de grande circulação e, a *Tico-Tico*, nesse sentido, é referência. Lançada em 1905 como um jornal infantil em quadrinhos, foi publicada até 1958. Inspirada nos *comics-books* e em personagens tipicamente americanos, a publicação referia-se à história de dois protagonistas que, durante um período de nacionalização do jornal, na década de 1920, passaram a ter traços e comportamentos abasileirados. Por mais de 50 anos a revista circulou pelo país, o que demonstra a sua relevância no segmento midiático voltado para esse público jovem.

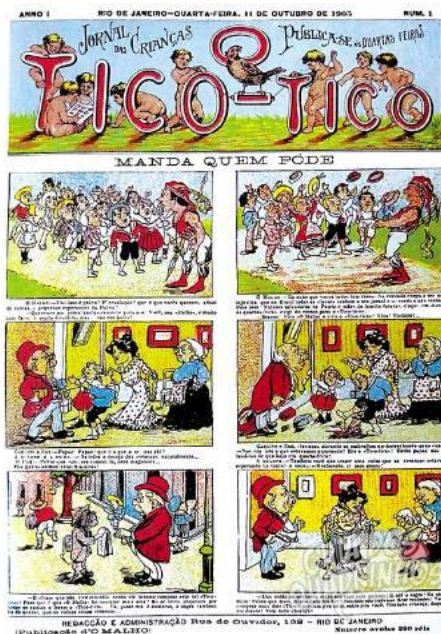
É percebendo essa evolução nas publicações para crianças que surge então, em 1929, o primeiro suplemento infantil vinculado a um grande jornal, *A Gazetinha*. Publicado em quatro cores, era um jornal de qualidade se comparado aos outros do período. Com o sucesso de *A Gazetinha*, surgiram outros suplementos, como o *Suplemento Juvenil*, como vemos a seguir.



Exemplares de *A Gazetinha*, 1987 e *Suplemento Juvenil*, 1979 .

Esses e outros suplementos estavam em circulação na mídia no momento em que surge a *Folhinha*, em 1963, vinculada à Folha de S. Paulo.

Com a ampliação dessas publicações para o público infantil, a revista *Tico-Tico* tenta se impor no mercado e, ao longo dos anos, modifica seu suporte, e passa de jornal a revista, o que parece ter agradado mais ao público leitor da época. O diferencial da publicação eram as histórias em quadrinhos, com ilustrações coloridas e originais. Também eram publicados contos de famosos escritores, como Oscar Wilde, assim como apresentava uma seção para quebra-cabeças, jogos entre outras atividades.



1º exemplar da Revista Tico-Tico, em 1905. Ao lado, as publicações em formato revista, que seguiram neste formato até o encerramento da publicação.

Como podemos observar, as Histórias em Quadrinhos (HQs), estão atreladas ao surgimento dos suplementos. Gobbi (2012) afirma que entre as décadas de 1930 a 1950, estas foram um sucesso, e fonte de uma “febre de leitura” do período. Esse consumo de HQs é visto por Gobbi como um resultado das amplas transformações pelas quais o país passava nos âmbitos econômicos, sociais e educacionais. As HQs seriam o produto de consumo de massa do período, e a pesquisadora levanta a hipótese de sua importância e relevância como incentivo para o surgimento dos inúmeros suplementos infantis no país.

Se considerarmos que a *Folhinha* foi concebida com a participação de uma das maiores referências de HQs brasileira, Maurício de Souza, que com seus quadrinhos, publicados nas páginas finais do jornal Folha de S. Paulo, fazia sucesso no jornal convencional, fica bastante nítida essa relação estreita entre produções editoriais voltadas para o público jovem e HQ’s.

O surgimento e o aumento da oferta desses objetos culturais sinalizam para as mutações na forma de conceber a infância e em especial as práticas leitoras manifestas e produzidas pelo modo como os textos destinados a esse público são produzidos. De histórias em quadrinhos à repetição dos demais gêneros do jornal adulto numa

linguagem infantil, o suplemento não apenas pressupõe o que interessa e agrada aos leitores infantis, quais são suas competências de leitura, quanto tempo dedicam à decodificação de seus textos, cuja linguagem deve contribuir para essa decodificação, mas também criam um mecanismo de acomodação do olhar leitor jovem às formas tradicionais de estruturação do jornal de adultos. Forma-se o leitor, mas também o consumidor do jornal.

O percurso que aqui apresentamos sobre os objetos de leitura publicados para o público infantil mostra que estes têm seu ápice nos anos de 1960 e tinham, como característica principal, servir como exemplo e modelo de formação para crianças. Veremos nos próximos capítulos como este é um aspecto e permeia o suplemento infantil desde seu surgimento e que, longo do tempo, sofre mutações.

2. FOLHINHA E A CRIANÇA

No início do século XX, no Brasil, circulavam em número significativo revistas de História em Quadrinhos (HQs) para o público infantil e juvenil. A revista Tico-Tico, lançada em 1905, é um bom exemplo de sucesso de produtos que tinham como público-alvo crianças e adolescentes. Com a popularização desse gênero, as publicações infantis invadiram os jornais. Baseados nos suplementos dominicais de quadrinhos americanos, o suplemento *Gazetinha*, vinculado ao jornal A Gazeta, publicava, em 1929, o primeiro encarte de jornal com HQs voltados para o público infantil. A *Folhinha* nasce 33 anos após *Gazetinha*, contando com o então jovem cartunista Maurício de Souza que, anos antes, já havia começado a desenvolver os personagens da Turma da Mônica, além de ter alguns de seus quadrinhos já publicados na Folha de S. Paulo. O sucesso das HQs entre o público jovem e de Maurício de Souza e seus personagens na Folha de S. Paulo, pode ter sido um dos fatores motivadores da criação da então *Folhinha*.

A Folha de S. Paulo, jornal de significativa circulação em todo o país, foi fundada em 1921, primeiramente com o nome de Folha da Noite, como um “jornal voltado para a classe média urbana que emergia de uma sociedade ainda baseada na monocultura do café” (Institucional Folha, 2013). Em 1960 são fundidos os jornais Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite na então Folha de S. Paulo. Apesar das mudanças de nome, e das evoluções do contexto histórico-social brasileiro, a Folha de S. Paulo atende ainda, na atualidade, a uma classe social privilegiada, escolarizada, que tem acesso a bens de consumo e a bens culturais elevados e elitizados no contexto brasileiro. São os filhos dessa classe média que são contemplados e referidos na *Folhinha*.

A *Folhinha* surge em 08 de setembro de 1963 e tem como fundadores Maurício de Souza e Lenita Miranda Figueiredo. Além das HQs, o suplemento publicava informativos para as crianças de acordo com o que acreditava ser do interesse deste público. Com 50 anos de publicação, o suplemento sempre foi distribuído semanalmente em papel jornal seguindo, em sua maioria, o modelo tabloide. Esse formato, utilizado nesse segmento, é o resultado de uma divisão de outro formato padrão de grandes jornais, o standard. O formato padrão tem, em média, 58 x 32 cm e possui uma área de impressão de 29,7 X 54 cm, já as impressões em formato tabloide possuem uma medida de 28 X 38 cm ou 29 x 40 cm. O papel total de duas páginas impressas em formato tabloide é de 56 X 32 centímetros, o mesmo que uma única página impressa no modelo standard, o que torna seu manuseio mais simples e fácil, principalmente se considerarmos seu público-alvo. Esse formato também também barateia o custo de produção do material editorial.

O nome “tabloide” originou-se do termo inglês “tabloid” usado também para se referir ao jornal de formato menor. Guaraldo (2013) afirma que os tabloides ingleses começaram a ser publicados no final do século XIX e tinham como público alvo os trabalhadores das fábricas que utilizavam transporte de massa. De acordo com a autora, “esse formato utiliza profusão de recursos gráficos, pouco texto e muitas fotos. O termo tabloide se originou das pílulas compactadas e fáceis de engolir lançadas na década de 1880, pois traz histórias em pequenos textos, fáceis de ler” (GUARALDO, 2013, p. 88). As pílulas condensadas tinham como referência a palavra “tablette” do diminutivo francês “table”, que nada mais eram do que lousas ou mesas para escrever.

Também na Inglaterra foram surgindo, ao longo do século XX diversas publicações populares em tabloide, o que suscitou questionamentos sobre a qualidade do conteúdo publicado nesse formato. É importante ressaltar que em apenas alguns países é feita essa associação. Na Argentina, por exemplo, o jornal de maior circulação é publicado em formato tabloide, e atende a um público interessado em notícias políticas, econômicas e culturais. No caso brasileiro, o formato é adotado em publicações populares, mas também inserido como cadernos nos jornais de grande circulação, caso da *Folhinha*; da *Folhateen*, suplemento voltado para os leitores adolescentes e *Equilíbrio*, com informações sobre saúde, todos circulando semanalmente e vinculados ao jornal Folha de S. Paulo.

Os suplementos publicados em tamanhos menores não parecem atender ao público leitor convencional do jornal. Essa diferença é ressaltada em um primeiro momento com o próprio formato adotado, como se os assuntos abordados nesses cadernos fossem “menores” que os publicados nos demais, mas também pela própria segmentação, separando assuntos de crianças e jovens do próprio jornal, como forma de atender a outro público e, ao mesmo tempo, diferenciá-lo. No caso do suplemento *Equilíbrio*, que aborda temas de saúde e exercícios físicos, a separação parece se dar como forma de atender uma demanda específica por esse tipo de temática, como uma forma de segmentação, e uma estratégia para atrair novos públicos leitores. Se considerarmos que essa temática tem ampla circulação entre o público classe média mais jovem, o suplemento contempla assim leitores e futuros leitores do jornal, ou seja, leitores cujo perfil apresenta diferenças e similitudes do convencional leitor de Folha, tal como acontecia com outro suplemento, de temática cultural, já extinto, *Mais* que tratava de assuntos televisivos e resumo de novelas, publicado também em formato tabloide.

Se o formato tabloide empregado na publicação do suplemento infantil é uma forma mais econômica de publicação de textos, de segmentação e ampliação de públicos e se destaca do jornal por seu tamanho, ele também reproduz, em alguma medida, as diferenças de estatura entre o leitor adulto e o leitor mirim, tornando-se assim um formato mais amigável e ergonômico para o público a que se destina e simbolizando, por seu tamanho, o esforço de diferenciação de produto para o público em questão.

2.1 ALGUMAS MUDANÇAS DE EDITORAÇÃO

Considerando a necessidade de recortar, do volume total de publicações da *Folhinha*, um número de edições representativo e que nos permitisse acompanhar ao longo dos anos de sua publicação as eventuais mutações formais e discursivas por que passou o suplemento, a seleção dos exemplares que compuseram nosso *corpus* buscou contemplar 1 exemplar por ano. Além disso, decidimos que a seleção desse exemplar deveria considerar alguma relação de similaridade entre os demais para que pudéssemos ter parâmetros comparativos na análise. Assim, nossa seleção foi composta a partir de edições da *Folhinha* que apresentassem uma relação direta ou indireta com o dia das crianças, comemorado no dia 12 de outubro. A seguir, apresentamos uma tabela em que figuram o ano e o número de páginas de cada edição referente ao *corpus*:

Ano	Número de páginas	Ano	Número de páginas
1964	14	1980	8
1965	14	1981	8
1966	12	1982	8
1967	8	1983	8
1968	8	1984	8
1969	8	1985	8
1970	8	1986	8
1971	8	1987	*
1972	8	1988	8
1973	8	1989	8
1974	16	1990	10
1975	16	1991	8
1976	16	1992	8

1977	8	1993	10
1978	8	1994	20
1979	8	1995	8
1996	12	2004	8
1997	12	2005	8
1998	8	2006	14
1999	12	2007	20
2000	12	2008	8
2001	12	2009	12
2002	*	2010	8
2003	8	2011	12

É possível notar que após os três primeiros anos de publicação, o suplemento diminui de tamanho, perdendo uma quantidade significativa de páginas. Essa diminuição influenciou outras mudanças, como a redução de algumas seções que eram recorrentes da publicação em seu início.

A média de 8 páginas por suplemento é mantida por mais 8 anos, mas no período de 1974, 1975 e 1976 as páginas dobram em número mas perdem espaço de páginas, sendo publicado em formato meio tabloide. Foi durante essa mudança que a fundadora, e até então única editora da *Folhinha*, Lenita Miranda, é substituída por Cecília Zioni, que seguiu como editora da publicação de 1974 a 1985.

A seguir temos uma comparação entre os dois formatos:



Folhinha de 1973 e 1974.

O tamanho de meio tabloide configurava exatamente metade do tamanho do tabloide original, e lembrava o formato de gibi e revistinhas infantis. Em 1977 o suplemento passa por uma nova reformulação e retorna ao seu formato original de tabloide adotando novamente 8 páginas.

O número de páginas permanece inalterado até o início da década de 1990. A partir daí esse número apresenta-se em média de 8 a 12 páginas, salvo as edições dos anos de 1994 e 2007 com 20 páginas⁸.

Apesar dessa breve mudança, o suplemento sempre foi publicado em papel-jornal, e as disposições de suas folhas imitam a de um jornal convencional. Considerando seu formato, material, disposição e suporte, podemos constatar que o suplemento é formal e materialmente muito próximo a um jornal adulto. A publicação sempre empregou, por exemplo, um cabeçalho de identificação, como o do jornal convencional, mas compostos por elementos que o identificavam como um jornal infantil, como a imitação da letra cursiva simulando manuscritura infantil no título.

⁸ A edição de 1994 possui um encarte de 12 páginas de propagandas para o dia das crianças. Já a edição de 2007 conta com 4 páginas de propagandas também para a data do dia 12 de outubro, porém o espaço do jornal é direcionado apenas para reportagens feitas pelas crianças.

O jornal convencional, composto de vários tipos de textos, requer de seus leitores competências e estratégias de leitura distintas para cada tipo de gênero que o compõe. Como objeto de informação, emprega táticas diversas para ancorar no real seus textos de modo a validar o que declara. Entre as táticas de sustentação de seu dizer como verdadeiro, os textos são ilustrados com fotografias que têm uma relação referencial mais direta com o que registram, valem-se ainda do uso de entrevistas e depoimentos, com citações diretas de modo a atribuir as afirmações aos entrevistados etc. Apesar das relações formais e temáticas estreitas com HQ's, o suplemento infantil, em sua reprodução em miniatura do formato do jornal tradicional, é também composto de vários tipos de textos. No suplemento essas estratégias de ancoragem dos textos no real vão se fazer valer de outra maneira, fazendo uso de imagens fotográficas de crianças reais, fotografias de espaços urbanos, desenhos que simulam um mundo fantasioso, como se estes coexistissem com o mundo retratado pelo jornal. Essas variações na forma, que pretendem atender a públicos distintos se justificam, pois como afirma Chartier, “as formas se modelam graças às expectativas e competências atribuídas ao público por elas visado, mas sobretudo, porque as obras e objetos produzem o seu nicho social de recepção” (CHARTIER, 1994, p. 21).

É pensando em seu público leitor, em suas competências que o suplemento vai utilizar de algumas estratégias de escrita e, conseqüentemente, projetar as práticas de leitura que pressupõem serem aquelas de seu público alvo. Este processo é o que Chartier (2011a; 2011b), dentro da perspectiva da História Cultural da leitura e do livro, denomina como **Representação**.

2.1 A HISTÓRIA CULTURAL E O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

Segundo a historiadora brasileira Sandra Pesavento (2004), a História Cultural, em seu objetivo de descrever práticas do passado, não vividas nem observadas pelo historiador, cujos registros diretos são escassos, como é o caso da leitura, buscará a apreensão dessas práticas por meio de suas representações em fontes diversas e não somente por meio de dados quantitativos ou bibliográficos, mas fazendo uso de outra metodologia. Para a autora, uma pesquisa que tem como objeto uma prática cultural exige que se busque em outras fontes, em outros registros, os indícios sobre seu

funcionamento. Essas práticas não testemunhadas em documentos históricos tradicionais podem ser apreendidas em função dos sinais, das indicações de sua existência e do modo de seu exercício por meio da análise de objetos culturais os mais diversos e até então ignorados como fontes históricas legítimas para a descrição do passado.

O historiador Henry-Jean Martin (1989), um dos precursores dessa metodologia da História Cultural, em seu objetivo de compreender e construir a história do livro e da leitura, valeu-se em suas pesquisas não apenas da análise de dados estatísticos ou econômicos tal como tradicionalmente se fizera em relação à história, em geral, e à história do livro, em particular. A opção por outras fontes, por parte dos historiadores culturais, residiu na análise crítica que observou que essas fontes até então insuspeitas apresentavam dados que poderiam não representar uma realidade. Por exemplo, o número de pessoas que leem em uma determinada comunidade não poderia ser medido somente pelo número de cadastros nas bibliotecas, visto que a prática de empréstimo de livros entre as pessoas sempre fora comum nas comunidades leitoras, portanto, os dados correspondentes aos leitores desta comunidade poderiam ser maiores que o determinado pelo número de membros da biblioteca e, por este motivo, seria necessária a análise de outros objetos que não apenas aqueles estatísticos.

No caso da história do livro, Martin (1989) observou a influência da intervenção e das decisões técnicas realizadas pelos editores na construção dos materiais impressos, e também na modificação de formato de textos já publicados sob a forma impressa anteriormente, quando levavam em consideração públicos distintos daqueles para quem foram destinadas as primeiras versões e sobre os quais supunham possuir diferentes níveis de leitura e, por conseguinte, valiam-se de diferentes suportes e estratégias de escrita.

Algumas dessas novas publicações consistiam nos mesmos textos, mas reproduzidos em materialidades distintas para leitores diversos, o que culminava na produção de diferentes livros e, conseqüentemente, de formas de leitura também distintas. A partir dessa percepção da variação nas formas de representação dos leitores inscrita nas variações dos objetos impressos, começou-se então a construção de uma história do livro e da leitura não mais desvinculando o texto do seu material, mas fazendo do suporte e da escrita complementos de um único objeto.

Entender as modificações ocorridas tanto nos suportes como nos textos e, a partir destas, identificar a representação de uma prática de leitura, não é um processo fácil. O historiador cultural da leitura, Roger Chartier, discute no artigo *Do livro à leitura* (2011b), a dificuldade em interpretar esses sinais tanto por sua complexidade como pela pouca informação obtida sobre essas práticas do passado. Chartier, um dos pioneiros nos estudos sobre a leitura pelo viés da História Cultural, discorre sobre como essas práticas sociais e culturais da leitura são representadas de diferentes modos nos objetos culturais.

Por este motivo é preciso buscar nos objetos essas marcas que indiciam as representações não apenas das práticas de leitura como também dos leitores, assim como é preciso compreender as práticas de representação dos sujeitos, de suas práticas etc. Para Chartier “as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem e mostram” (CHARTIER, 2011a, p. 27). Não estamos, portanto, tratando do conceito de *representação* como o reflexo do real, mas sim do modo como a representação, que é de ordem simbólica, intermedeia a relação do sujeito com o real.

No caso da História da Leitura, os objetos culturais, que são produtos da própria sociedade, sinalizam possíveis representações de seus leitores. Observar esses indícios acerca das práticas de leitura é uma forma de analisar os discursos que, num dado tempo e espaço e entre uma comunidade leitora específica, constroem quem são esses leitores e de que maneiras eles são pressupostos e indiciados nos textos que lhes são destinados e nas formas como estes textos são materializados.

2.2 O LEITOR E A LEITURA REPRESENTADOS: QUEM SÃO OS LEITORES INFANTIS?

Chartier (2011a; 2011b) em suas discussões defende que é preciso dar à leitura “o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora e não anulá-la no texto lido, como

se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores” (CHARTIER, 2001b, p.78).

Dessa maneira, para o autor não se pode definir este ato como sendo transparente, a partir do qual o leitor teria a capacidade, apenas por meio do texto, de apreender sentidos e significados de um livro ou texto. Chartier (2011a; 2011b) afirma que a leitura convoca uma série de fatores, ligados uns aos outros como uma rede de fios. Entre estes fatores Chartier (2011a; 2011b) cita a materialidade dos objetos escritos, as maneiras de ler que foram criadas, desenvolvidas, de forma individual ou em comunidade, assim como também as formas tipográficas adotadas em conformidade com os hábitos da época e do perfil de seus leitores.

Como um exemplo de mudanças materiais que produziram práticas de leitura diferentes, Chartier (2011a; 2011b) cita as transformações que ocorreram na escrita das palavras no texto, entre os séculos IX e XIV, com a adição de espaço entre as palavras como fator que indicou a mudança de uma prática leitora mais oralizada para uma prática de leitura silenciosa. Se antes era preciso ler em voz alta o texto para compreender seu sentido, com a adição dos espaços foi possível não apenas outra prática de leitura como também uma mudança de relação do leitor com o texto, mais íntima e pessoal que a anterior.

Essa relação íntima e individual da leitura foi representada em muitos quadros do século XVIII. Nestes, era possível observar a relação muito próxima do leitor com seu livro, sua relação familiar, não apenas pela representação do ato de ler, mas por toda a composição da tela e de seus elementos que convocavam um imaginário de lazer e prazer. Até mesmo os objetos que compunham a cena, muitos desenvolvidos com o intuito de aparato para leitura, como a Chaise-longue, confirmavam essa representação de deleite e encanto.

Em relação à representação contida nos textos, Chartier aponta que é preciso retornar ao material impresso, em sua estrutura, pois este “traz em suas páginas e em suas linhas os vestígios que seu editor supõe existir nele e os limites de sua possível recepção” (CHARTIER, 2011b, p. 96).

Em um material impresso seria possível perceber, então, por meio de escolhas lexicais como tipográficas, as competências que tanto autor como editor imaginam que seu público-alvo domina.

No caso do nosso objeto, um suplemento de jornal que tem como público-alvo crianças, pode apresentar indícios das práticas de leitura que se pressupõe serem as desta comunidade leitora nas escolhas linguísticas, em sua materialidade como suporte, em sua estrutura composicional e na tipografia adotada, elementos materiais estes que apresentariam a sinalização de uma dada representação do leitor e de suas competências de leitura. São esses indícios que estamos analisando para empreender um levantamento de representações e discursos sobre a criança leitora de classe média na mídia brasileira.

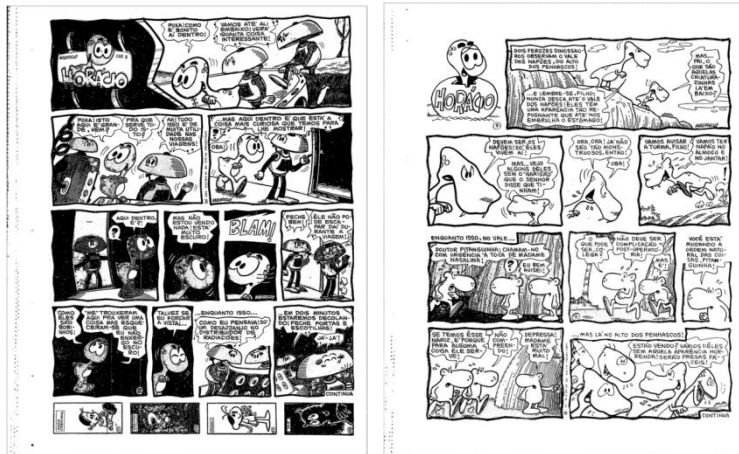
2.3 A LINGUAGEM GRÁFICA DE FOLHINHA

A construção composicional de uma página corresponde aos elementos gráficos que a organizam. Nesses estão inclusos os títulos, fotos, tarjas, textos e cores entre outros empregados para compor uma página.

Considerando estes elementos em nosso objeto, analisamos o modo como foram distribuídos os espaços para o verbal e para as imagens⁹ na publicação do suplemento, realizando uma análise comparativa dos exemplares desde seu surgimento até os dias atuais, já que a forma como eles são ordenados e organizados pode indiciar/orientar uma forma de leitura.

Como já apresentamos, a *Folhinha* surge em 1963 tendo Maurício de Souza como um de seus criadores. Sendo cartunista, fica clara a influência de seus conhecimentos profissionais na criação do suplemento. A turma da Mônica, por exemplo, por muito tempo integra a publicação. Nos três primeiros anos da publicação, as HQs tomam as três últimas páginas do suplemento, indicando uma disposição no suplemento de mais de 20% para esse gênero, o que demonstra sua participação significativa para a publicação.

⁹ É preciso salientar que, a maioria dos exemplares que analisamos não está disponível em sua coloração original. Isso ocorre pelo fato de que nos valem do acervo digital da Folha, cujas reproduções do suplemento Folhinha apenas se encontram em suas cores originais após as edições dos anos 2000. Por este motivo, não serão focados aspectos de coloração das edições.



Folhinha de 1964 e 1965.

Nesse mesmo período, as imagens que acompanhavam notícias e reportagens sobre o mundo infantil e/ou suas atividades eram, em sua maioria, fotos de crianças que tinham certo destaque social ou proximidade com a publicação (leitores assíduos que participavam das atividades do jornal). Já as ilustrações seguiam matérias ligadas a histórias fantasiosas ou contos, gêneros com menor incidência no suplemento. Essa organização entre textos fictícios e ilustrações separadas de notícias reais com fotos reais indica uma estratégia de escrita que separa o mundo real do mundo fantasioso, mesmo que ambos façam parte do mundo infantil. A publicação tenta explicitar que cada imagem refere-se a um tipo de gênero, pressupondo um leitor que entenda o limite entre fantasia e realidade, ou seja, um leitor maduro.

Sucesso total o Festival Infantil

Reunem milhares o Festival de Teatro Infantil oferecido pela FOLHINHA e FENATEL.

Domingo passado, na praça de São Pedro, realizou-se o primeiro encontro de teatro infantil, organizado pela FOLHINHA e FENATEL. O espetáculo, que contou com a participação de milhares de crianças, foi muito bem recebido. Quem viu descreveu o espetáculo como uma obra-prima, pois, além de ser divertido, sempre com o objetivo de educar a criança.

O teatro infantil, apresentado no Centro Cultural, com o nome de Teatro da Manhã.

O Teatro de Armas (Teatro Tábua Bayona), apresentado no Centro Cultural, com o nome de Teatro da Manhã.

O Teatro da Vila (Teatro Chanchalote), apresentado no Centro Cultural, com o nome de Teatro da Manhã.

O Teatro Infantil de Coimbra, apresentado no Centro Cultural, com o nome de Teatro da Manhã.

Veremos outras obras de teatro, sempre com o objetivo de educar a criança, sempre com o objetivo de educar a criança.

Este encontro foi muito bem recebido, sempre com o objetivo de educar a criança.

Este encontro foi muito bem recebido, sempre com o objetivo de educar a criança.

A criança é notícia



Contra de São

Uma criança de São Paulo, que vive em uma família de imigrantes, foi a protagonista de uma reportagem sobre a situação das crianças em situação de rua.



A "mãe" de São

Uma mãe de São Paulo, que vive em uma família de imigrantes, foi a protagonista de uma reportagem sobre a situação das crianças em situação de rua.



A vida de São

Uma criança de São Paulo, que vive em uma família de imigrantes, foi a protagonista de uma reportagem sobre a situação das crianças em situação de rua.



Impressão

Uma criança de São Paulo, que vive em uma família de imigrantes, foi a protagonista de uma reportagem sobre a situação das crianças em situação de rua.

Salão da Criança

Salão da Criança - sempre disponível



...e...o papaizinho!

Historias da Tia Lenita

Conversinha de aprender musica



Esta é uma história sobre uma conversa entre uma tia e uma criança sobre aprender música. O texto descreve como a criança aprendeu a tocar um instrumento e a importância da música na vida.

PERFORMANCE

MEUS AMIGOS

A turma toda vai ao Salão da Criança - e você?

de 9 a 23 de outubro

Da 18 de outubro, Dia do Professor, o Salão estreia aberto das 10 às 23 horas.

Folhinha 1964, 1965 e 1966.

A partir de 1967 as ilustrações passam a compor os textos de gêneros não fictícios, tomando, de certa forma, o espaço antes destinado apenas para fotografias. Essas imagens permitiam uma leitura panorâmica, já que indicavam uma leitura primeira dos textos a qual faziam parte.

Na organização da página do suplemento, na primeira década, a diagramação consistia em uma divisão em blocos, onde cada reportagem ou assunto contava com um espaço determinado, sem ultrapassar seus limites.

Localizados no alto dos textos, em lugar de destaque, sem ter contato com outras ilustrações ou textos, os títulos das matérias não usavam de uma arte gráfica específica, uma vez que a maneira de destacá-los era a mesma empregada no jornal tradicional, ou seja, por meio do tamanho ampliado das letras, e pelo emprego de cor mais acentuada.

A fonte utilizada na maioria dos títulos era praticamente a mesma de todas as matérias. Esse formato do suplemento assemelha-se ao do jornal para o público adulto, implicando um leitor com capacidades de leitura semelhantes ao de um adulto, ou seja, um mini leitor adulto.

Na década de 1970 permanece ainda o formato da disposição de textos seguindo uma ordem e estrutura quadrada, mas as ilustrações e os títulos começam a usar outras grafias, fontes e contornos.

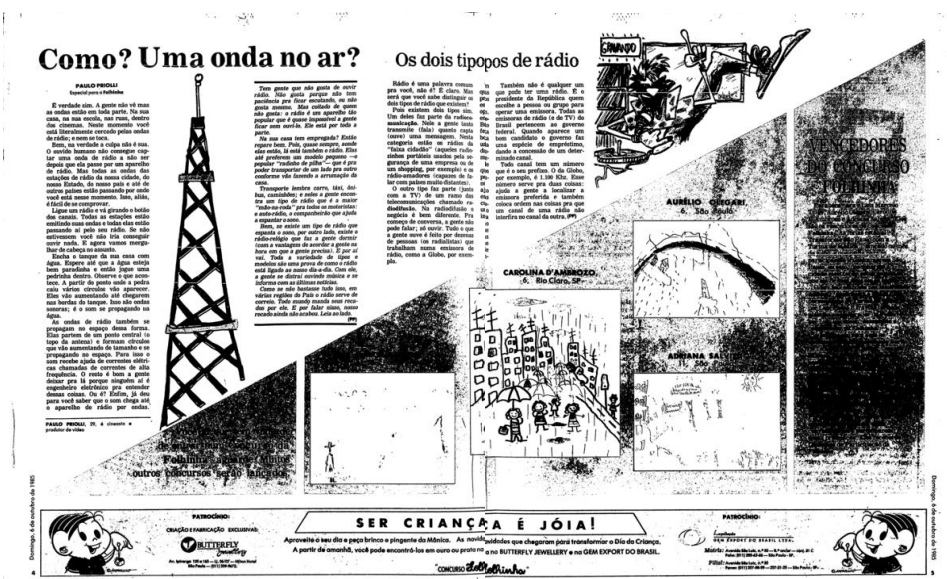
A separação por colunas nas folhas dos jornais foi uma estratégia adotada nos Estados Unidos no final do século XIX para diferenciar o livro do jornal. De acordo com Barnhurst & Nerone (2001), as publicações do período não eram discriminadas hierarquicamente¹⁰, como atualmente é feito, e a separação por linhas foi uma maneira de introduzir mais conteúdo e também distinguir o jornal de outras publicações. É possível perceber que em algumas das reportagens as linhas que separam as colunas estão presentes, mas vão aos poucos desaparecendo ou adotando outras formas de separação textual, como um quadro ou moldura.

¹⁰ No final do século XIX, nos EUA, as notícias tinham uma estrutura diferente da atual, que é denominada de pirâmide invertida. As notícias eram ditadas cronologicamente, o que demandava tempo e espaço no jornal. Com o contexto da Guerra Civil, havia a necessidade de informar o público leitor sobre a situação e pouco tempo para que as notícias circulassem. Somado a isso havia também a questão do telégrafo, principal meio de comunicação da época, que apresentava constantes interrupções, prejudicando o repasse dos dados. Diante desses problemas, os jornais desenvolveram uma técnica chamada de pirâmide invertida, na qual era preciso mencionar, nas primeiras linhas, as principais informações de uma notícia, deixando as menos importantes para o final. Caso fosse necessário diminuir o tamanho dos textos, era preciso apenas cortar as últimas linhas.

No período seguinte, de 1980, as matérias localizadas entre as páginas 4 e 5, que geralmente correspondem à matéria de capa, passaram a utilizar não mais estruturas em colunas, ordenadas por blocos, mas sim da página toda, desde o espaço antes limitado ao título, como também espaço de textos linguístico e imagético, incorporando então ao texto todo o conteúdo exposto na página e não apenas delimitado pela coluna e imagem a ela atrelada. Isso ocorria, pois diferentemente das outras páginas, essas permitiam o uso do tabloide sem que suas folhas fossem dispersas ou partidas por estarem localizadas no meio. Vejamos alguns exemplos:



Folhina, 1984.



Folhina, 1985.

Esse novo modo de disposição na página dos fragmentos em linguagem verbal e das imagens é adotado em toda a publicação a partir de então, o que pode sinalizar uma nova forma de apropriação desses textos, menos linear e protocolar, logo, mais difusa segundo o regime de leitura mais próximo do da leitura de imagens. Como Curcino discute:

há algo da ordem da materialização e da circulação que faz com que um texto seja lido de um modo e não de outro, algo que incide sobre os sentidos passíveis de serem produzidos no interior de uma imanência textual, que se liga, para além do caráter sócio, histórico e ideológico da língua, às propriedades e ao regime de circulação definidos por seu suporte [...]. (CURCINO, 2006, p. 30).

A evolução das técnicas então usadas sinaliza para a promoção de uma nova forma de apropriação dos textos do suplemento, não mais sobre o princípio da linearidade próprio do regime de leitura instituído por textos constituídos essencialmente pela linguagem verbal, mas antes pelo regime de leitura instituído pela linguagem imagética, logo, global, panorâmica. Nesse período é possível perceber que apesar das ilustrações serem modernas, os textos em linguagem verbal mantiveram sua estrutura de parágrafo, com pequenas inclinações. No segundo exemplo há uma exploração das imagens na sua forma de exposição, maior e mais atrelada ao texto, mas o texto segue na ordem da esquerda para a direita, de cima para baixo. As fontes dos títulos modificam-se, mas dentro do texto estas mantêm-se no padrão.

É nítido que, com essas transformações, a imagem passa a ocupar um espaço significativamente maior que anteriormente, e deixa de estar localizada nas extremidades para ocupar o centro das páginas. Os títulos seguem também nesse processo de modernização e passam a ser apresentados em formatos distintos de acordo com a matéria a qual fazem referência.

7 de Setembro de 1991

Folhinha

ROBSON DE PAULO

BRINCADEIRAS

As brincadeiras são aquelas que se fazem para se divertir. Elas podem ser feitas em grupo ou sozinho, em qualquer lugar e a qualquer hora. Algumas são simples e outras são mais complexas. O importante é se divertir e passar um bom momento.

ACOR - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

MLA - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

SIAC - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

GOAT - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

ABEB - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

OBON - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

OTARE - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

PIPIA - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

LOCA - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

AMC - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

ODDA - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

DOE - Jogar com cartas e tentar fazer uma sequência.

FOLHA DE PAULO

Folhinha

Sábado, 9 de outubro de 1993

Pinte o sete em exposição de arte

DIAS DE CRIANÇAS

Os jogos educativos são aqueles que ajudam a criança a aprender de forma divertida. Eles podem ser feitos em grupo ou sozinho, em qualquer lugar e a qualquer hora. Algumas são simples e outras são mais complexas. O importante é se divertir e aprender ao mesmo tempo.

DIAS DE PASSARAS - Exposição de arte com o tema "Pinte o sete".

Super Mario em filmes - Filme baseado no jogo Super Mario Bros.

Desenhos feitos por crianças - Exposição de desenhos feitos por crianças.

Cartas - Jogos educativos com cartas.

Isto não é nenhum jogo - Filme sobre jogos.

FOLHA DE PAULO

sexta-feira, 1 de outubro de 1993

Folhinha 9

Jogos para derreter sua cabeça

CONSUMO

Os jogos educativos são aqueles que ajudam a criança a aprender de forma divertida. Eles podem ser feitos em grupo ou sozinho, em qualquer lugar e a qualquer hora. Algumas são simples e outras são mais complexas. O importante é se divertir e aprender ao mesmo tempo.

Street Fighter - Jogo de luta para PC.

Quake - Jogo de ação para PC.

Darkstalkers - Jogo de luta para PC.

Folhinha 1991, 1993 e 1996.

Podemos observar nos exemplos anteriores que as imagens, em alguns casos, passam a ocupar um espaço central nas páginas do suplemento e até maior que o destinado para o texto verbal. Nos anos de 2000 o aumento e a centralização dos textos imagéticos são significativos e por vezes sendo utilizados como planos de fundo dos textos verbais.

FOLHA DE SPINHO FOLHINHA sábado, 6 de outubro de 2003 F3

DIA DA CRIANÇA

O que você quer no seu dia?

Paz no mundo

Hoje em dia existe muita violência no mundo. Existem sem esperança em casa e nas escolas. Não podemos passar em paz, mas não nos dá a paz. Hoje, com o mundo tão ruim, não podemos passar em paz, mas não nos dá a paz. Hoje, com o mundo tão ruim, não podemos passar em paz, mas não nos dá a paz.

Meninas mupumassas estudam o Alcorão

Crianças conversam em encontro na Folha

sempre, diz Tânia Shimoda, 7, do ensino Nossa Senhora das Graças. Tânia fala que "crianças pediram de mais brinquedos e jogos".

"Um dia feliz"

"Se o Dia da Criança fosse, pelo menos, um dia feliz no mundo, já seria um grande presente", diz Brian Silveira dos Santos, 11, da escola estadual Profª Maria Angélica Siqueira de Lenc, de Itaipava. "Hoje são jornais que as crianças não leem, porque elas não sabem ler, por que elas não sabem ler", diz o menino de 11 anos.

Outro presente que as crianças gostariam de ganhar é mais brinquedos e jogos, como jogos de tabuleiro e jogos de cartas. "Não se pode ter medo de explicar as coisas das crianças", diz a professora da escola Municipal Jean Moreno, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

F 4 sábado, 16 de outubro de 2003 FOLHINHA FOLHA

Sombrias e misteriosas

Já que você conhece as histórias das florestas, descubra quais são as florestas que habitam as histórias

GRANDE NOVELA

A Floresta Negra fica no sul da Alemanha e tem esse nome por causa de madeira escura, principalmente carvalho, abeto e fave. Durante o inverno, a floresta é escura e misteriosa. Assim, as histórias das florestas alemãs são chamadas de "Floresta Negra".

NOVAS

Das florestas vivas e misteriosas, podemos encontrar muitas histórias interessantes. Algumas delas são contadas em livros e filmes.

Antes, não era amigo do chagal

Antes de vir o melhor amigo do homem, o chagal era considerado um animal selvagem e perigoso. Mas, com o tempo, ele se tornou um animal doméstico e muito útil.

Como surgiram a água e o vento

Os índios acreditam que a água e o vento foram criados por um espírito chamado Tupã. Segundo eles, Tupã criou a água e o vento para que os seres vivos pudessem viver.

FOLHA DE SPALDO FOLHINHA sábado, 9 de outubro de 2004 F7

LIVRO

uma vila para entender o MUNDO

MARCELO VAZ

Quando uma metrópole conta algo que envolve milhões de pessoas, é difícil imaginar o que esse algo tem de especial. Será uma grande obra de arte ou uma grande obra de engenharia? Essa é a pergunta que o autor do livro "Uma Vila para Entender o Mundo" quer fazer. O livro conta a história de uma vila imaginária, criada por um grupo de arquitetos e urbanistas. A vila é projetada para ser um modelo de cidade sustentável e inteligente. O autor explica como a vila foi planejada e como ela pode ser usada como um modelo para outras cidades.

Se o mundo fosse uma vila de cem habitantes...

- 21 seriam chineses
- 3 seriam brasileiros
- 10 seriam entre cinco e nove anos
- 10 seriam homens
- 17 não sabiam ler nem escrever
- 10 tinham computador

Se o Brasil fosse uma vila de cem habitantes...

- 42 seriam da região Sudeste
- 22 seriam de São Paulo
- 10 seriam entre cinco e nove anos
- 27 possuíam fome
- 14 seriam analfabetos
- 19 tinham televisão em casa

Folhinha 2001, 2003 e 2004.

Em sua tese de doutorado Curcino (2006) debate as transformações que ocorreram na revista *Veja* em relação à disposição e à qualidade das imagens na publicação. Em seu trabalho, a autora cita o avanço das técnicas de produção e de impressão das revistas e como elas podiam ser reconhecidas principalmente pela qualidade das imagens e das ilustrações. Da mesma forma, no suplemento Folhinha, podemos notar a melhoria das técnicas de ilustração assim como de disposição de imagens nas páginas, observando “a aproximação das técnicas de escrita próprias a

novos meios de produção e circulação dos textos, como a televisão e o computador, bem como a apropriação das representações de leitura dos textos inscritos nesses novos meios” (CURCINO, 2006, p. 116).

Esse novo modelo de configuração da página, tendo as imagens como pontos centrais, sinaliza uma mudança de regime de leitura pautada pelo verbal, linear, para uma leitura mais dinâmica, pautada pela dispersão. O olhar proposto pela publicação seria então panorâmico, próprio do predomínio da linguagem imagética, e não unidimensional.

A criança leitora representada nestes textos pelos editores e produtores adultos é tida como um leitor mais habituado a textos visuais (audiovisuais), cuja decodificação de imagens difere da decodificação dos textos verbais. Trata-se de uma leitura mais rápida, mais fragmentada, no que concerne às imagens e sua disposição nas páginas, cujos textos verbais foram perdendo espaço.

Nos primeiros anos de publicação os temas mais abordados nas edições do dia 12 de outubro eram referentes ao dia do professor, o dia dos animais, descobrimento da América e o próprio dia das crianças. No final da década de 1970 a criança passa a ser o tema central da publicação e atividades culturais, atividades escolares (informações sobre ciência e curiosidades), brincadeiras e a participação delas com comentários, cartinhas e envio de desenhos têm presença significativa na publicação. No início dos anos de 1990 a presença de temas com enfoque em educação é diminuída e cada vez mais indicações de brinquedos e outros bens de consumo ocupam as páginas principais da publicação. Essas mudanças temáticas já indiciam que o perfil do leitor contemplado pela *Folhinha* sofreu modificações desde seu surgimento até os dias atuais. A seguir, iniciaremos as análises de algumas estratégias de escritas contempladas pela publicação para esse público infantil.

3. O LEITOR MIRIM: NOVOS MODELOS DE SER CIDADÃO E CONSUMIDOR

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, de empreender análises sobre certas representações, ou seja, projeções discursivas do leitor infantil do suplemento *Folhinha*,

a partir de nosso *corpus*, composto de diversas edições desse suplemento, realizamos uma análise comparativa entre exemplares da publicação, visando levantar e descrever algumas estratégias de escrita adotadas pelo projeto editorial em suas continuidades e mutações. Tal como anunciado, assumimos as estratégias de escrita como índices a partir dos quais é possível aceder a projeções de práticas de leitura, logo, das competências, interesses e habilidades do leitor a quem se dirigem os textos. Portanto, elas representam índices legíveis das representações que fazem os editores e os autores dos textos do suplemento acerca das práticas que pressupõem serem as de seus leitores ou as que lhes desejam fomentar, tendo em vista um imaginário que compartilham socio-histórica e culturalmente sobre a leitura.

Apresentamos neste capítulo algumas análises de exemplares do suplemento infantil que compuseram nosso *corpus* de modo a discutir algumas dessas representações de seu público leitor, indicadas por meio de diversas estratégias de escrita e referentes a um período da publicação específico, que acreditamos ser significativo para a nossa pesquisa no que diz respeito a apreensão de certas especificidades do perfil leitor da *Folhinha*.

Delimitamos como primeiro período de análise dos exemplares aquele referente ao período de nossa história política no Brasil, a saber, da Ditadura Militar, quando o controle e a censura impostos aos sujeitos e aos meios de comunicação pautavam-se num projeto de construção de sociedade, segundo parâmetros específicos, que redundavam num projeto de ‘educação’ dos cidadãos.

Por ser este um período histórico importante para a história política brasileira, visto as lutas e embates entre estado e sociedade que nele se travaram, assumimos a análise de edições produzidas no período, de forma a compreender a maneira como certos discursos predominantes e norteadores dos parâmetros do governo no regime militar foram incorporados na publicação voltada ao público infantil.

Buscando identificar eventuais especificidades nos modos de constituição do perfil leitor desse período e dessa comunidade leitora, inscrito nos textos desse suplemento, recortamos para a presente análise os exemplares do período de 1964 até as edições dos anos de 1979. Levantamos certos discursos que constituíam o imaginário social dos sujeitos, nesse período, buscando compreender em que medida as referências à prática de leitura sinalizam e corroboram esse imaginário.

3.1 O BOM LEITOR DE FOLHINHA E A COLUNA DA AUGUSTINHA

A coluna de Augustinha é uma das seções do suplemento, publicada nos três primeiros anos de circulação da *Folhinha*, quando o suplemento contava com um número entre 12 e 14 páginas. Verificamos que, com a diminuição das páginas, diminuiu-se também a presença da coluna no suplemento, sendo publicada apenas até o início de 1969. Em suas primeiras publicações, a coluna ocupava o espaço de uma página inteira do suplemento, o que no montante restrito de páginas dos primeiros exemplares representou ser uma importante seção.

Comparando as colunas da Augustinha publicadas nesse período é possível notar que antes de sua suspensão do suplemento houve uma gradativa diminuição no espaço/tamanho de sua publicação, ainda que se tenha mantido a média do número de páginas.



Exemplares da Folhinha de 1964; 1965 e 1966.

Essa diminuição progressiva pode ser constatada tanto em relação ao tamanho do espaço ocupado na página quanto em relação à frequência de sua publicação que tende a ser rareada a partir de 1966, até sua extinção em 1969.

Augustinha é uma personagem de ficção criada pela publicação. Em sua coluna era possível trocar cartas, pedir conselhos e dicas de comportamento e vestimenta. A coluna tem por título “Augustinha dá aulas de bom-tom e elegância”, cujas ‘aulas’ ministradas pela personagem ficcional são realizadas num tom de conversa em que se apresenta dicas e regras de comportamento, lazer e formação.

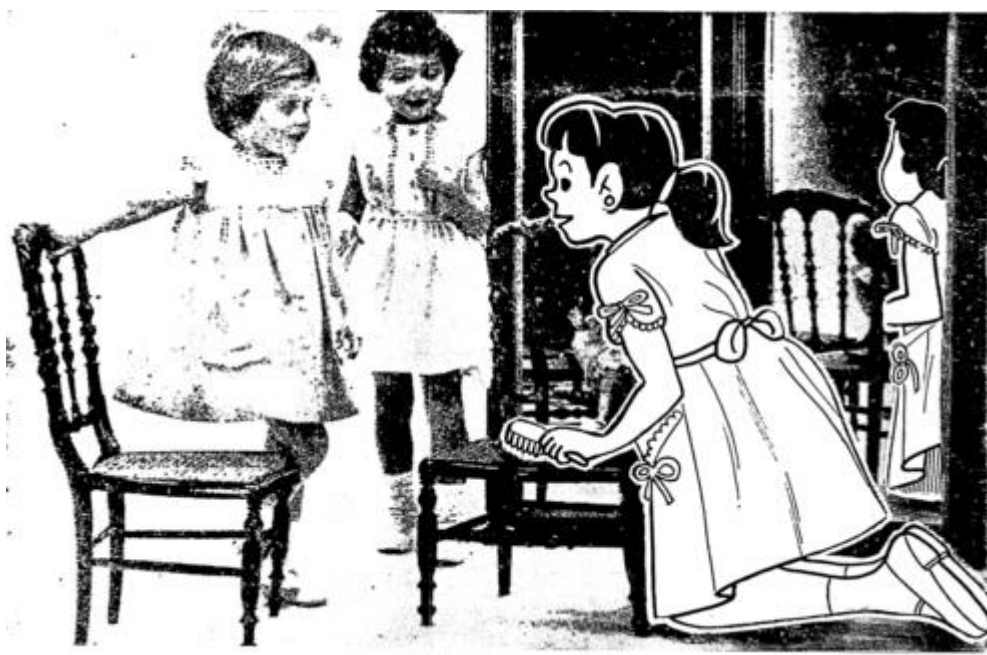
Esse tom conversacional assumido pela personagem, produzindo uma relação hipoteticamente desierarquizada entre os interlocutores é construído a partir de diversas estratégias de escrita. Uma delas é a representação da personagem por meio de um desenho fictício de Augustinha e sua inserção em fotografias junto a crianças reais, em uma montagem que acompanha os textos da coluna. Essas escolhas gráficas já demonstram, por um lado, a qualidade editorial da publicação, cujos esforços técnicos para a produção desse efeito de simulação ambígua de existência da personagem e de forma a estabelecer uma proximidade física com as crianças e, por outro lado, acentua a representação do público leitor de folhinha idealizado ou pressuposto no início de sua produção e circulação. As crianças fotografadas e que ilustram a Coluna da Augustinha compreendem uma faixa de idade que engloba desde as mais pequenas (3 a 5 anos) até aquelas na faixa etária escolar (6 a 9 anos), em sua maioria do sexo feminino. Não sem razão a personagem é uma menina representada por vezes como sendo maior que as crianças a quem dá dicas, por vezes do mesmo tamanho e até menores que elas, como discutiremos daqui a pouco. Essa flutuação no tamanho pode estar ligada com a variação na faixa etária das crianças a que se dirige a publicação. Essa mesma ambiguidade (se é uma criança ou um adulto) na construção da personagem de ficção Augustinha se revela em outras marcas.

O nome da personagem que seria a “autora” das orientações presentes na coluna é apresentado no diminutivo (Augustinha). Somada à imagem da personagem, esse emprego do diminutivo, em sua relação com o contexto em que é manifesto, reforça a simulação de proximidade, logo de produção de identificação, entre a personagem e o mundo infantil.

Alves (2006), em seu trabalho intitulado *O diminutivo no português do Brasil: funcionalidade e tipologia*, a autora classifica 3 tipos de uso do diminutivo em “inho”, diferenciando-os quanto a seus valores semânticos, pragmáticos e ilocucionários. No caso do uso do diminutivo em nomes próprios ou apelidos a autora classifica essa forma diminutiva em sua tabela como possuindo um “valor pragmático: [como] operadores de subjetividade, afetividade, avaliação, mitigação, crítica. Operador no nível do Ato do Discurso (nível interpessoal). Função: estratégias comunicativas, por meio de modificação interpessoal” (ALVES, 2006, p.5).

Esse valor constatado pela autora confirma-se no emprego do diminutivo empreendido na coluna no nome da personagem. O objetivo é o de estabelecimento de aproximação entre o enunciador e o seu leitor, por meio da simulação de interação igualitária, cuja intimidade entre os interlocutores é simulada/estabelecida pelo emprego do diminutivo no nome próprio dos participantes da situação. Além disso, o diminutivo é empregado frequentemente, não apenas nos nomes próprios, em situações de interlocução com crianças, com o objetivo de demonstrar afetividade, simpatia e familiaridade na situação de contato/conversa com esse público.

Essa afetividade, simpatia e familiaridade também podem ser pressupostas pelas representações imagéticas das situações de interlocução:



Folhinha, 1964.



Folhinha, 1965.

Na imagem de 1964, é clara a diferença de tamanho/idade entre a personagem e as crianças representadas. Essa discrepância é, no entanto, relativamente anulada graças ao modo como a personagem se coloca de joelhos (diminuindo a diferença de altura e hierárquica que poderia se estabelecer entre os interlocutores) e veste-se, de forma bastante semelhante às crianças: com vestido de laços e babados que remetem à delicadeza e inocência infantil. Além disso, a cena sinaliza para uma situação de cuidado pessoal/de ensino de cuidados pessoais, uma vez que Augustinha se coloca no mesmo nível das suas interlocutoras e segura uma escova de cabelos em frente ao espelho. Essa situação de tutela afetuosa retoma e reitera, em alguma medida, a concepção de infância iniciada no século XVIII, tal como descrita em relação à Europa, a saber, a de que crianças devem ser protegidas e bem cuidadas devido à sua ingenuidade e pureza originais.

Na imagem de 1965, ao contrário, a personagem aparenta ter o mesmo tamanho/idade. A maneira como Augustinha se veste, embora de vestido, apresenta características mais marcadas, com mangas lisas e cintura mais acentuada, elementos que sinalizam para trajes menos infantis. Ela também se encontra em interlocução com

crianças maiores e numa situação de ensino/conversa mais formal que a representada na imagem de 1964, por se encontrarem num espaço público, hipoteticamente escolar, no qual ela parece orientar, dar instruções/informações para as crianças.

As formas de representação de Augustinha, portanto, não são mera reprodução de uma imagem de criança nem de um adulto. Ela parece oscilar em alguns aspectos para regular a lógica de aproximação/distanciamento, de informalidade/formalidade, de igualdade/hierarquia nas situações de interlocução, dependendo do público que é representado. Augustinha, ainda que sendo uma personagem ficcional, é um sujeito discursivo construído a partir de discursos e imaginários sociais compartilhados no contexto da publicação e que sinaliza, nas formas como se relaciona com seus interlocutores mirins, para a imagem comum da criança e da infância constituída na época, assim como a do público leitor do período.

Como vimos anteriormente, no início do século XX, no Brasil, a criança é um sujeito que precisa ser orientado, guiado, tal como concebido desde o século XVIII, na Europa. O uso de bons-exemplos seria uma das estratégias a ser utilizada para educar e encaminhar essas crianças. Augustinha seria o bom modelo de criança/ jovem e, por ser ficcional, sua construção imagética é feita de acordo com esses discursos. Por isso, ela contém tanto traços infantis, como adultos, marcando a dubiedade de sua representação com vistas à atender um público misto, ao menos do ponto de vista da faixa etária.

Essa flutuação na caracterização da personagem também se manifesta nos enunciados verbais que lhe são atribuídos, sinalizando para as diferentes posições que Augustinha assume na interlocução com as crianças.

Se, de um lado, o uso do diminutivo e de sua imagem como alguém mais jovem é empregado como uma estratégia de aproximação, de desierarquização da relação, por outro lado, esse efeito de interlocução igualitária é paradoxalmente amenizado, neutralizado, uma vez que a personagem desempenha o papel daquela que aconselha, ensina, instrui, “dá aulas”. Essa ação quebra a relação de igualdade, porque aquele que instrui não se localiza no mesmo nível que seu interlocutor. Apesar de sua representação imagética ser a de uma criança, ao assumir a posição daquele que instrui, Augustinha se distingue daqueles a quem se dirige, sendo lhe atribuída a *posição sujeito*¹¹ professora.

¹¹ Michel Pêcheux (1995), em *Semântica e Discurso*, emprega a expressão *posição-sujeito* para explicar a relação de identificação que toda e qualquer enunciação implica, a saber, entre o sujeito que enuncia e um *sujeito do saber* ou *sujeito universal*. Este último é a síntese que caracteriza ideologicamente, no interior

Podemos confirmar essa *posição sujeito* com os seguintes trechos:

Livros

Geraldo gosta de ler. Por isso ganhou de presente da vovó a coleção completa dos livros de Monteiro Lobato. Está adorando. E' uma leitura que AUGUSTINHA recomenda a todas as crianças.

Na escola

Lucia Helena faz "luxo" para levantar-se de manhã cedinho. Isso é coisa muito feia. Toda boa aluna deve acordar bem cedo, tomar seu banho, alimentar-se bem e depois cumprir todos os seus deveres escolares. O seu material é muito bem cuidado e, portanto, ela é muito querida e considerada.

Cinema

Toda vez que Madalena vai ao cinema, ela se comporta muito mal. Faz perguntas o tempo todo, atrapalhando as pessoas que estão ao seu redor. Come balas e faz um barulhão com os papéis. Menina bem educada fica quietinha no seu lugar e não faz barulho com os involúcrulos de balas.

Cinema

Toda vez que Madalena vai ao cinema, ela se comporta muito mal. Faz perguntas o tempo todo, atrapalhando as pessoas que estão ao seu redor. Come balas e faz um barulhão com os papéis. Menina bem educada fica quietinha no seu lugar e não faz barulho com os invólucros de balas.

Folhinha, 11 out. 1964

É possível observar nestes trechos a presença de enunciados típicos da fala adulta dirigindo-se a crianças como, por exemplo, "Isso é coisa muito feia"; "Menina bem educada fica quietinha". Essas formas de enunciar, características da relação entre adultos e crianças, pais e filhos, professores e alunos, que indicam a reprovação de atitudes ou comportamentos ou o reforço positivo de condutas por meio de elogios e

de uma *Formação discursiva*, aquele com quem os sujeitos que enunciam podem e devem se identificar, e que são por ele interpelados, chamados a ser e a dizer segundo os princípios que regulam essa FD. Os sujeitos que enunciam, ao se identificarem com esse *sujeito do saber*, assumem/são levados a assumir uma *posição-sujeito*, a partir da qual dizem o que dizem, fazem o que fazem, sem que necessariamente tenham consciência desse processo que os assujeita, no sentido de constituí-los como sujeitos. Assim, diferentes indivíduos podem assumir uma mesma posição-sujeito quando corroboram os valores, práticas, formas de enunciar, os dizeres, enfim, de uma FD, assim como um mesmo indivíduo pode assumir diferentes posições-sujeito, a depender de suas relações de identificação ou não com uma mesma ou com diferentes FDs.

conselhos, são enunciados pela personagem Augustinha, reafirmando a sua *posição sujeito* de adulto que ensina. Ao enunciar, a personagem assume essa *posição sujeito*, ao formular aconselhamentos e reprimendas, citando exemplos de crianças, em 3ª pessoa, como forma de instruir aqueles a quem se dirige.

O emprego de exemplos é uma forma pedagógica típica dos modos de interlocução entre um adulto e uma criança. Ao simular ou lembrar ações de outros sujeitos, objetiva-se antecipar comportamentos negativos e reprimi-los, ou comportamentos positivos e valorizá-los, estimulando a identificação ou desidentificação dos sujeitos infantis com essas condutas. Por isso, essa forma pedagógica é tão frequente na educação de crianças por parte de pais ou de responsáveis, em sua maioria adultos.

Valendo-se desse recurso do exemplo, a personagem Augustinha inscreve-se mais uma vez na posição hierárquica daquele que instrui, o que produz como efeito um certo distanciamento do interlocutor a quem fala. O uso de gíria, no entanto, manifesto no texto da coluna (Lúcia Helena faz “luxo” para levantar-se de manhã cedo.) apresenta mais uma tentativa de aproximação com o público infantil, ao empregar uma linguagem oral, mais informal, eventualmente própria do universo infantil. Porém, o modo como é inserida no texto, com o uso do recurso de aspas, demonstra que, apesar de haver essa aproximação, elas ressaltam sua informalidade e o não pertencimento ou propriedade de seu uso na enunciação daquele que a emprega.

Essa oscilação exemplifica as constatações de Pêcheux (1995) e de Foucault (2000) de que um único e mesmo indivíduo pode ocupar diversas posições-sujeito ao enunciar. Isso é o que acontece com a coluna da Augustinha, cuja personagem ora assume a posição-sujeito adulto (enunciando à maneira como pais e professores se dirigem a crianças, na condição de seus responsáveis e formadores) ora a posição-sujeito criança (enunciando à maneira como se pressupõe que as crianças falam entre si).

Em *A ordem do Discurso* (1996), Foucault afirma que vivemos em uma sociedade em que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). As instituições teriam,

então, práticas e funcionamentos que permitiriam a circulação ou não de discursos, o que Foucault define como poderes de interdição e exclusão. São esses poderes que definiriam quem pode dizer o que, e o que pode ou não ser dito.

Entender o funcionamento desses discursos e de suas regularidades consistiria, para Foucault na compreensão de seu funcionamento segundo as FDs a que se ligam por corresponderem a um sistema de regularidade e de dispersão dos discursos.

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” (FOUCAULT, 1997, p 43).

É a partir, portanto, da constatação do pertencimento de um enunciado a uma Formação Discursiva que é possível descrever e compreender as coerções que atuaram sobre esse enunciado de modo a regularem o que se pode ou não enunciar, assim como o modo mais adequado de realizá-lo, instituindo concomitantemente aqueles que podem e devem enunciar dessa posição.

Augustinha, ao lhe ser delimitada uma posição-sujeito adulto, está, de certa forma, assumindo posições sujeito de pessoas que têm uma função educativa na formação da criança, como pais e professores que são os responsáveis pela educação formal e não-formal desses sujeitos, caracterizando assim seus enunciados como pertencentes e regulados por uma FD que poderíamos designar pedagógica, instrutiva.

A estratégia do uso de exemplos (fictícios ou não) para fomentar e inibir práticas de acordo com os costumes do contexto em que se fala, é adotada muito comumente em ambiente de sala de aula, o que aponta novamente para o caráter pedagógico da coluna. Esses exemplos, para que sejam eficazes e convincentes, vão fazer uso de recursos para se ancorar no real. Um desses recursos é o emprego de nomes próprios. Nomes como “Geraldo”, “Maria Lúcia” e Madalena, atribuídos às crianças com quem aqueles a que se dirige Augustinha devem se identificar ou não, são nomes típicos da época, o que contribui para fomentar a veridicção do que é enunciado sobre eles. Quanto mais aparentemente reais são os exemplos, mais eficazes podem ser na educação das crianças. Para isso, a narrativa de episódios que possam efetivamente ter ocorrido com personagens que podem efetivamente ter existido contribui para o estabelecimento de

contrato veridictório da enunciação. Esse recurso do exemplo empregado nessa coluna da *Folhinha* em muito se assemelha ao dos livros de leitura comuns do início do século XX. Como discutimos antes, a simulação de exemplos de boa conduta foi uma estratégia adotada pelos livros de “viagem pedagógica”, cujo objetivo era ensinar brincando. Por meio do relato de aventuras por lugares distantes, com personagens infantis, visava-se ensinar geografia e história para as crianças.

Vejamos outros exemplos:

Homenzinho
Sérgio ficou doente, mas comportou-se como um homenzinho. Tomou todos os remédios que mamãe lhe deu e por isso sarou logo. AUGUSTINHA sempre aconselha as crianças a obedecerem a seus pais, pois eles são nossos melhores amigos e sempre querem o melhor para nós. Portanto, quando a mamãe pedir para você tomar um remédio, saiba que ela está querendo apenas que fique bem depressa.

Homenzinho
Sérgio ficou doente, mas comportou-se como um homenzinho. Tomou todos os remédios que mamãe lhe deu e por isso sarou logo. AUGUSTINHA sempre aconselha as crianças a obedecerem a seus pais, pois eles são nossos melhores amigos e sempre querem o melhor para nós. Portanto, quando a mamãe pedir para você tomar um remédio, saiba que ela está querendo apenas que fique bem depressa.

Folhinha, 1964.

Ao afirmar que uma criança do sexo masculino se comporta como um “homenzinho”, e sendo este relatado de forma eufórica como um bom comportamento, alega-se por extensão um caráter disfórico para o comportamento tipicamente infantil que é exercido nessa situação. Esse tipo de enunciado, muito frequente ainda hoje, que visa inibir certos comportamentos infantis como o choro, o medo, a recusa em certos contextos, reforça sub-repticiamente a representação de que a infância corresponderia a uma fase se não negativa ao menos a ser superada rapidamente, uma vez que nela se apresentam comportamentos que não seriam adequados para a sociedade regulada especialmente por valores adultos. A criança, em certas circunstâncias, deveria se comportar como um adulto, como um mini adulto, tal como outrora foi concebida e no esboço que apresentamos da história da infância se demonstrou.

Nesse fragmento da coluna da Augustinha reiteram-se as características gerais que vimos levantando, em especial, a ambiguidade na construção da personagem (adulto x infantil). O emprego de uma linguagem direcionada ao público infantil se manifesta na oscilação quanto às formas de projeção enunciativa, ora em 3ª pessoa (que mamãe lhe deu e por isso sarou logo), ora em 1ª pessoa (eles são nossos melhores amigos e sempre querem o melhor para nós), quanto ao léxico empregado (homenzinho, mamãe), quanto ao uso de certos recursos sintáticos (emprego mais frequente de períodos simples), quanto ao emprego, enfim, de formas gramaticais como a repetição de expressões de quantificação e de qualificação (“todos os remédios”, “sarou logo”, “melhores amigos”, “o melhor para nós”, “fique bem depressa”), que em conjunto conferem à enunciação maior eficácia, melhor aproximação com seu público infantil, maior veridicção nas formas de simulação de espontaneidade pela reprodução da tipicidade de uma conversa entre adulto e criança e entre criança e criança. Assim, por essas estratégias de escrita sinalizam-se traços do perfil leitor e das competências de leitura pressupostas por autores e editores que antecipam e fomentam formas de interlocução que seriam características das crianças. Textos breves, que simulam conversas espontâneas, com estruturas formais simples, que abordam temas comuns com finalidade pedagógica e moral representam um leitor em formação, tanto do ponto de vista técnico (de sua capacidade de decodificação) quanto do ponto de vista moral (de sua formação como pessoa de bem, como cidadão). .

3.2 BOM-TOM E ELEGÂNCIA

As primeiras publicações da coluna da Augustinha referiam-se a um público em comum: as crianças. Porém, após algumas publicações o foco se torna o público infantil feminino. No próprio Almanaque da Folhinha há referência à coluna cujo público-alvo eram as meninas:

A personagem Augustinha surgiu nas edições da Folhinha nos anos 60 e 70. Era ela quem dava dicas de "elegância e bom-tom" às leitoras. As fotos publicadas na coluna mesclavam ilustrações e personagens reais, como no filme "Uma Cilada para Rogger Rabbit" (<http://www1.folha.uol.com.br/folhinha/dicas/di06090802.htm>).

A coluna deixa de se referir aos meninos e aborda assuntos concernentes ao que se acreditava ser do interesse ou necessário para a formação do público feminino da época, como cuidados com a aparência, com a casa, com os irmãos mais novos de quem também é responsável. Ela se constitui de orientações de como uma garota deve se portar em diferentes situações da vida cotidiana, que se restringem ao seu comportamento social e doméstico. A coluna dirige-se a uma leitora que, embora criança/pré-adolescente, deve se preocupar com sua vestimenta, com a organização da casa e a ajuda a seus pais na criação e educação dos irmãos mais jovens.

Essas orientações assemelham-se muito às outras publicações da época voltadas para o público feminino. No *Jornal das Moças*, revista voltada apenas para o público feminino que circulou em todo o Brasil de 1914 a 1965 era comuns assuntos sobre entretenimento e troca de conselhos entre as leitoras sobre dúvidas de comportamento e de cuidados com o lar e a família.

A Folha de S. Paulo era (e continua sendo) um jornal voltado para uma elite brasileira intelectual, porém tradicionalista. Apesar de o público-alvo ter mais acesso à escolaridade, os moldes da família tradicional sempre estiveram presentes nas publicações, como podemos confirmar com o modelo de leitora que é construído desde cedo no suplemento “Folhinha”. A mulher, vista pelos moldes tradicionais como a dona do lar e responsável pela criação dos filhos, tem de ser um modelo de comportamento social. Esse processo começa desde criança, como pode ser evidenciado pela coluna que circulou no período referido, ensinando meninas a se portarem como futuras donas de casa, de acordo com os padrões morais do período.

Durante os anos 1960 o papel da mulher na sociedade brasileira estava começando a ser delineado de forma distinta dos modelos convencionais. Nesse mesmo período houve uma maior representatividade do movimento feminista no mundo; a liberdade sexual feminina permitida pela pílula anticoncepcional e a expansão tanto do ensino como do mercado de trabalho para as mulheres fez avançar o espaço permitido para o público feminino tanto no mundo como na sociedade brasileira. Logo,

este processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas

relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. (SARTI, 2001, p.3).

É no final da década de 1960 que a coluna passa a perder espaço no suplemento e desaparece no início dos anos de 1970, muito provavelmente pela inadequação da personagem Augustinha e de seus conselhos e orientações ao perfil dos leitores, ou das leitoras de então. No contexto social brasileiro, o imaginário que circulava acerca das leitoras mirins da coluna, e não apenas delas, mas de todo o gênero feminino, reflete-se nessas representações do público leitor manifestas nos objetos culturais que eram produzidos e circulavam nesse período.

Quando surge o suplemento, em 1963, ainda havia condições de produção dos discursos sobre etiqueta e comportamento, em especial voltados para o público feminino, o que teria viabilizado a produção da coluna. Com as mudanças sociais femininas brasileiras, o imaginário sobre seus leitores também é modificado. A coluna que inicialmente era publicada semanalmente em uma página, passa a ter seu espaço diminuído progressivamente, passando a ser publicada quinzenalmente e a ocupar um menor espaço na página. Com o desaparecimento da coluna, o suplemento indica essas mudanças no perfil das leitoras ou dos responsáveis pela aquisição do suplemento.

A sociedade brasileira passou por mudanças assim como o imaginário sobre as mulheres e seus interesses. A coluna que tinha como público-alvo meninas/garotas leitoras, e as preparava para serem donas de casa com interesses estéticos e pragmáticos em relação aos cuidados com o lar, não pode mais ocupar o mesmo espaço nesse novo contexto social que estava se formando no final da década de 1960 porque não há mais o mesmo imaginário sobre os discursos sustentados pela coluna.

Dessa forma, não havia condições de emergência dos discursos que eram proferidos pela personagem, e se sua única forma de existência no suplemento era por meio destes mesmos discursos, uma das soluções encontradas é o desaparecimento da coluna e da personagem.

O perfil de leitor indicado pela coluna e suas formas de educá-lo quanto aos bons modos estava comprometido com os valores morais, éticos e políticos de uma classe média assim como seus objetivos de formação dessas crianças. No período militar, por exemplo, essa formação baseada nos valores tradicionais burgueses será reiterada tendo como objetivo a formação de uma criança como futuro da nação e, para

isto, tendo suas bases nos valores morais defendidos pelo regime, e sintetizados pelas instituições igreja, família e pátria.

3.3 A AMÉRICA E A NAÇÃO: O LEITOR INFANTIL COMO PATRIMÔNIO

A *Folhinha* surge um ano antes da instauração do governo militar no Brasil. Considerando essa aproximação do início da ditadura militar com o surgimento do suplemento e análises prévias das edições, pareceu-nos fundamental tratar das edições publicadas neste período, de modo a identificarmos eventuais especificidades na escrita dos textos correlatas ou oriundas do que ocorria politicamente no país. Tal como convencionamos na constituição de nosso *corpus* de pesquisa, selecionamos para a nossa análise as edições do suplemento *Folhinha* referentes ao dia 12 de outubro, Dia das Crianças, publicadas durante o período militar brasileiro, totalizando o número de 14 edições. Considerando a data e o público-alvo da publicação e nosso objetivo de apreender algumas representações dos leitores desse objeto cultural, analisamos a forma como os leitores são referenciados, nomeados e qualificados nas reportagens que foram realizadas especificamente para eles, em especial nos textos que se ocupam da temática do ‘dia das crianças’.

O dia das crianças foi criado no Brasil a partir de um decreto do Deputado Federal Galdino do Valle Silva, em 1924, e sancionado pelo então Presidente Artur Bernardes. A data escolhida, 12 de outubro, é a mesma em que se comemora o descobrimento da América. Embora tenha sido criada formalmente, a comemoração efetiva do dia das crianças se inicia e se consolida apenas a partir da segunda metade da década de 50.

Em 1954 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução segundo a qual os países deveriam adotar uma data para celebrar o dia das crianças. Com a aprovação da Declaração dos Direitos das Crianças pela ONU, em 20 de novembro de 1960, muitos países escolheram essa data, por sua dimensão simbólica e política, como sendo o dia escolhido para essa celebração. No Brasil, em função da data já ter sido definida legalmente há certo tempo, nada se alterou.

A partir de 1955, o dia das crianças passa a ter maior relevância e destaque na sociedade brasileira graças às discussões internacionais, mas curiosamente em função da campanha de promoção de um concurso “Semana do Bebê Robusto”, realizada pela fábrica de brinquedos Estrela. Dez anos mais tarde, a Johnson & Johnson utilizou da mesma estratégia de marketing para promover outro concurso de bebê a ser realizado na mesma data.



Propaganda do concurso Bebê Johnson em Folhinha, 1969.

Essas grandes empresas iniciaram, dessa forma, com finalidades mercadológicas, um novo hábito e costume de celebração do dia 12 de outubro, atrelado ao consumo de presentes.

Embora esse processo de celebração do dia das crianças tenha se iniciado quase uma década antes do surgimento da Folhinha, e em função de hábitos culturais não serem infundidos ou alterados imediatamente, foi apenas aos poucos que a comemoração do dia das crianças passa a ser um elemento de relevo a ser destacado pela publicação.

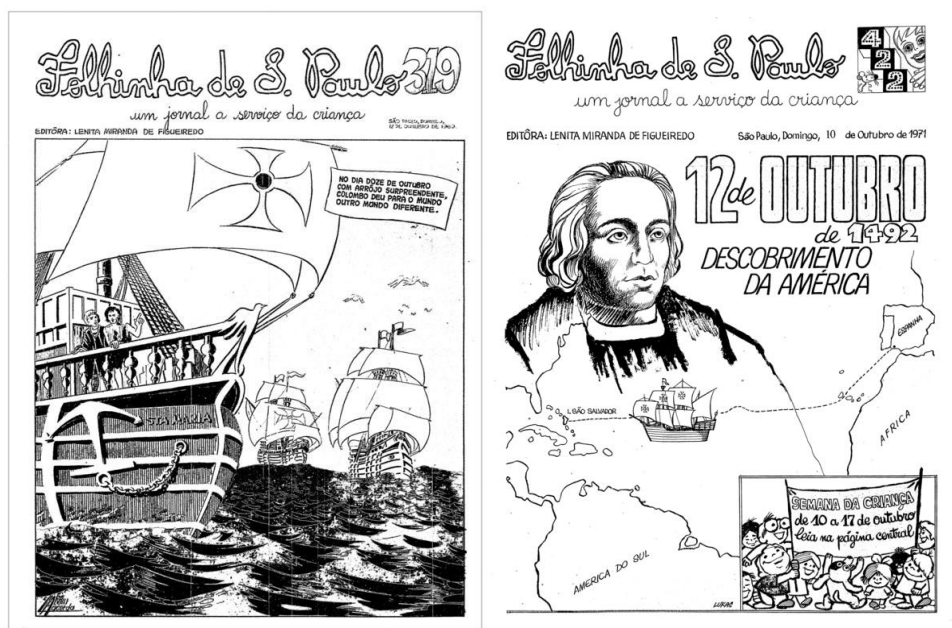
Podemos sinalizar essa progressão nas 14 edições selecionadas. As primeiras publicações do período tomam a celebração do dia do descobrimento da América, o dia do professor e a comemoração do dia das crianças como sendo de igual relevância.



Capas das Edições de 1965 e 1966.



Capas das edições de 1968 e 1970.



Capas das edições de 1969 e 1971.

O suplemento é publicado tendo como público leitor crianças e, no dia designado à comemoração de seu dia, é possível perceber que o que está destacado pela publicação não é apenas o seu público, mas também o descobrimento da América e a figura do professor.

A exaltação do continente parece dialogar com enunciados comuns da época, que buscavam legitimar o discurso nacionalista e do capitalismo americano. A Guerra Fria, contexto histórico mundial no período, fazia a divisão entre os países comunistas e capitalistas, tendo os Estados Unidos da América como símbolo de potência e grandiosidade, e um dos grandes aliados do governo militar brasileiro. Dessa forma, a publicação adota o continente Americano, que apresentava os Estados Unidos como principal exemplo de sucesso de uma nação, o “American Way of Life”, como modelo para esses jovens leitores.

Por se tratar de uma publicação para crianças, não são tratadas questões da situação do conflito instalado mundialmente, mas tem-se uma proposta de ensino, seguindo um padrão comum aos produtos impressos para as crianças: o de formar e informar seu leitor (brincando/entretendo). A própria importância do dia do professor, responsável por educar esse leitor, é ressaltada pela publicação como sendo ele o responsável pela formação dos pequenos que serão, futuramente, adultos.

No caso da *Folhinha*, é por meio da história que se faz o funcionamento de uma valorização do continente americano e, de certa forma, de aproximação com a ideologia capitalista. É possível confirmar essa proposta pelos traços utilizados nas ilustrações da capa. Nota-se que o estilo adotado remete a gravuras comuns nas representações de momentos históricos de livros didáticos e de materiais de valorização de tradição. É importante ressaltar que apesar de estamparem a capa do suplemento, não há notícia ou reportagem no interior da publicação que explique a data. Encontram-se atividades para o dia das crianças e reportagens comemorando o dia do professor, mas nenhuma que faça referência ao descobrimento da América.

No contexto da época, como visto anteriormente, eram poucos os materiais disponíveis no ambiente escolar, já que o desenvolvimento de materiais didáticos em massa começa no final da década de 1960 e só conseguirá atingir uma grande produção nos anos de 1990. Diante desse panorama, e da própria proposta do suplemento, de educar e formar o leitor, as matérias e notícias publicadas poderiam facilmente servir como material de apoio nas escolas, principalmente pelo fato de se tratar de um material relativamente acessível.

Comumente, nas capas de suplementos jornalísticos encontra-se a matéria principal do jornal, justamente pela capa ser um espaço de destaque e de antecipação do conteúdo interior desse objeto. É pela matéria de capa que se atrai o comprador. Essa variação entre capa e matérias indica que havia um interesse primeiro de assegurar a publicação destes temas como sendo mais importantes do que os que eram tratados dentro da publicação. O fato de as capas com tema nacionalista e/ou patriótico utilizarem de um estilo de desenho diferente do adotado dentro do suplemento, somado ao fato de que este tema não está atrelado a nenhuma reportagem, indica que a capa e o suplemento não foram feitos com os mesmos intuitos ou pelos mesmos responsáveis. Essa diferença pode ser analisada como uma estratégia da publicação de diferenciar e destacar o que seria de ordem histórica, escolar, do ensino formal, e o que seria publicado segundo um outro regime, o do lazer e da diversão.

Em sua tese de doutorado, Barzotto (1998) discute que a imprensa no período pós-golpe de 64 só poderia manter-se em funcionamento caso estivesse de acordo com o projeto político vigente. No caso dos militares, o projeto defendido era o de modernização e desenvolvimento da nação, por meio do capitalismo americano, com

bases estabelecidas na moral e bons costumes tradicionalistas brasileiros. Podemos considerar, desse modo, que valorizar a América era, de certa forma, valorizar os valores capitalistas e liberais que eram difundidos e pelos quais governos americanos se colocaram em guerra com outros países.

Para além da proposta pedagógica de abordar temas como o descobrimento da América, a publicação desse tema corroborava a ideologia defendida pelos militares de defesa, orgulho e valorização do território nacional. Essa ideologia deveria encontrar terreno fértil junto às crianças, concebidas como o futuro da nação, e que portanto precisavam ser moldadas para amar, conhecer e servir ao país.

A valorização da nação, frequentemente explorada em materiais para uso escolar de então, diferentemente de ser uma característica específica desse período, é uma prática recorrente na história brasileira, tal como defende a pesquisadora Gasparello (2004), em seu livro *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. A autora propõe a tese segundo a qual desde os tempos do império foi calcada nos livros didáticos de história uma “pedagogia da nação”, que tentava construir, por meio dos livros utilizados nas escolas ou instituições de ensino, um sentimento de pertencimento ao território nacional.

A autora cita, por exemplo, a construção do Colégio Pedro II nos tempos de império, criado para ser o modelo de instituições escolares brasileiras, cujos materiais didáticos de história revelam ter sido o meio para atingir o objetivo da chamada *pedagogia da nação*. Dada a importância estratégica desses materiais didáticos de história, eles se submetiam à avaliação do próprio governo antes de poderem circular nas poucas escolas. Essa importância do ensino de História do Brasil, segundo a autora, relacionava-se a seu poder de formação de cidadãos com um ideal nacional em comum. Em função do acesso restrito a esses livros e à escola por grande parte da população brasileira, inviabilizou-se esse plano tal como o império o desejava e havia previsto.

A mesma estratégia é adotada no início do século XX, com a instauração da república. A pesquisadora Maleval (2010) afirma que

a instrução pública passou a ser percebida como uma das bases para a construção da idéia de *nação*. Após as lutas de independência, a ausência de um sentimento de pertencimento nacional exigiu da monarquia um esforço no sentido de construir essa nação. E essa tarefa foi iniciada também através da educação. Nesse sentido, os

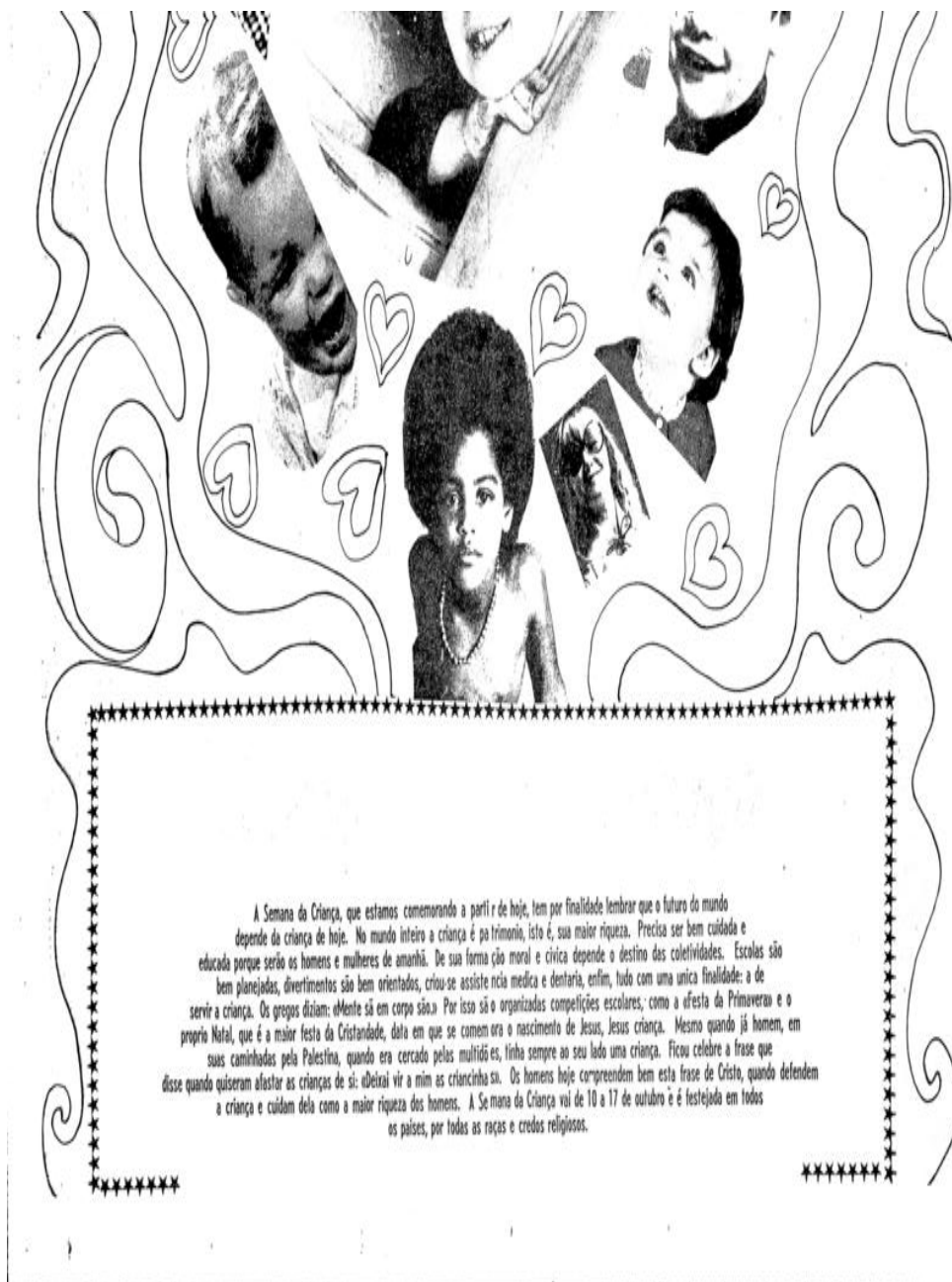
professores assumiram o papel de agentes do governo, enquanto, especificamente, o ensino de história constituiu-se na base para a fundamentação da cultura do pertencimento (MALEVAL, 2010, p. 2).

Como observado nas capas anteriores, temas nacionalistas assim como a celebração do dia do professor eram abordados na publicação com a mesma frequência e importância que o tema do dia das crianças. O tema do descobrimento alinhava-se aos valores de difusão da história do Brasil, de valorização do país, enquanto o tema do dia do professor contribuía para esse alinhamento uma vez que ele era o responsável pela formação dessa nação de pequenos leitores, tal como é afirmado e retomado frequentemente pelo suplemento.

As pesquisadoras Viana Costa (sem data) em seu artigo *Livros Escolares: iconografia e discurso nacionalista no Estado Novo*, discute os usos dos livros escolares na promoção do nacionalismo político, por meio da análise das estratégias de escrita adotadas em livros didáticos na Era Vargas, que adotavam como mote principal a defesa do Estado e a promoção de um nacionalismo quase ufanista. Nesses materiais a autora conclui que

noções abstratas acerca das concepções de ordem social, de trabalho e de povo, sobre as quais se assenta o ideal de Nação e de desenvolvimento da coletividade, premissas fundamentais para o ideário nacionalista varguista, são veiculados por meio de um processo discursivo que articula a linguagem visual e a verbal (VIANA COSTA, SD, p. 10).

Nos textos que compõem as edições do período militar, principalmente nas matérias relativas ao dia das crianças, é significativa a relação que a publicação estabelece/indicia entre o sujeito criança e a nação:



A Semana da Criança, que estamos comemorando a partir de hoje, tem por finalidade lembrar que o futuro do mundo depende da criança de hoje. No mundo inteiro a criança é patrimônio, isto é, sua maior riqueza. Precisa ser bem cuidada e educada porque serão os homens e mulheres de amanhã. De sua formação moral e cívica depende o destino das coletividades. Escolas são bem planejadas, divertimentos são bem orientados, criou-se assistência médica e dentária, enfim, tudo com uma única finalidade: a de servir a criança. Os gregos diziam: «Mente sã em corpo sã.» Por isso são organizadas competições escolares; como a festa da Primavera e o próprio Natal, que é a maior festa da Cristandade, dela em que se comemora o nascimento de Jesus, Jesus Criança. Mesmo quando já homem, em suas caminhadas pela Palestina, quando era cercado pelas multidões, tinha sempre ao seu lado uma criança. Ficou célebre a frase que disse quando quiseram alistar as crianças de si: «Deixai vir a mim as crianças!» Os homens hoje compreendem bem esta frase de Cristo, quando defendem a criança e cuidam dela como a maior riqueza dos homens. A Semana da Criança vai de 10 a 17 de outubro e é festejada em todos os países, por todas as raças e credos religiosos.

(A Semana da Criança que estamos comemorando a partir de hoje, tem por finalidade lembrar que o futuro do mundo depende da criança de hoje. No mundo inteiro a criança é patrimônio, isto é, sua maior riqueza. Precisa ser bem cuidada e educada porque serão homens e mulheres de amanhã. De sua formação moral e cívica depende o destino das coletividades. Escolas são bem planejadas, divertimentos são bem orientados, criou-se assistência médica e dentária, enfim, tudo com uma finalidade: a de servir a criança. Os gregos diziam: mente sã, corpo sã. Por isso são organizadas competições escolares, como a festa da primavera e o próprio Natal, que é a maior festa da cristandade, dela que comemora o nascimento de Jesus, Jesus Criança. Mesmo

quando já homem, em suas caminhadas pela Palestina, quando era cercado pelas multidões, tinha sempre ao seu lado uma criança. Ficou célebre a frase que disse quando quiseram afastar as crianças de si: “deixai a vir a mim as criancinhas”. Os homens de hoje compreendem bem esta frase de Cristo, quando defendem a criança e cuidam dela como a maior riqueza dos homens.) *Folhinha* 10 out. 1971.

Semelhante descrição da criança é manifesta em outras edições, como vemos a seguir:

No meio desta semana, isto é, no dia 12,
todos vão comemorar, vão homenagear,
vão festejar o Dia da Criança.
É importante salientar esse fato, porque a criança é um verdadeiro
patrimônio da família, da sociedade e da Nação.
Nunca é demais repetir que as crianças de hoje
serão os homens de amanhã.
E para que a criança cresça com idéias claras
e com senso de responsabilidade, é preciso que desde muito cedo seja bem orientada.
Tanto na escola (a educação é fundamental para que se torne uma pessoa capaz e bem
esclarecida)
como no lar (fator importante para sua formação moral e cívica).
O ensino bem planejado contribuirá para que a infância de hoje seja
uma juventude cheia de vida e de capacidade. Mas além do ensino, a criança precisa
de orientação sobre higiene, cuidados médicos e dentários.
Neste dia tão bonito, a FOLHINHA sauda
todas as crianças brasileiras.
Que todas sejam felizes. Bom dia para vocês!

Folhinha, 1972

Nos estudos sobre semântica, Guimarães (2002) aborda a enunciação como um acontecimento do dizer, uma prática política, e pensa o seu funcionamento de maneira histórica, considerando a relação que há entre o sujeito e a língua. Diante dessa perspectiva, nos seus estudos, o autor discorre sobre as designações. Designar algo ou alguém não seria nomear ou referir simplesmente, mas promover a “significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico” (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

A publicação ao referir-se aos seus leitores como “patrimônio” indica uma visão da criança como objeto simbólico. Maria Cecília Fonseca em seu livro *O patrimônio em processo* (1997) faz um percurso histórico sobre a concepção de patrimônio e recupera sua origem na França no período pós-revolução. Locais que antes pertenciam à nobreza francesa, após a revolução, foram tomados pelo estado. Muitos cidadãos acreditavam serem esses locais símbolos da ostentação e do poder da aristocracia e, por isso,

deveriam ser destruídos. Para não sofrerem tais ações, o estado passou a incorporar esses espaços simbólicos como lugares de posse da sociedade, suportes da memória coletiva e, conseqüentemente, de identidade nacional. Dessa forma, a palavra patrimônio passou a “designar conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação” (FONSECA, 1997, p. 58). Ao referenciar a criança como ‘patrimônio’ da nação a publicação reforça o discurso segundo o qual a criança não apenas é o futuro cidadão, como também, assim como os demais patrimônios, precisa ser protegida, resguardada, como um símbolo da nação.

Vejamos outros exemplos de designação da criança leitora de *Folhinha* e matéria referente ao dia do professor:



Que se deve dar ao mestre ou à mestra, no dia que é dedicado a eles? Minha gente nova do Brasil, você pode dar qualquer coisa: dê uma flor à mestra, um aperto de mão ao mestre. Dê um livro, um doce, um sorriso. O importante é que você saiba porque estará fazendo isso. O importante é que você compreenda o que essa pessoa vai representar em toda a sua vida. Só agora, no primário, no ginásio? Não, pela vida afora. Durante todos os anos que estão por vir à sua frente, gente novinha do Brasil, o professor ou a professora estarão presentes. Gente novinha da nossa terra, que sabendo disto: ninguém é mais necessário ao Brasil do que o mestre. Temos uma extensão continental, mas, se não tivermos o sentimento do amor cívico, não saberemos conservar a integridade desse continente. É o mestre quem está ensinando você a ser gente de verdade, isto é, gente que ama a sua terra, que a quer sempre mais prestigiada, mais independente, mais respeitada. Tudo isto só é possível se houver um número maior de cidadãos que saibam ser bons lavradores e bons médicos, bons engenheiros e bons operários, bons mecânicos e bons químicos. Nosso país precisa de gente que saiba ler e escrever — e quem é que torna isto possível? Nosso país precisa de pessoas que tornem a nossa vida mais digna, mais bela, mais elevada. Quem é que vai ensinar à gente novinha do Brasil a amar sua terra e sua profissão, se não é o mestre? Hoje é dia de pensar em todos os mestres. Não só na mestra que cada uma de vocês admira e a quem quer bem. Não só no mestre que você respeita e quer imitar. Pense também nos outros, em todos os que lutam para dar à nossa terra uma geração mais capacitada para a vida. Pense em todos os que sofrem na cidade grande para chegar na hora certa à escola, atravessando um trânsito cruel. Pense em todos que, muitas vezes, são forçados a atravessar um rio ou um braço de mar, no interior ou no litoral, para levar, com a mesma coragem, a mesma paciência, a mesma fé, o mesmo ideal, a palavra esclarecedora à nova geração. O carinho que você porá nesse pensamento é tudo quanto os mestres lhe pedem e lhe pedirão, pela vida afora, em troca do verdadeiro tesouro que eles lhe darão.

Ao designar a criança brasileira como “minha gente nova do Brasil”, “gente novinha da nossa terra” a publicação reafirma a imagem da mesma como um patrimônio da nação. O uso de “gente” é usado como forma de interpelação generalizante, falando a todas as crianças brasileiras, ou seja, a todas as crianças que são leitoras de folhinha, mas, ao mesmo tempo, subjetiva e direciona o seu discurso a uma só pessoa ao utilizar “você” (“minha gente nova do Brasil”, “você pode dar qualquer coisa”). Fala-se ora a todos, ora a apenas um leitor. Dessa maneira, parece reafirmar-se o pertencimento da criança como parte importante de um todo, de um país. Esses discursos em defesa e proteção da criança como patrimônio da nação estão atrelados a uma FD patrimonial, que entende o público alvo do suplemento como um bem a ser protegido e orientado pela sociedade, já que estes seriam o futuro da nação.

O uso do diminutivo (novinha) é uma estratégia para se aproximar de seu público alvo, tal como já empregada na coluna da Augustinha. Em estudos linguísticos se comprovou que a terminação -inho além de demonstração de diminuição, no caso reiterando a condição de menor, expressa também valores como afetividade e aproximação (Câmara, 1977; Bechara, 2001). Tem-se como objetivo uma aproximação enunciativa entre o enunciador e o seu leitor, produzindo um efeito, uma simulação de interação igualitária estabelecendo intimidade entre a publicação e a criança, tal como já discutido no item anterior. Porém, adotar essa estratégia confirma a condição de desigualdade entre o interlocutor que representa a publicação e o leitor, pelo próprio emprego estratégico do diminutivo. O uso de diminutivo confirma o desnivelamento já que, cotidianamente, a criança ao se relacionar com outra dificilmente reforçaria a condição de menor, como faz o suplemento em relação a ela.

A criança, sem dúvida, por seu destino e papel, apresenta uma importância significativa, como “patrimônio da família, da sociedade, da nação”. O que chama a atenção é o emprego desse léxico relativamente marcado, tendo em vista o período sócio-histórico. Percebe-se também que a sua importância como bem não está situada apenas no espaço familiar, microcosmo, mas na sociedade, que seria um espaço maior, chegando a um macro, a nação, o país. Logo, a preocupação com elas advém de esferas diferentes, do privado ao público, sendo responsabilidade de todos os que estão inseridos nesses espaços formá-las adequadamente.

Nas edições posteriores a 1971, as capas passam a ter dois temas, tomando o dia das crianças e o descobrimento da América como foco da publicação.



Capas do suplemento de 1972 e 1973

Na semana em que se comemora o dia das crianças a publicação ressalta a data de cunho histórico e nacionalista, e retorna à exaltação do descobrimento da América. Em outras passagens de texto de outras edições do suplemento, insiste-se no papel atribuído à criança como “futuro da nação”, patrimônio da família e da “pátria” que, em sua formação precisa desenvolver-se física e intelectualmente por meio de vários cuidados e cujo objetivo final é o crescimento do Brasil. A preocupação com o bem-estar da criança manifesta-se particularmente em relação ao âmbito da higienização e a educação é concebida como forma de disciplina. Para o projeto de nação idealizado pelo governo de então era preciso educar seus cidadãos, desde a mais tenra idade, como soldados, como um “contingente” que deve ser bem alimentado, ter cuidados médicos, ter formação moral e cívica para garantir o destino da Pátria, retomando discursos comuns a FD patrimonial.

Vejamos outros exemplos:

Começa hoje, exatamente hoje, a Semana da Criança. Durante sete dias os adultos terão oportunidade de homenagear a garotada, que representa o futuro da Nação.

A criança é autentico patrimonio da familia, da sociedade e da patria. Da boa orientação que receber no lar e na escola dependerá o seu bom encaminhamento como pessoa educada, estudiosa, responsavel pelos seus atos.

Naturalmente que o menino ou a menina para alcançar uma formação intelectual, fisica, moral e civica não pode ser descuidada: necessita de alimentação sadia, de uma bem planejada orientação para desenvolver sua capacidade, de atenção medica e dentaria.

Não basta oferecer-lhe distração e divertimento. O mais importante é cuidar de sua formação, para que no futuro possa desfrutar ao maximo tudo o que absorveu de bom durante a infancia.

Nesta semana a criança deverá merecer, tanto quanto nas demais semanas do ano, todo o carinho e a atenção dos adultos, para que tenhamos um Brasil cada vez melhor.

O dia 12 de outubro é o Dia da Criança, de todas as crianças, não importando cor, condição social, raça, credo religioso, situação econômica. Nesta data, devemos nos lembrar de todos os pequenos seres inquietos que frequentam as nossas escolas, que alegram os nossos lares e que encham de ruído os nossos parques e jardins.

As crianças são grande contingente que vai formar a geração do amanhã e que vai guiar o destino da Pátria e do mundo.

A Folhinha, ao enviar uma saudação especial a cada criança, pede que cada qual se conscientize do papel que irá desempenhar no desenvolvimento e destino do Brasil de amanhã.

Folhinha, 1973 e 1976

A imagem reiterada da criança como patrimônio da nação, como um bem a ser protegido e orientado, suscita uma memória recorrente de que é preciso proteger e defender os cidadãos de uma nação e a nação deve ser defendida por seus cidadãos. A FD patrimonial está atrelada a esses discursos que circularam durante o governo militar como uma justificativa tanto para o Golpe de 1964 como para as medidas tomadas durante todo o período de “exceção” da ditadura. Proteger a criança equivalia a proteger a nação e seria por meio dos valores tradicionais da sociedade brasileira que estas seriam formadas e orientadas, o que faz a publicação interpelar a criança tendo em vista a visão que esses discursos promovem acerca de sua função social, a de ser o futuro do país que os militares visavam a transformar e modernizar.

O leitor de *Folhinha* é representado então como um bem da nação, que precisa ser orientado pelos valores tradicionais burgueses brasileiros. Como Fiorin (1989) afirma:

o aparato verbal do poder considera a nação um querer-ser nato e homogêneo, expresso pelos objetivos nacionais permanentes. Nega, assim, a existência de interesses divergentes das diferentes classes da formação social (...). Além disso, apresenta os objetivos de uma classe como os objetivos de todos os brasileiros, pois só à burguesia pode

interessar a manutenção do sistema capitalista ou a paz social. O discurso, apresentando a nação com um querer-ser único, pretende ocultar a luta de classes, integrando numa unidade superior aquilo que é diferenciado. Nada melhor para isso que apresentar as aspirações da burguesia como vontade da nação, num processo de universalização abstrata (FIORIN, 1989, *apud* BARZOTO, 1998, p. 119).

Dessa forma, a nação que seria representada pelas crianças é também uma representação de interesses de uma classe social dominante, a burguesia brasileira. Nela são colocados tanto seus interesses como seus ideais.

Integrar a nação, reiterando paradoxalmente o discurso “democrático” de que todos são iguais e serão tratados de forma igualitária é uma estratégia adotada para apagar os problemas existentes no país. Fala-se da criança como futuro da nação, dos deveres que os responsáveis têm perante ela e por extensão perante a pátria. Não se fala da criança pobre, excluída ou marginalizada e de suas necessidades. Negam-se as suas necessidades para afirmar um interesse único e homogêneo, o de lutar e defender a nação. A reprodução pela revista desse discurso proto-democrático adotado pelo regime e sustentado pelos valores da classe média e burguesa do país é uma prova da conformação desses meios midiáticos aos discursos do poder. Trata-se de uma replicação, de um espelhamento, da representação enfim dos valores burgueses da classe média, a cujos filhos se destina esse suplemento.

Outro discurso comum aos militares amplamente posto em prática nas escolas brasileiras era o do ensino moral e cívico. Retomemos alguns exemplos anteriores:

ou a professora estarão presentes. Gente novinha da
nossa terra, que sabendo disto: ninguém é mais
necessário ao Brasil do que o mestre. Temos uma
extensão continental, mas, se não tivermos o
sentimento do amor cívico, não saberemos conservar
a integridade desse continente. É o mestre quem

Folhinha, 1969.

... e com senso de responsabilidade, é preciso que desde muito cedo seja bem orientada. Tanto na escola (a educação é fundamental para que se torne uma pessoa capaz e bem esclarecida) como no lar (fator importante para sua formação moral e cívica).

Folhinha, 1972.

Naturalmente que o menino ou a menina para alcançar uma formação intelectual, física, moral e cívica não pode ser descuidada: necessita de alimentação sadia, de uma bem planejada orientação para desenvolver sua capacidade, de atenção medica e dentaria.

Folhinha, 1973.

A formação moral e cívica era uma das bases do Governo Militar na educação, tanto que a disciplina Educação Moral e Cívica foi instituída na maioria das escolas secundárias brasileiras como estratégia de veiculação da ideologia que o regime militar adotava. Para Althusser (1983), a escola é um dos aparelhos ideológicos do estado, e é nesse espaço que muitas das ideias daqueles que ocupam posições políticas importantes são difundidas e perpetuadas. Somada a essa estratégia, é nesse mesmo período que o material didático inicia a sua produção em massa e reproduz, em seus conteúdos, as ideologias adotadas pelos militares. Dessa forma,

ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a dar-se não mais no “local de trabalho” (a aprendizagem na própria produção), porém, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições. [...] Porém, ao mesmo tempo, [...] aprende-se na escola as “regras” do bom comportamento, [...]; as regras da moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. (ALTHUSSER, 1983, p. 57)

A moral, para os militares, estava calcada no bom comportamento do cidadão, que consistia em respeitar os valores da família (os bons costumes) assim como a própria pátria. Sendo os militares seus defensores, os que combatiam o regime militar consequentemente estavam também contra o próprio país, segundo o imaginário dos primeiros.

Outro aspecto a se observar nos fragmentos citados é o de que alguns textos não se dirigem diretamente a seu leitor, logo, a pouca interlocução que há é baseada na hierarquia adulto/criança sem a representação da voz infantil. As poucas projeções enunciativas que interpelam seus leitores diretamente, o fazem como ordem, pedido, orientação. A criança está em uma posição passiva, se não submissa segundo a qual precisa receber instrução, educação, formação, para ser um adulto responsável e produtivo, um futuro cidadão. A seguir temos alguns exemplos:

Tia Lenita pede: criança, escreva-me uma poesia!



Quem lhe faz essa sugestão é Tia Lenita, que tão bem conhece a riqueza do seu pensamento e a sensibilidade do seu coração. Tia Lenita sabe que a criança por si só é uma poesia e vive fazendo poesia, vendo poesia nas coisas mais simples da sua existência. Tia Lenita sabe que toda criança é poeta. E é por isso mesmo que ela lhe pede uma poesia, desde que você tenha de 4 a 15 anos de idade. Se você não sabe escrever ainda, peça ao papai ou à mamãe que escreva o que você for ditando. Mas lembre-se: Tia Lenita quer uma poesia que seja sua, ainda que de pé troncado e mesmo com alguns erros próprios da idade. Não vale dedo de gato, viu? Senão Tia Lenita não publicará o seu trabalho poético. Por isso não perca mais tempo, criança, escreva-me uma poesia

Domingo, 12 de outubro de 1969 — FOLHINHA DE S. PAULO — Página 7

Folhinha, 1969.

Nesse trecho o pedido para escrever uma poesia é direcionado diretamente ao seu leitor (“criança, escreva-me uma poesia”; “a riqueza do *seu* pensamento”). A convocação assemelha-se a uma tarefa escolar, considerando as orientações dadas (“Mas lembre-se, tia Lenita quer uma poesia que seja *sua*, ainda que de pé troncado e

mesmo com alguns erros próprios da idade”; “Por isso não perca mais tempo, *criança*, escreva-me uma poesia”). Apesar da interlocução com o público infantil, pedido é feito pautado em uma proposta de produção de uma poesia. Entre esses pedidos e orientações, deixa-se marcado quem são os adultos, que solicitam, e as crianças, que obedecem.

Nesse trecho existem discursos que não se dirigem diretamente ao leitor do suplemento, mas que falam desse público infantil (“Tia Lenita sabe que a criança por si só é uma poesia”). A publicação fala com a criança mas não de forma a conversar, mas a orientar, auxiliar, deixando as marcações de hierarquia destacadas em todo o texto (tia X criança), evidenciando as posições entre o enunciador e o interlocutor. Vejamos outro exemplo:



A Força Pública e as crianças

Hoje é o dia da grande festa que a Força Pública do Estado de S. Paulo fará realizar no Ginásio do Ibirapuera, a partir das 10 horas, em comemoração à Semana da Criança. Desde o dia 2 último, vários colégios e escolas da capital visitaram os quartéis daquela milícia, que apresentaram grandes atrações pa-

ra a garotada. Mas hoje será a melhor demonstração de todos os setores da Força Pública já realizadas de uma só vez: bombeiros, cães pastores, motociclistas, cadetes, ginastas, banda de música, fanfarras, números de magia e cômicos e muitas outras atrações. Vá até lá para ver, a entrada é franca.

Hoje é o dia da grande festa que a Força Pública do Estado de S. Paulo fará realizar no Ginásio do Ibirapuera a partir das 10 horas, em comemoração à Semana da Criança. Desde o dia 2 último, vários colégios e escolas da capital visitaram quartéis daquela milícia, que apresentaram grandes atrações para a garotada. Mas hoje será a (...) demonstração da todos os setores da força pública já realizada de uma vez: bombeiros, cães pastores [...] Vá até lá para ver, a entrada é franca. *Folhinha*, 1967

A forma de interpelar seus leitores é pelo uso do imperativo (Vá até lá para ver), que pode designar uma ordem ou conselho, reforçando a ideia de orientação e instrução que a publicação adota perante o seu leitor. A reportagem faz uso de uma interpelação direta com o leitor do suplemento reproduzindo uma interação e proximidade do jornal com o seu público, intimidade esta que vai ser reafirmada na imagem. A fotografia retrata uma criança em meio a policiais, orientada por eles. Por serem estes os profissionais que trabalham pelo estado, representando a força de repressão, inseri-los em meio a crianças, ensinando-as e demonstrando seu trabalho, produz uma intimidade e proximidade entre crianças e militares que também orientam e ajudam. Essa imagem visa produzir uma humanização e simpatia por estes que são os responsáveis pela coerção política e militar brasileira e a forma de interpelação direta assegura essa proximidade entre leitor, militares e publicação.

Não é incomum encontrar textos que, apesar da tentativa de comunicação com as crianças, utilizando ilustrações e elementos típicos do universo infantil, dialogam com o público adulto. Vejamos um exemplo da publicação de 1976.



O dia 12 de outubro é o Dia da Criança, de todas as crianças, não importando cor, condição social, raça, credo religioso, situação econômica. Nesta data, devemos nos lembrar de todos os pequenos seres inquietos que frequentam as nossas escolas, que alegam os nossos lares e que enchem de ruído os nossos parques e jardins.

As crianças são grande contingente que vai formar a geração do amanhã e que vai guiar o destino da Pátria e do mundo.

A Folhinha, ao enviar uma saudação especial a cada criança, pede que cada qual se conscientize do papel que irá desempenhar no desenvolvimento e destino do Brasil de amanhã.

É possível notar que neste excerto começam a surgir, na definição de quem seriam as crianças brasileiras, elementos que não se referem apenas ao público leitor de classe média de *Folhinha*. Há uma preocupação em citar a existência de crianças com outras condições que não a burguesa brasileira. Essa, aliás, é uma transformação que

ocorre no final da década de 1970 até o final da década de 1980, como veremos no próximo item.

O suplemento refere-se à criança, como tendo diferenças sociais, raciais e religiosas, nuances antes incompatíveis com o projeto vigente defendido pelos militares. Com a extinção do Ato Institucional 5 (AI-5), órgão responsável pela censura no período militar, no final da década de 1970, e o fim da ditadura em 1980, o leitor representado por *Folhinha* deixa de ser tratado como uma criança com perfil homogêneo, plano e passivo e começa a ser retratada como cidadão do mundo, em suas diferenças e necessidades.

3.4 A CRIANÇA E SEUS DIREITOS

As edições publicadas do final da década de 1970 ao final da década de 1980 passaram a abordar em suas capas temas sobre os direitos das crianças.



Folhinha, 1977

Foi em 1938 que se oficializou, em todo o Brasil, a Semana da Criança. Comemorado no mês de outubro, a Semana da Criança promove vários festejos para homenagear esses pequeninos e irrequietos seres que, nos lares, nas escolas, nas ruas, emprestam alegria ao ambiente em que estão, com a sua vivacidade, e com suas traquinagens. Antes, o Dia das Crianças era a 12 de outubro, data em que as Nações Unidas oficialmente criaram um programa para promover maior vigor dos esforços internacionais em favor da criança. Agora, no Brasil, memora-se a data no 2º domingo de outubro (em geral, próximo ao dia 12 para facilitar os festejos). Neste dia deve-se meditar sobre a responsabilidade da educação e orientação das crianças. A data também faz lembrar às crianças brasileiras que, ao lado das brincadeiras, cada um deve sentir a responsabilidade que lhe cabe como geração adulta do amanhã, que governará os destinos da pátria e do mundo. Através do estudo, do respeito e cumprimento dos seus deveres no lar e na escola é que cada criança se prepara para ser um cidadão útil no futuro.

Nº 7

Folhinha de S. Paulo

Um jornal a serviço da criança.

Domingo, 8 de outubro de 1978.

FOLHA INFANTIL



Criança

Semana da Criança, bom momento para repetir os 10 princípios da Declaração dos Direitos da Criança, escrita em 1924 no primeiro Dia das Crianças:

1. A criança gozará de todos os direitos desta Declaração, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação.
2. A criança gozará de proteção especial para atingir seu desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social.
3. Desde o nascimento, a criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.
4. A criança gozará dos benefícios da previdência social.
5. A criança incapacitada física ou mental terá os cuidados especiais exigidos por sua condição peculiar.
6. A criança precisa de amor e compreensão.
7. A criança tem direito a educação gratuita e obrigatória, pelo menos no grau primário.
8. A criança será sempre a primeira a receber proteção e socorro.
9. A criança deve ser protegida contra a negligência, a crueldade e a exploração.
10. A criança terá proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza.

Folhinha, 1978.

Nas capas apresentadas são reforçadas as necessidades e os direitos de todas as crianças brasileiras (a criança gozará de todos os direitos desta Declaração, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação). Diferentemente de ser um adulto a ser moldado, a criança tem necessidades básicas e próprias e a publicação reafirma essa nova configuração como sendo a que conduzirá a edição.

Esse discurso democrático é um sintoma importante do processo de abertura do país. Mais uma vez o leitor para o qual a edição se dirige continua sendo este de classe média que precisa reconhecer que há diferenças, que o mundo não se restringe ao seu, que outros cidadãos, numa democracia, têm os mesmos direitos e deveres que ele. Ao ter de proclamar/ensinar que há crianças em situações outras, de certo modo se anuncia a cegueira ou indiferença, ou mesmo a distância dessas para quem o jornal se destina em relação a essas que são mencionadas genericamente. Nas edições seguintes há um tom de denúncia das condições que muitas dessas crianças vivem no mundo.



Folhinha, 1979 e 1980.

Dia 12 de outubro é o Dia da Criança que, neste Ano Internacional da Criança, deve ser empregado para algumas considerações importantes. Como estas, divulgadas pelo Atlas Mundial da Criança, do Banco Mundial:

— Há 2 bilhões de crianças no mundo, a maioria com menos de 10 anos de idade.

— Os serviços de assistência médica atendem apenas 1 entre cada 20 crianças nos países em desenvolvimento de hoje.

— Mais de 100 milhões de crianças nascem, a cada ano, nesses países mais pobres. E 7 em cada grupo de 10 bebês nascem sem cuidados médicos.

— Mais de 200 milhões de crianças estão hoje passando fome.

— Cerca de 85% das crianças que moram no campo não têm fornecimento de água potável em casa.

— A falta de Vitamina A em muitos desses países faz com que 100 mil crianças percam a visão, por ano.

— Uma em cada grupo de 5 crianças não completa seu primeiro ano de vida.

— Há 100 milhões de crianças de 7 a 10 anos de idade, nos países mais pobres, que não estão aprendendo a ler, escrever, a fazer contas.

— Metade da população das favelas é formada por crianças que vivem em condições difíceis nas cidades do mundo.

— Mais de 80 milhões de bebês e crianças moram em áreas rurais remotas, sem assistência médica e escolar e com sérios problemas de nutrição.

Estes são fatos do nosso mundo. Do mundo de que fazemos parte e pelo qual, portanto, somos todos responsáveis. O futuro das crianças depende de nós. De cada um de nós. Do que cada um de nós possa e queira fazer. Mesmo que eu seja ainda uma criança.

Dia 12 de outubro é o Dia da Criança que, neste Ano Internacional da Criança deve ser empregado para algumas considerações importantes. Como estas, divulgadas pelo Atlas Mundial da Criança, do Banco Mundial: Há 2 bilhões de crianças no mundo, a maioria com menos de 10 anos de idade; Os serviços de assistência médica atendem apenas 1 entre 20 crianças nos países em desenvolvimento de hoje; Mais de 100 milhões de crianças nascem, a cada ano, nesses países pobres. E 7 em cada grupo de 10 bebês nascem sem cuidados médicos; Mais de 200 milhões de crianças estão hoje passando fome; Cerca de 85% das crianças que moram no campo não tem fornecimento de água potável em casa; A falta de vitamina A em muitos desses países faz com que 100 mil crianças percam a visão, por ano; Há 100 milhões de crianças de 7 a 10 anos de idade, nos países mais pobres, que não estão aprendendo a ler, escrever, a fazer contas; Metade da população das favelas é formada por crianças que vivem em condições difíceis nas cidades do mundo; Mais de 100 milhões de bebês e crianças moram em áreas rurais remotas, sem assistência médica e escolar e com sérios problemas de nutrição. Estes são os fatos do nosso mundo. Do mundo de que fazemos parte e pelo qual, portanto, somos todos responsáveis. O futuro das crianças depende de nós. Do que cada um de nós possa e queira fazer. Mesmo que eu seja ainda uma criança.

Denuncia-se a condição em que muitas destas crianças se encontram, a precariedade da saúde (uma em cada grupo de 5 crianças não completa seu primeiro ano de vida), a falta de escolas (há 100 milhões de crianças de 7 a 10 anos de idade nos países mais pobres que não estão aprendendo a ler, escrever, a fazer contas) e a miséria (mais de 200 milhões de crianças estão hoje passando fome). Os dados apresentados foram retirados do Atlas Mundial da Criança, do Banco Mundial, ou seja, não se referem aos dados especificamente brasileiros, mas do mundo, fato que a publicação insiste em confirmar (estes são fatos do nosso mundo). Porém, ao reiterar que se trata do *nosso* mundo (do mundo de que fazemos parte), se produz um efeito de sentido de que *este mundo* não seria necessariamente o planeta, mas um mundo de países subdesenvolvidos, com miséria e desigualdade social, do qual o Brasil faria parte. Esse efeito é reforçado pela fotografia usada como ilustração. A imagem de uma criança

visivelmente pobre, com trajes simples, vivendo numa casa de madeira precária, denuncia, assim, as condições em que esta criança vive. A imagem utiliza de recursos para ancorar no real sua existência. Primeiramente, a frase, em português, escrita na parede da casa. A imagem representa uma criança brasileira, vivendo em condições de miséria e a frase escrita na casa na fotografia seria uma estratégia para denunciar que, apesar de o texto referir-se a dados mundiais, estas seriam não só as condições das crianças no mundo/planeta, mas no mundo dos países pobres, no qual o Brasil estaria inserido.

É importante salientar que, nesse período, o contexto brasileiro ainda era o da ditadura militar. Apesar de estar extinto o AI-5, a publicação de dados como esses, que comprovavam as reais condições da população brasileira, não eram interessantes para o governo em questão, pois demonstravam a ineficiência do regime que tinha como pretexto para a tomada do poder a modernização e melhora das condições de vida brasileira. Um outro exemplo da divulgação pelo suplemento de dados sobre a situação das crianças brasileiras é manifesto na capa de 1980.



Hoje é o dia das crianças. E você sabe que mais de um terço de todas as pessoas que vivem no mundo no mundo têm hoje menos de 14 anos, isto é, são crianças? Sabe que as crianças brasileiras representam 3% das crianças do mundo? O que quer dizer que em cada grupo de 100 crianças, 3 são brasileirinhas. Com isso, o Brasil é hoje o 6º país do mundo que têm mais crianças em suas cidades. Nasceram muitos bebês em nosso País, mas o triste é que nem todos sobrevivem: de cada mil bebês, 180 morrem antes de completar seu primeiro aniversário (segundo estatísticas do Banco Mundial) e um título doloroso para nós é que só 19 países em todo o mundo têm situação pior... Outro dado sobre o qual a gente deve pensar é o número de crianças que precisam trabalhar desde cedo: o Brasil é o 4º ou o 5º país entre os quais têm crianças trabalhando (15 mil menores de 14 anos, segundo levantamentos feitos em 1975). Ou seja, de cada mil brasileiros (adultos e crianças), 13 são crianças que estão trabalhando. A esperança é que se confirmem as expectativas segundo as quais, no ano de 2000, só haverá 4 crianças trabalhando em cada grupo de mil brasileiros. Quanto à educação, os dados dizem que 90% das crianças brasileiras estão matriculadas no curso primário (26% vão até o curso superior). Isso é bom, só não é melhor porque em 1970, 95% das crianças estavam nas escolas.

Sobre a educação, a publicação traz dados acerca de quantas crianças brasileiras estariam matriculadas no curso primário, entretanto, utiliza o verbo “dizer”, na 3ª pessoa, para referir-se à fonte desta informação (os dados dizem). Ao utilizar dessa estratégia, o jornal questiona de certa forma a veracidade destes dados, já que não os incorpora a seu discurso, mas localiza-os fora. Quem diz são os outros, informações que não apresentam origem ou credibilidade, e não o jornal.

Esses dados são novamente questionados quando em comparação com os mesmos índices dos anos anteriores (Isso é bom: só não é melhor porque em 1970, 95% das crianças estavam na escola). A redução de 5% de crianças matriculadas em 10 anos é de certa forma questionada pela publicação. Os números, verídicos ou não, produzem um efeito de sentido sobre os responsáveis pela educação do país: se verdadeiros, apresentam uma piora no acesso da criança à escola; se considerados falsos, mostram a manipulação e o falseamento de dados divulgados pelo governo, logo, ambos os sentidos produzem uma crítica à atuação militar no Brasil no âmbito da educação das crianças.

Em outros textos na publicação vemos o distanciamento dos discursos calcados na moral e de origem ufanista dos militares para assumir um discurso mais revolucionário e contrário ao governo em questão.

O que anda acontecendo

O que está acontecendo no mundo? Todos os dias, os jornais e a TV nos mostram cenas de conflitos ou de fatos importantes, que estão ocorrendo no Brasil e em outras partes do mundo. Você sabe sempre do que se trata?

Nesta seção, a FOLHINHA vai tentar explicar, rapidamente, o que está acontecendo e porque está acontecendo.

Nesta semana, por exemplo, continua a guerra na Nicarágua, um país da América Central onde forças populares se revoltaram contra o governo, que há mais de 60 anos é dominado por uma única família, os Somoza.

A longa série de injustiças, de abusos e de ar-

bitrariedades que vem sendo cometida pelos Somoza acabou por esgotar o povo da Nicarágua, que resolveu tentar retirar o atual presidente, Anastácio Somoza, de seu cargo.

Tudo explodiu há pouco mais de um mês, quando um grupo de nicaraguenses tomou um dos mais importantes prédios da sua capital, Manágua, e obrigou o governo a libertar alguns líderes políticos.

Depois disso, em várias cidades do país começaram a haver lutas do povo contra a Guarda Nacional, que defende o governo. Essas forças populares têm apoio de quase toda a nação: empresários, a Igreja, estudantes.

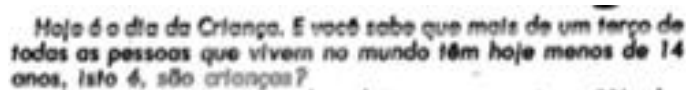


O que está acontecendo no mundo? Todos os dias, os jornais e a TV nos mostram cenas de conflitos ou de fatos importantes que estão ocorrendo no Brasil e em outras partes do mundo. Você sabe sempre do que se trata? Nesta seção a FOLHINHA vai tentar explicar, rapidamente, o que está acontecendo e o porquê está acontecendo. Nesta semana, por exemplo, continua a guerra na Nicarágua, um país na América Central onde forças populares se revoltaram contra o governo que há mais de 60 anos é dominado por uma única família, os Somoza. A longa série de injustiças, de abusos e de arbitrariedades que vem sendo cometida pelos Somoza acabou por esgotar o povo da Nicarágua, que resolveu tentar retirar o atual presidente Anastácio Somoza do seu cargo. Tudo explodiu a cerca de um mês, quando um grupo de nicaraguenses tomou um dos mais importantes prédios da sua capital, Manágua, e obrigou o governo a libertar alguns líderes políticos. Depois disso, em várias cidades de todo o país começaram a haver lutas do povo contra a guarda nacional, que defende o governo. Essas forças populares têm apoio de quase toda a nação: empresários, a Igreja e os estudantes. (FOLHINHA, 1969)

O caráter pedagógico da publicação é mantido nessa reportagem e a interpelação de seu leitor é direta (Você sabe o que está acontecendo?). Nesse exemplo o objetivo de informar e formar seu leitor se realiza ao repassarem informações políticas tanto do Brasil, como do mundo. Apesar de no início ser citado que há conflitos no Brasil, o

exemplo apresentado é o da Nicarágua. A publicação explica sucintamente que nesse país o governo em questão está cometendo abusos contra a população e inclusive prendendo líderes políticos e que a população, cansada desses abusos, luta para retomar o poder. O contexto militar brasileiro não se difere desse exemplo, mas como estratégia contra a censura, a publicação apenas enuncia os conflitos do Brasil e cita a Nicarágua como forma de aproximação e de exemplificação do que estaria realmente acontecendo no país. Desse modo, ao contrário dos discursos ufanistas apresentados no período anterior, o discurso contra o governo militar começa a manifestar-se em pequenas reportagens adotando estratégias de escrita para driblar a censura já mais amena da época.

Outra mudança é a forma como a publicação dirige-se a seus leitores, de forma mais próxima e íntima do que nos períodos anteriores.



(Hoje é o dia das crianças. E você sabe que mais de um terço de todas as pessoas que vivem no mundo têm hoje menos de 14 anos, isto é, são crianças?).

O uso do pronome “você” sinaliza para uma interlocução direta com o leitor, mais familiar, e o uso da pergunta retórica intensifica essa aproximação, isso porque como afirma Araújo & Freitag “o uso de perguntas retóricas pode ser considerado como uma estratégia do locutor para tentar interagir com o seu interlocutor visto que esse tipo de pergunta cria a ilusão da presença deste” (2010, p.6).

A pergunta retórica tem como essência ser uma pergunta que não precisa de uma resposta, pois normalmente é realizada por alguém que ao perguntar já tem a resposta e o faz porque pressupõe que o outro não sabe, valendo-se dessa estratégia para chamar a atenção para o objeto sobre o qual se faz uma pergunta e produzindo, por extensão, o efeito de um relativo desnivelamento entre quem pergunta e seu interlocutor, entre quem sabe a resposta já quando pergunta e aquele que se pressupõe não saber e a quem se quer ensinar. No suplemento “Folhinha”, o desnivelamento causado pelo uso de perguntas retóricas acaba sendo atenuado pelo uso do “você”, nessa construção que apresentamos. Esse recurso linguístico-discursivo do emprego das perguntas retóricas é

uma estratégia recorrente utilizada pela publicação desde o início de sua circulação até os dias atuais¹².

A pergunta retórica “tem por função transmitir certezas sob a forma de perguntas feitas a um interlocutor ou a um auditório” (BELLENGER, 1987, p. 24). Apesar de terem a função de interpelar o seu leitor por meio de uma pergunta, não se espera que uma pergunta retórica seja respondida, pois elas

são definidas como enunciados interrogativos em que o LOC (locutor) não interroga senão ficticiamente, sem esperar uma informação sobre algo que se desconhece, desprovidas assim da exigência de “resposta” por parte do ALOC (alocutário). Quando muito, a p.r. (pergunta retórica) permite a este uma réplica para confirmar ou informar as pressuposições activadas no enunciado formalmente interrogativo. (RAMOS, 1996, p.2)

A função dessa estratégia não seria a de obter uma resposta, mas a de oferecer uma informação a seu leitor de modo que sejam explicitadas as notícias, visando a atenuação, um certo equilíbrio do desnível entre os interlocutores, entre a publicação e o leitor, por meio do uso do pronome pessoal “você”, pelo léxico empregado, e pela pergunta retórica.

Nota-se então uma diferente estratégia de aproximação da publicação com seus leitores por meio de estratégias que atenuam o desnivelamento de seus interlocutores. Na coluna da Augustinha essa aproximação era realizada fazendo uso de uma personagem que se apresentava como criança, mas que sem seus enunciados proferia discursos comuns àqueles que seriam os responsáveis pela formação da criança, como pais e professores.

A publicação ao fazer uso do recurso da pergunta retórica mantém o objetivo de formar e informar o seu leitor, mas o faz de maneira distinta, buscando produzir o efeito de nivelamento de seus interlocutores por meio da interpelação mais direta dos leitores, pelo emprego dos pronomes de 2ª pessoa, que instalam o interlocutor na enunciação e mais do que reproduzir reprovações e conselhos de foro íntimo e relativos ao

¹² Em nosso trabalho de TCC analisamos as projeções discursivas do leitor nos suplementos infantis Folhinha e Estadinho nos anos de 2010 e 2011. Nessa pesquisa identificamos as perguntas retóricas como uma estratégia de escrita recorrente da publicação com objetivo didático e também como forma de aproximar-se de seu público alvo. (Leitores Mirins: Projeções Discursivas do Leitor de “Estadinho” e da “Folhinha”, 2011).

comportamento das crianças, o interlocutor se dirige a uma criança informando-a sobre a situação política e social do mundo e do Brasil.

Diferentemente do que ocorria predominantemente nas edições anteriores, há a exploração cada vez mais frequente da simulação de diálogo entre a publicação e seu leitor fazendo do recurso da pergunta retórica para suscitar a dúvida, iniciar um tópico, um mecanismo para informar e estabelecer o canal com seu público alvo. Como recurso didático, as perguntas retóricas são muito utilizadas nas salas de aula, por pais, por colegas de mesma idade. A familiaridade com esse recurso fático e de caráter didático inscreve essa estratégia entre aquelas de uma FD pedagógica, à qual já nos referimos anteriormente, presente nas primeiras edições da publicação da coluna da Augustinha. O que se altera dos primeiros exemplares a estes, mais substancialmente, não são as formas de promoção desse didatismo, mas sim o que é informado de maneira didática.

3.5 A CRIANÇA CONSUMIDORA

Na edição do dia das crianças de 1988 há a seguinte reportagem:

DIÁRIO DE CRIANÇA
DOMINGO, 13 DE DEZEMBRO DE 1988

Exija seus direitos de consumidor

Dia da Criança é dia de presente. Se você ganhar algum brinquedo que não funciona ou um produto estrogado, não se preocupe: existe uma solução para isso. O consumidor tem o direito de reclamar de um produto defeituoso.

BANG BANG!

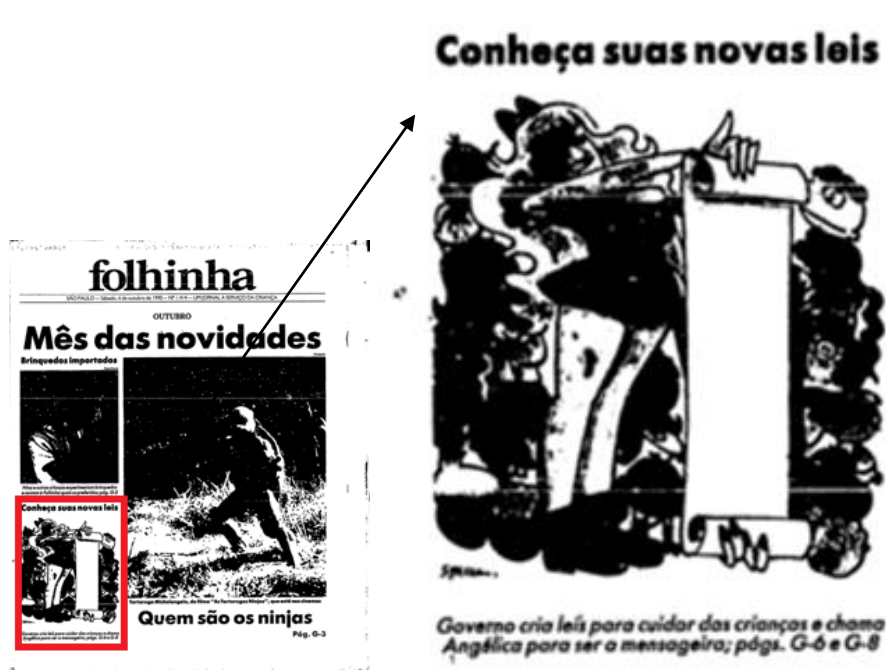
QUE É DO PROCON?

No título da reportagem lê-se “Exija seus direitos de consumidor”. O uso do verbo no imperativo retoma uma estratégia comum da publicação, a de interpelar seu leitor diretamente, reproduzindo um tipo de diálogo entre os interlocutores, que pode

referir-se a um conselho, a uma transferência de poder de ação, ou a uma ordem. O discurso que fora iniciado no final da década de 1970 e início da década de 1980 a favor dos direitos das crianças é retomado no enunciado, porém, transforma-se em um pedido por outros direitos, o de consumidor.

Nota-se uma mudança de termos do leitor do suplemento que em um primeiro momento estava atrelado ao imaginário de futuro da nação e, por este motivo, era designado como “gente novinha do Brasil”, para ser referenciado como consumidor. Ao designar o seu leitor dessa maneira a publicação assume um perfil de sujeito que tem como interesse a aquisição de bens de consumo, o que reafirma a posição social e econômica que o leitor de Folhinha ocupa na sociedade brasileira, mas também indica uma mudança no paradigma de uma sociedade, cujo relativo esvaziamento de demandas político-ideológicas do cidadão é preenchido pelos desejos de consumo.

Um enunciado como “Dia da criança é dia de presente” é o sintoma mais direto dessa mudança de valores. Se nas primeiras edições, o discurso recorrente era o de comemoração da data como uma forma de celebrar a criança, já que esta seria o futuro da nação e, por este motivo, deveria ser protegida e amparada pela sociedade, nas edições de 1988 em diante embora ainda seja considerada uma celebração, ela também é o alibi para a mercantilização da data e para o consumo de presentes. O dia das crianças passa, então, a ser uma referência quase direta para se dar presentes e, conseqüentemente, consumir.



Na capa da publicação de 1990 destaca-se o filme então recém-lançado das “Tartarugas Ninjas”, e apresenta-se uma chamada acerca das novas leis brasileiras em defesa e proteção das crianças. Se o discurso de promoção, difusão dos direitos e cuidados que a sociedade deve manter para com as crianças se mantém, ele no entanto é acompanhado, de forma destacada na capa desse exemplar, por enunciados relativos a atividades consumidoras, como a promoção de um filme da indústria de entretenimento.

A responsável por divulgar e realizar campanhas pelos direitos das crianças atuando como intermediadora entre governo e população é a apresentadora de programas infantis Angélica. A escolha pela apresentadora sugere que a criança deste período teria mais intimidade e se identificaria mais com personalidades ligadas à televisão e o universo do show midiático, o que revela um comportamento diferente do que antes era apresentado pela publicação, que buscava referências escolares como forma de intermediação e aproximação com seu público leitor.

Tanto a escolha pela divulgação do filme como a da apresentadora como mensageira insinua que o interesse do público leitor estaria atrelado à televisão, indicando uma mudança no perfil das crianças, uma mudança que afetaria assim os padrões formais e de composição dos textos impressos, e por consequência o perfil do leitor.

A publicação segue esse novo paradigma e passa a designar seu leitor não mais como patrimônio, nem mais como sujeito de direito e de dever, mas como consumidor. Essa variação diz respeito ao que é imposto por uma FD comprometida com uma formação ideológica que faz dizer de um jeito, e não de outro, a quem se propõe comunicar. O consumo parece ser a prática vigente que orienta esses discursos vinculados a uma FD que denominamos consumidora.



Folhinha, 1996.

A capa do suplemento de 1996 já enuncia a função do dia das crianças no período (dia de ganhar presente sem pedir) como também já indicia quais seriam os interesses para essa data (as maiores novidades são os brinquedos importados).

A publicação que buscava reforçar bons comportamentos, estimular a aprendizagem e defender os interesses e direitos de seus leitores, no início dos anos de 1990 tem outro objetivo, o de estimular o consumo, o de promover necessidades e criar demandas. Para isso vai utilizar de diferentes estratégias como a de interpelar seu leitor

fazendo uso do imperativo, assim como estimular o interesse, o desejo e a curiosidade por meio da divulgação seja do que é exótico, seja do que é novidade. As edições de 2001 e 2002 exemplificam essa nova forma de estímulo ao consumo que regula as práticas de escrita e as projeções do sujeito leitor como sujeito consumidor. Embora brinque com a semântica da palavra “novidades”, ao ironicamente apresentar brinquedos tradicionais mas que foram esquecidos por uma geração, porque substituídos pelos eletrônicos, ainda interpela seu leitor como consumidor, especialmente quando se preocupa em lhe fornecer “dicas para as compras”.

F 2 sábado, 6 de outubro de 2001 FOLHINHA FOLHA DE S. PAULO

BRINQUEDOS

Para a lista de presentes

Conheça algumas novidades que a Folhinha encontrou nas lojas de brinquedos para o Dia da Criança



O Jogo de Xadrez, da Fábrica de Idéias, vem com tabuleiro de feltro e as peças são de papel marchê. Ele virá uma bolsa. Custa R\$ 360,00



A Cama Elástica, da Grow, custa R\$ 269,00, na Brinquedos Laura



O Teatro de Sombras, da Cucu Toys, vem com bonecos para contar histórias com as sombras. Custa R\$ 63,00



A Superpeteca é uma peteca com espuma na base. É mais leve e sobe bem alto. Custa R\$ 21,50, na Cucu Toys



A Mochila Psicodélica é um kit para desenhar, bordar ou pintar do seu jeito. Por R\$ 35,00, na Fábrica de Idéias



Rabo no Burro, da Hortelã, é um jogo para encantar as orelhas e o rabo no corpo do animal, com os olhos vendados, por R\$ 56,00

O Visconde de Sabugosa e o Marquês de Rabicó, que vão estar na TV a partir do dia 12, viraram brinquedos da Maribel. Cada um custa R\$ 49,00

Onde Encontrar Brinquedos Laura - tel. 011/3111-280-1026; Cucu Toys - tel. 011/3173-2800; Fábrica de Idéias - tel. 011/312613-0889; Hortelã - tel. 011/3111-9662-0102

Arac C. Steg

Dicas para as compras



Antes de comprar um brinquedo, leve em conta a idade indicada na embalagem e faça uma pesquisa de preços. Quando se tratar de brinquedos a pilha ou a bateria, procure saber se esses componentes acompanham a mercadoria.

Fonte: Procon (Proteção ao Consumidor e Defesa do Consumidor).



Alguns brinquedos necessitam de manual de instruções (com número de peça, regras de montagem, modo de usar) e possuem certificado de garantia. Nesse caso, verifique a relação de empresas que prestam assistência técnica autorizada.



Tudo brinquedo deve ter um selo de segurança, fornecido pelo ICB (Instituto de Qualidade do Brinquedo) e pela Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), o que indica que o produto foi fabricado e comercializado de acordo com normas técnicas corretas.



Uma loja escolar estabelece que as lojas mantenham amostras de jogos, discos, filmes e brinquedos sem lacar para o consumidor examiná-los antes de comprar. Depois de escolhê-lo, peça ao vendedor para abrir a embalagem e certifique-se de que o produto não esteja com problemas.



Esija sempre a nota fiscal referente à compra, pois, havendo algo de errado com o produto, a garantia só terá validade com a sua apresentação. Em caso de defeito, procure a loja ou a assistência técnica indicada pelo fabricante. O consumidor tem direito a garantia de três meses pelo brinquedo adquirido.

DIA DA CRIANÇA

Escolher não é brinquedo

Veja as novidades que a Folhinha encontrou nas lojas



O cão Papinsk, da Maritell, vem com uma coleira e um osso pendurados no pescoço. R\$ 29,90 na Cia. Brasileira (tel. 0/xx/11/3154-4400)

O Scooter elétrico, da Gemini, atinge 20 km/h de velocidade e custa R\$ 899,00 na Brinquedos Laura (tel. 0/xx/11/289-1058)

O sapo é uma louca, e a mosca é um apagador. R\$ 95,00 na Hortelã (tel. 0/xx/11/3667-5952)



O Air Hogs (acima) é um avião que atinge 90 km/h de velocidade e altitude de 15 metros. R\$ 115,00 na RI Happy (tel. 0/xx/11/5575-5171). A Buzz Bazooka (à esquerda) dispara foguetes de espuma e um avião de caça. R\$ 51,50 na Blanc (tel. 0/xx/11/5073-6012). Da Deltagift

A turma do Scooby-Doo vem com uma caixa em formato de furgão, da Guilliver. Custa R\$ 61,90 na Vila Set (tel. 0/xx/11/3846-7161)



O Lap Top Trilingüe, da Gemini, vem com atividades em português, inglês e espanhol. R\$ 155,00 na Funfara (tel. 0/xx/11/5532-1291)

A boneca Mundo Encantado, da Baby Brink, custa R\$ 49,90 na PBKids (tel. 0/xx/11/5181-6296)

Sally (R\$ 50,00) é uma boneca de tecido, e Eithor (R\$ 39,00) é um cavalo. Eles são da família Todo Mundo Tem uma História para Contar. Na RI Happy (tel. 0/xx/11/5575-5171)

FAÇA UMA SESSÃO DE CINEMA COM A FOLHINHA

A Folhinha e a Universal Pictures vão apresentar os filmes com 5 Álbuns de filmes em VHS com 14 títulos de coleção infantil.

Para concorrer, faça uma seleção ou um desenho sobre qualquer um dos filmes ao lado. As cinco melhores ou melhores desenhos ganham o prêmio de R\$ 14.000,00. Os 10 primeiros ganhadores recebem um prêmio de R\$ 1.000,00.

Envie o cupom preenchido para a: FOLHINHA, C/O: UNIV. SÃO CARLOS, 13506-900, Caixa Postal, São Carlos, SP. O prazo de entrega é até 31/10/02. A FOLHINHA e a UNIVERSAL PICTURES.

Participa e garante o seu. Envie seu cupom até o dia 31/10. O resultado será no dia 12/11.

Nome: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____
 Cidade: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____



A pista FI Racing Turbo, da GPC Toys, vem em uma mala portátil, com dois veículos e com carroceria removível. R\$ 329,00 na Brinquedos Laura (tel. 0/xx/11/289-1058)

De maneira similar ao texto de 2001, a publicação de 2002 também explora a ideia de divulgar alguns brinquedos não necessariamente atuais, em conjunto com outros bastante novos. Não apenas se apresentam os produtos como também se informam o local e o telefone de onde são vendidos, assim como o preço. Essas informações dispostas em um suplemento infantil pressupõem um público muito mais interessado em comprar as novidades e saber que valor e lugar de venda para sua aquisição, do que um leitor que efetivamente busca (ou precisaria) de informações, de formação e de entretenimento. Essa representação da criança é bastante diferente daquela dos leitores dos anos de 1960.

A pesquisadora Eliana Rossi (2007) em sua dissertação sobre a criança consumidora cita um novo comportamento do adulto consumidor justamente por causa da nova representação da criança no âmbito familiar. A autora fala sobre a capacidade de interferência das crianças no âmbito do consumo familiar e que

elas são responsáveis por 45% nas decisões de compra, tendo sido veiculado no jornal espanhol *La Vanguardia* que a influência na compra de automóveis é da ordem de 18%, do destino de férias de 40%, do sabor dos iogurtes em 70%. Em Portugal, segundo dados fornecidos pelo Fórum da Criança, as escolhas influenciadas pelas crianças para os locais de refeição fora de casa são da ordem de 81%, para a compra de computadores de 37%, de automóveis de 49% e de operadora de rede móvel de telefonia em 30% (ROSSI, 2007, p. 29)

A pesquisadora também cita um estudo publicado no Reino Unido¹³, em 1998, sobre o comportamento típico das crianças, o que comprovou o poder de persuasão que elas têm no meio familiar. O chamado *Nag Factor* (fator de amolação) consiste no comportamento por repetição por parte da criança para com os pais diante de uma vontade ou desejo. Frente a esses dados obtidos, cujas razões de sua produção podem ser atribuídas à antecipação do mercado na formação de um público consumidor voraz, por meio da mobilização de toda uma indústria cultural (de filmes, de músicas, de revistas, de jornais, de publicidades audiovisuais, de publicidades virtuais etc.), todos em conjunto incitando ao consumo de produtos e estilo de vidas, não surpreende a frequência com as crianças da atualidade são levadas a “sério” quando o assunto é consumo.

O chamado de muitas das publicidades “peça para a mamãe/peça para o papai” vem ao encontro desse comportamento que só foi possível graças a essa nova configuração que a criança passa a ter no centro familiar. Não mais posicionada de lado, necessitando de orientação ou auxílio, mas tornada centro do funcionamento familiar, cujo poder de decisão é, acima de tudo, um poder de compra.

Essa é a nova representação da criança de *Folhinha* nos anos 2000, cujos leitores são expostos a um amplo volume de publicidades diretas ou indiretas, de bens de consumo a produtos culturais, tendo em vista em especial que seu público corresponde a crianças da classe média e alta brasileiras.

Essa configuração do jornal, em que o leitor é sobretudo interpelado por sua posição-sujeito consumidor chamou a atenção da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) que publicou em 2001 um estudo quantitativo e qualitativo dos conteúdos de publicações voltadas para o público infantil. O estudo, publicado na

¹³ Fonte: LINN, Susan. *Crianças do consumo – a infância roubada*. Trad. Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

revista online *A Mídia dos Jovens*¹⁴, apresentou importantes dados sobre esse novo perfil, e criticou a desvalorização dos suplementos enquanto ferramentas pedagógicas e de auxílio na aprendizagem e formação das crianças, em benefício de matérias e reportagens cada vez mais simplórias e rasas com a finalidade do estímulo ao consumo.

Diante desse panorama, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) passou a avaliar de forma mais rígida as publicações voltadas ao público infantil assim como as propagandas nelas vinculadas. Foram proibidos, por exemplo, o uso do imperativo nas publicidades sob a forma de ordem, sugestão ou conselho interpelando diretamente as crianças como consumidoras; a utilização de personagens do mundo infantil para fazer merchandising de produtos e serviços; assim como tornou-se obrigatório o destaque, a separação nítida entre a publicidade do conteúdo do jornal. A seguir um exemplo de propagandas que se submetem parcialmente a regulamentação. eram vinculadas a personagens típicos do mundo infantil:

¹⁴Dados disponíveis em: <<http://www.andi.org.br/sites/default/files/andijovem10.pdf>>. Consulta realizada em: 10 de Jan. 2014.



Folhinha, 2005.

A propaganda não faz uso de personagens típicos do mundo infantil, mas utiliza a apresentadora de programas infantis Xuxa. Não há uma interlocução direta com seu leitor por meio da linguagem verbal, mas a imagem da apresentadora de braços abertos, expressando felicidade com o olhar e sorriso, fazem um convite, uma chamado, para a propaganda.

Mesmo diante dessas novas regras, o perfil do leitor consumidor está presente nas últimas publicações de *Folhinha*, nas edições do dia das crianças. A exploração do consumo de bens físicos, materiais, retrocede em parte e amplia-se o estímulo ao consumo de bens de caráter cultural, de mercadorias de outra espécie oriundas da indústria do entretenimento.

Partimpim mais uma vez

CAMELLA COSTA
COLABORAÇÃO PARA FOLHINHA

A cantora Adriana Calcanhotto anota o nome de algumas músicas que ela acha que as crianças gostariam de ouvir em uma lista no computador. Quando ela canta essas músicas, vira Adriana Partimpim, que acaba de lançar seu segundo CD, chamado "Dois". Meninos e meninas participaram da gravação do disco. "Eles fizeram a maior bagunça [no estúdio]", disse a cantora.

As músicas desse CD são menos dançantes do que no primeiro, mas são muito legais de ouvir. A maioria foi feita por compositores que seus pais conhecem, como Roberto Carlos e João Gilberto.



Adriana Calcanhotto
há anos se
Partimpim

Poetas musicados

Em "Crianças Criações", CD do cantor e compositor Cid Campos, as canções são poemas musicados de escritores brasileiros, como Paulo Leminski e Haroldo de Campos, ou de estrangeiros, como Lewis Carroll ("Alice no País das Maravilhas").

Dai as canções ficaram cheias de jogos de palavras, trocadilhos e invenções engraçadas. Destaque para as músicas "A Pata e o Canguuru" e "A Mesa e a Cadeira".

SHOW DO CD CRIANÇAS CRIAÇÕES
QUANDO: 11/10, às 17h, e 12/10, às 18h.
ONDE: dia 11, no Sesc Santo André (rua Tamandacá, 302, Vila Guaraná, Santo André; tel. 0xx11-4969-2200), e dia 12, no Sesc Vila Mariana (rua Protásio, 241, Vila Mariana; tel. 0xx11-5009-3000).
QUANTO: de R\$ 7 a R\$ 16.

ENCONTRE OS OBJETOS NO MEIO DA BAGUNÇA!

QUER SE DIVERTIR COM OUTROS JOGOS, HISTÓRIAS E BRINCADEIRAS?

É SÓ ENTRAR EM:
itaucultural.org.br/continuum



LAJUNDO, COELHO, GURU TOBRETE, TUBO DE SINTA, LAPIS DE CUIR, PINCEL, CUBO MÁGICO, PEDRA, PINGUIM, CAMISETA PINGO

twitter.com/itaucultural youtube.com/itaucultural

Itaú cultural

Itaú cultural avenida paulista 149 - são paulo sp - 01311-000 - estação brigadeiro do metrô - 11 2168 1777 - atendimento@itaucultural.org.br

A sugestão de livros, espetáculos e shows sempre esteve presente na publicação, mas a partir de 2008 eles adquirem força e ocupam grande parte do suplemento. Isso pode se explicar, entre outras razões, em função das leis de incentivo cultural que passam a vigorar e que permitem a isenção parcial de impostos às empresas que contribuírem com a promoção de atividades culturais. Como se observa, um grande

banco brasileiro é o ‘mecenas’ que conta com publicidade relativamente indireta nesse tipo de texto.

Isso se deve às novas regras instituídas pelo CONAR, à ampliação da oferta de produtos culturais e sua divulgação em função das leis de incentivo, entre outras razões. A divulgação e promoção de produtos culturais na *Folhinha*, que em nossa sociedade são vistos de forma positiva e atuam como um mecanismo agregador de valor, não faz distinção entre cultura e cultura de massa, colocando-se muitas vezes à serviço da promoção desta última com finalidade de divertir e distrair, por meio de atividades nem sempre reflexivas ou educativas, que reproduzem, por vezes, a lógica da passividade no consumo cultural.

FOLHA DE S. PAULO ★ ★ ★ **folhinha** SÁBADO, 8 DE OUTUBRO DE 2011 **futuro 11**

ESPECIAL PARA A FOLHINHA
Até o artista plástico Guto Lacaz entrou na dança! Ele criou um brinquedo que vai fazer sucesso no futuro, levando as crianças de um lado para o outro rapidinho!

1 2

TELETRA/PORTA

Mês das Crianças
Promoção **Magia e Diversão com a Perdigo!**
2 embalo de produção Perdigo Turma da Mônica
valem 1 ingresso e 1 bilhete para assistir à mais grande apresentação!

Capitão Circo
Sábados às 16h e 19h
Domingos e feriados às 11h, 16h e 19h

Av. Nicolau Rios, 130 - Barra Funda - São Paulo (ao lado do viaduto Pompeia)
www.momente.com.br
11 2076-0067 / 11 2076-0061 / 11 2076-0034
Para maiores detalhes acesse: 0800 770 5415 / 11 2048 2208

ingresso.com 4003-2230

Winter O Golfinho
INSPIRADO EM UMA SURPREENDENTE HISTÓRIA REAL

HARRY CONNICK, JR. ASHLEY JUDG IRE KRISTOFFERSON NATHAN GAMBIE COD ZURKLEDOORFF MORGAN FREEMAN

14 DE OUTUBRO NOS CINEMAS DISPONÍVEL TAMBÉM EM 2D

LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS

Considerações Finais

Apoiados teoricamente na Análise do Discurso de linha francesa e na História Cultural da leitura procuramos identificar, ao longo de nossas análises, representações da criança leitora de *Folhinha*.

Para tanto, iniciamos as nossas análises apoiando-nos em um percurso histórico sobre a construção e as variações da concepção de infância na Europa e no Brasil, com o objetivo de levantarmos os discursos que regulavam e que ainda regulam as formas de interlocução com a criança.

Em um segundo momento, buscamos observar a maneira como a criança leitora foi representada em diferentes instituições: no âmbito escolar, na literatura infantil e na mídia, de modo a identificar eventuais semelhanças e ecos dessas formas de representação nos textos de nosso objeto de estudo: a *Folhinha*.

Em seguida, empreendemos as nossas análises de textos publicados desde o surgimento do suplemento até os dias de hoje. Com essa análise foi possível identificar diferentes estratégias de escritas utilizadas pela publicação, em momentos históricos distintos, com o objetivo de aproximar-se de seu público alvo e melhor influenciá-lo. Entre essas estratégias avaliamos as formas de projeção enunciativa e de simulação de diálogo com os leitores estabelecidas, por vezes de maneira distinta, nos exemplares da revista no período concernido.

Através de nossas análises, pudemos aferir que as estratégias de escrita utilizadas pela publicação modificaram-se frente a dois aspectos importantes: a posição social da criança brasileira (quem seria ela, sua realidade e necessidades) e o contexto político do país.

Nos primeiros anos de publicação da *Folhinha* a concepção sobre quem seriam as crianças leitoras brasileiras baseava-se no perfil do consumidor do jornal: de classe média burguesa, que teria acesso a bens de consumo e à escola, a quem interessava complementar a formação de maneira lúdica, diante da escassez de objetos de leitura didáticos ou paradidáticos para o público infantil. Apesar de ser um jornal voltado para o público infantil encontramos projeções discursivas que não faziam interpelavam diretamente os leitores mirins, mas, antes, seus responsáveis, os pais.

Assim como ocorreu no período de mudança do regime imperial para a república, no período militar brasileiro a criança volta a ser um objeto simbólico da pátria, representando o futuro da nação e, por este motivo, passa a ser protegido, resguardado e tutelado por seus responsáveis e pelas instituições que devem zelar por sua formação.

Diante da importância da criança na sociedade brasileira, notamos que a forma de interpelar o leitor infantil também modifica-se, e a publicação busca aproximar-se de seu público empregando estratégias linguísticas diversas, como o emprego do pronome de 2ª pessoa “você”, que caracteriza uma maior informalidade e intimidade nas situações de interlocução.

Com a abertura política, a publicação, embora se dirija às crianças leitoras do jornal, cujo perfil socioeconômico de classe média e alta não se alterou, passa a fazer referência não apenas às crianças pertencentes a esse perfil, mas a todas as que compõem o cenário brasileiro, em especial as vítimas de miséria e pobreza.

Já as edições referentes aos últimos anos da década de 1980 passam por grandes transformações, desde sua organização composicional até suas formas de interpelação do leitor que passa a ver visto não mais como um “bem da pátria” ou um “cidadão do mundo”, mas como um “consumidor”.

O leitor consumidor projetado em *Folhinha* é caracterizado pelas escolhas temáticas dos textos que lhes são dedicados, pelo apelo e frequência das publicidades nas páginas do suplemento. É também um reflexo da posição da criança na sociedade e no ambiente familiar. Se antes ela era considerada um membro menos importante, cuja tutela implicava que os pais e adultos fizessem as escolhas e tomassem as decisões por elas, no início da década de 1990, no Brasil e no mundo, ela passa a ocupar posição central no meio familiar e, devido a isso, a ter uma grande influência nas decisões de compra de bens de consumo. Não indiferente a esse potencial consumidor, o suplemento atende a essa nova exigência de mercado, inscrevendo em textos e em suas páginas os signos dessa mutação de perfil do leitor infantil, cuja faceta de sua identidade a ser mais explorada e estimulada é a do consumidor, e o meio para a ampliação do consumo é cercá-lo de amenidades, protegê-lo das notícias difíceis, negar-lhe as informações que lhe permitiriam sofrer e se responsabilizar por e com a coletividade. A

ele a oferta de textos cuja leitura é uma brincadeira e cujas temáticas amortizam a existência e promovem a doce ilusão de que quase tudo está à venda.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Diferença e Desigualdade: Preconceitos em Leitura. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2001.

_____. Diferentes formas de ler. In:_____PERUZZO, Cicilia M. K.;ALMEIDA, Fernando Ferreira (Org.). **A mídia impressa, o livro e as novas tecnologias**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002,

ALMEIDA, K. M. P. Distinção e transcendência: a estética sócio-lógica de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica Mana**. v. 3, n. 1, 1997. p 155-168.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Elisabeth. O diminutivo no português do Brasil: funcionalidade e tipologia. **Estudos linguísticos**, Campinas, v.35, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/revista20062.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

ARAUJO, A. S.; FREITAG, R. M. K. Quem quer pergunta quer resposta – perguntas como estratégias de interação na escrita. **Via Litterae**. v.2. n.2, p. 321-335. jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/v1_v2_v2/2-7-Quem_pergunta_quer_resposta-perg_como_strat_interacao-ANDREA%20_RAQUEL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BARNHURST, K.G.; NERONE, J. **The form of news: a history**. The Guilford Press: New York, 2001.

BARZOTTO, V. H. **Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso**. Um estudo sobre a revista Realidade (1966 – 1976). Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem/ Unicamp. Campinas – São Paulo, 1998.

BARZOTTO, V. H; BRITTO L. P. L. Promoção X Mitificação da Leitura. In: **Textos ALB**, 1998. (mimeo).

BATISTA, A.A.G. Um objeto variável e instável: textos impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia. (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p.529-575.

_____. **A retórica da infelicidade: laço social e leitura em livros escolares do cânone republicano**. 2012 [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000300006. Arquivo capturado em 15 de janeiro de 2014.

BATISTA, A. A. G; GALVÃO, A. M. O. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro:Lucerna, 2001.

BELLENGER, L. **A persuasão e suas técnicas**. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BELLMIRO, C. A. A imagem e duas formas de visualidade nos livros didáticos de Português. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n72, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4191.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BITTENCOURT, C. M F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, vol. 30, núm. 3, set.-dez, 2004, pp. 475-491, Universidade de São Paulo, Brasil.

BRITTO, L. P. L. **Máximas Impertinentes**. 1999. Disponível em: http://www.leiabrasil.org.br/pdf/material_apoio/LuizBritto.pdf.

CÂMARA JR. J.M. **Contribuição à estilística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura e saber ou a literatura juvenil entre ciência e ficção. In: EVANGELISTA, A.; BRINA, H.; MACHADO, M. (orgs). **A escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 59-69.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. UnB, 1994

_____. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In.: **A força das representações: história e ficção**. ROCHA, J. C. de Castro (Org.), Chapéco, SC: Argos, 2011a.

_____. Do livro à Leitura. In: **Práticas da Leitura**. CHARTIER, R. (Org.). 5ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011b.

CHOPPIN, A. **Manuelsscolaires: histoire et actualité**. Paris: Hachette éducation, 1992.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n 3, p. 549-566, set/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>.

COELHO, N. N. **Panorama Histórico da Literatura Infantil Juvenil**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

CURCINO, L. **Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista VEJA**. (Tese de Doutorado), FCLAR – UNESP, (p. 337), Araraquara – São Paulo, 2006.

DORETTO, J. **Pequeno leitor de papel: Jornalismo infantil na “Folhinha” e no “Estadinho”**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação). 2010. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FALEIROS, V. de P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. In: **IPEA – Boletim de Políticas sociais: acompanhamento e análise**, [S.l.], n. 11, p. 171-177, 2005.

FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez. 1997.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 1997.

FOUCAULT, M. [1969]. **Arqueologia do Saber**. 6a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

KOHAN, W. O. **Infância**. Entre educação e filosofia. 2ed. Belo Horizonte: autêntica, 2011.

KUHLMANN, JR.M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: histórias e histórias. 6 ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Um Brasil para crianças**. Para conhecer a literatura infantil brasileira: Histórias, autores e textos. 4 ed. São Paulo: Editora Global, 1986.

LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Orgs.) (1998). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. Cap.12. p.165-202.

MALEVAL, I. T. O Brasil em manuais escolares: escrita e ensino da história em meados do oitocentos. **Ars Historica**, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2010, p. 80-88. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/junho2010/doc/arshistorica01_a08.pdf>.

MARTIN, H.J. **Histoire de l'édition française** – Le livre conquérant: Du Moyen Age au milieu du XVIIe siècle. Paris: Fayard, (p. 228-255), 1989.

MONARCHA, C. Arquitetura Escolar Republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, M.C. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez.1997.

PAIXÃO, F. (coord.). **Momentos do Livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

PASETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PECHEUX, M. Les vérités de la Palice. [1975]. Edição brasileira: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: ORLANDI, E. P. et. al. 2. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRIORE, M. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, R. Estratégias argumentativas: as perguntas retóricas. In L. M. ABREU (coord.). **Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas**. Actas do 2º Encontro de Estudos Portugueses. Associação de Estudos Portugueses/Fundação João Jacinto de Magalhães. Aveiro: 1996. p. 171-186. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2904>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

ROSSI, E. P. B. **A criança-consumidora**: a genealogia de um fenômeno contemporâneo 1950-2000. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2007.

SARGENTINI, V. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso. In: BARONAS, R. L. **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção – conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João editores, 2007.